

PAULO SÉRGIO NAKAZONE

ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS NOS LOCAIS DE
TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO
PERÍODO DE 1978-1979

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF.
DR. ARMANDO BOITO JR.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À REDAÇÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E
APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM
26/07/95.

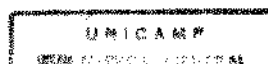
BANCA:

PROF. (a) DR. (a)

PROF. (a) DR. (a)

PROF. (a) DR. (a)

CAMPINAS, JULHO/1995.



PAULO SÉRGIO NAKAZONE

ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS NOS LOCAIS DE
TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO
PERÍODO DE 1970/1979

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade de
Campinas para a obtenção do título de
Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Armando Boito Jr.

São Paulo, 1995.

Esse trabalho é dedicado
aos meus pais
à Carminha e
à amanda, Ana e Mariana,
nossas filhas

AGRADECIMENTOS

A Armando Boito Jr., orientador, cuja seriedade profissional e apoio muito contribuíram para a realização deste trabalho.

A Vito Gianotti, amigo de velha data, que se prontificou a fornecer uma vasta documentação, além de apresentar algumas observações que contribuíram para a compreensão da problemática proposta.

Quero expressar ainda gratidão a Mauricio Tragtenberg, a quem devo os momentos iniciais de minha formação acadêmica, e de quem sempre recebi todo apoio e estímulo.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, CPV, de cuja documentação sobre o movimento operário, sindical e popular recolhi parte do material utilizado.

A Estela e Geraldo que realizaram a revisão do trabalho aqui apresentado.

A Carminha, minha mulher, pelo incentivo constante e apoio de fato e de afeto necessário ao processo de elaboração da dissertação. E em especial, às três "tesinhas" - Amanda, Ana e Mariana que permearam este caminho tortuoso de avanços e recuos, cujo resultado ora apresento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior, CAPES, pela concessão de uma bolsa durante o
período de obtenção dos créditos de mestrado.

I N D I C E

	PÁGINA
AGRADECIMENTOS	04
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
ANTECEDENTES HISTÓRICOS E A CRISE DO REGIME MILITAR	15
1. O REGIME MILITAR E SUA CRISE	16
2. A CRISE E O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE MASSA	23
3. O IMPACTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE MASSA NO PROCESSO POLÍTICO	27
4. AS GREVES DE 1970 E 1979 EM SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA	34

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA	53
1. O MOVIMENTO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA	54
2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR METALÚRGICO NA CIDADE DE SÃO PAULO	60
3. A COMISSÃO DE FÁBRICA E A TRAJETÓRIA DA OPosição SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO	66
4. A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA	70
4.1. A C.F. DA MASSEY FERGUSSON	71
4.2 A C. F. DA MWM	81
4.3 A C. F. DA COLDEX FRIGOR	88
4.4 A C. F. DA ALFA	93
4.5 A C.F. DA TECNOFURJAS	96
4.6 A C. F. DA PHILCO	100
4.7 A C. F. DA CATERPILLAR	102
4.8 A C. F. DA SIEMENS	107
4.9 A C. F. DA TOSHIBA	110
5. COMISSÕES DE FÁBRICA (1970-1979) - UMA ANÁLISE COMPARATIVA	112

CAPÍTULO III

POR QUE AS COMISSÕES DE FÁBRICA DESAPARECERAM NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	121
1. A ABERTURA SINDICAL	122
2. AS POSIÇÕES POLÍTICAS SOBRE O PAPEL DAS COMISSÕES DE FÁBRICA	134
3. AS POSIÇÕES POLÍTICAS E A ELEIÇÃO SINDICAL DE 1978	145
4. AS POSIÇÕES POLÍTICAS E A DIVISÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO	153
CONCLUSÃO	166
ANEXOS	172
BIBLIOGRAFIA	179

INTRODUÇÃO

O TEMA E AS HIPÓTESES DE TRABALHO

O objetivo deste estudo é a organização operária nos locais de trabalho, particularmente sob a forma de comissões de fábrica, das categorias metalúrgicas do município de São Paulo, no período de 1978-1979.

Objetivamos, fundamentalmente entender e explicitar por que essas experiências surgiram e desapareceram(1) no período 1978/1979. Como isso se deu? Quais as implicações, decorrências, problemas que daí advieram para o movimento operário? Trata-se, portanto, de uma análise da comissão de fábrica, da especificidade dessa organização e da função política que ela desempenhou.

O contexto no qual o presente estudo se insere é marcado pelo renascimento das greves. Essas greves evidenciaram a importância do movimento e da organização dos trabalhadores dentro da fábrica, cujos resultados foram as chamadas comissões de fábrica. Num país em que a organização sindical e política da classe operária estava atrelada ao Estado, onde imperava a repressão, as comissões de fábrica foram a organização pela qual os operários desenvolveram a sua luta, deslocando o confronto e as negociações para o

1- Iram Jacome Rodrigues, "As comissões de empresas e o movimento sindical", in Armando Boito Jr. (org), O sindicalismo brasileiro nos anos 80, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, pp. 142, 143.

mundo fabril. As comissões de fábrica, no início de 1978, eram os interlocutores legítimos para a negociação com o patronato (2).

No vazio de representação dada a ausência do sindicato, a Comissão de Fábrica expressou os anseios do movimento grevista.

Por outro lado, a evolução da distensão política e os acontecimentos que se sucedem, chegando à chamada abertura política, influenciam a orientação das lideranças sindicais, impelindo-os a privilegiar a tomada do aparelho sindical e secundarizando e mesmo relegando a organização das comissões de fábrica, principalmente a partir do segundo semestre de 1980.

Acreditamos que o aparecimento-desaparecimento das comissões de fábrica podem ser atribuídos: 1) ao caráter cíclico das comissões de fábrica que, por questionarem a lógica capitalista de organização da estrutura produtiva, surgem e ressurgem em momentos de ascenso do movimento operário; quando o movimento reflui, existe uma tendência à sua dissolução; 2) existência de uma estrutura sindical, que se-
duzia as lideranças operárias; 3) sua fragilidade organiza-

2- Eder Sader, Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1920-1980, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, pp.250.

tiva, ou seja, para vastos setores que recém despertavam da imobilidade as comissões de fábrica tiveram apenas um sentido imediato, como mecanismo de negociação do conflito. Uma vez resolvida a questão imediata das reivindicações (20% de aumento) do movimento, os trabalhadores não viram naquele momento razão para continuar com a forma de organização que emergira no decorrer da luta; 4) a uma incompreensão e/ou desinteresse de várias direções sindicais sobre o papel que as comissões de fábrica poderiam desempenhar(3); 5) ao sabor das greves imprevistas, o patronato estimulou a formação de comissões de fábrica para que houvessem interlocutores legítimos; num segundo momento, descabeçam o movimento com a demissão daqueles que mais se destacaram quando ocorreu a greve; 6) O governo Figueiredo procurou estabelecer novas estratégias em relação ao movimento operário, ao flexibilizar o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, fazendo muitas promessas e projetos de reforma; 7) à adoção pelo patronato de novas formas de gerenciamento em relação às comissões de fábrica, ou seja, os profissionais de recursos humanos nas empresas procurariam estabelecer uma relação ágil com os sindicatos, aceitando-os como representantes dos empregados e procurando utilizá-los como força moderadora e reguladora nas fábricas. Para os empresários, a

3- Revista Cara a Cara, número 2, 1970, entrevista de Lula à Revista.

comissão de fábrica seria um instrumento amortecedor dos conflitos existentes entre o capital e o trabalho (4).

Acrescente-se a essas questões as diferentes orientações político-ideológicas presentes no movimento dos metalúrgicos do Município de São Paulo no período 1978-1979. Existiam basicamente duas concepções face à questão das comissões de fábrica. A primeira coloca a comissão como organismo autônomo frente aos sindicatos oficiais, livre das injunções impostas pela estrutura sindical. A segunda, que se deve preservar o caráter das comissões de fábrica, ou seja, a comissão deve estar ligada à diretoria do sindicato através do delegado sindical, como sendo uma comissão sindical na fábrica.

Essas divergências parecem convergir definitivamente a partir da derrota que o movimento sofreu em novembro de 1979. A partir de então, a organização do movimento que era realizada pela comissão de fábrica, passou a ser ditada pelo sindicato oficial. Os grupos e as comissões devem estar vinculadas aos sindicatos e obedecer a sua orientação.

Nesse momento, a oposição reafirma a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo. Mas não é a transformação deste - ou seja, a incidência no sindicato oficial - que passa a ser o objetivo central.

A não incorporação das comissões de fábrica ao projeto de construção de um sindicato democrático, livre da

4- José Carlos Brito Aguiar, A Tomada da Ford - O Nascimento de um Sindicato Livre, Vozes, Petrópolis, 1983, pp.107.

estrutura sindical corporativa, seria um dos elementos centrais que poderiam explicar o desaparecimento das comissões de fábrica.

Este trabalho tem a finalidade de esclarecer as razões que impeliram as comissões de fábrica a ressurgirem com a movimentação grevista que tem início em maio de 1978, e fenecerem com a derrota do movimento em novembro de 1979. Para isso dividimos o presente estudo em três capítulos: o primeiro se refere ao levantamento e análise dos antecedentes históricos (econômicos, políticos e sociais) que conduziram ao reaparecimento das comissões de fábrica no Brasil. Procuraremos reconstituir o modo como se formaram as comissões de fábrica, em uma situação particular de crise do regime militar, que teve início na chamada fase de "descompressão política", materializada nas eleições de novembro de 1974 e na votação recebida pelo MDB. Procuraremos mostrar a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, materializando a sua proposta central em 1978, a de organização por locais de trabalho. Enfim procuraremos estabelecer uma relação entre o processo de abertura política e o ascenso do movimento operário (5).

O segundo capítulo se volta a um exame das características e do relacionamento das comissões de fábrica, ou seja, quais os limites e alcances que essas comissões pos-

5- Thomas Skidmore, Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, p. 401.

suem nas organizações fabris. Procuraremos esclarecer o caráter, a natureza e o tipo das comissões de fábrica, desse período.

O terceiro capítulo pretende mostrar a "evolução" das comissões de fábrica no período estudado, movido pelas diferentes orientações político-ideológicas presentes no movimento sindical, estabelecendo contradições entre esta forma de organização e o sindicato oficial. Procuraremos reconstituir a dinâmica da dissolução das comissões de fábrica e a modificação na estratégia estabelecida no movimento operário a partir de novembro de 1978, procurando entender a razão pela qual a experiência das comissões de fábrica não alcançaram o êxito que grande parte dos estudiosos esperavam.

Como elemento final do estudo, consideraremos um balanço crítico sobre o sistema de comissões de fábrica formulado, articulando com as questões principais do trabalho elaborado, em busca de uma reflexão sobre os alcances e limites dessas comissões.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E A CRISE DO REGIME MILITAR

1. O REGIME MILITAR E A SUA CRISE

O golpe militar de 1964 resultou na imposição da mais severa tutela ao movimento sindical (1). O Estado, na posse dos controles diretos e indiretos, estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exerceu todos os esforços para impedir a autonomia e a organização dos trabalhadores. Durante os dois primeiros meses de expurgos, o Governo Castelo Branco afastou de seus cargos conhecidos dirigentes trabalhistas, como Clodsmith Riani, Hércules Correia, Dante Pelacani e Oswaldo Pacheco da Silva, e suspendeu seus direitos políticos. Mesmo após a expiração do prazo que tinha para realizar os expurgos, o governo usou a própria legislação trabalhista para intervir nos sindicatos e afastar os seus líderes (2). O Governo Castelo Branco não destruiu a estrutura trabalhista corporativa, mas utilizou as estruturas autoritárias corporativistas com mais eficiência. Um total de 428 sindicatos haviam sofrido intervenção até o final de 1965 (3).

1- Thomas Skidmore, Brasil: De Castelo a Tancredo - 1964-1965, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.70.

2- Thomas Skidmore, *op.cit.* p.80.

3- Argelina Maria Cheibub Figueiredo, Política Governamental e Funções Sindicais, Tese de Mestrado, USP, 1975.

tiva. Desse processo nasceram as primeiras oposições sindicais. Esse grupo de trabalhadores que se assumia enquanto oposição sindical, reunia os antigos militantes ligados à direção cassada pelo golpe militar e de uma tendência ligada à Juventude Operária Católica (JOC), que se colocava como agente de uma nova prática sindical, que tinha como eixo a ruptura com a estrutura sindical oficial e a organização pela base, através das Comissões de Fábrica(5). Essa tendência marcou profundamente as lutas de resistência operária ao arrocho e à diladura e desembocou nas greves de 1968 em Contagem e Osasco, com 15.000 e 6.000 grevistas respectivamente (6). As greves de Contagem e Osasco são declaradas ilegais e as suas lideranças são demitidas por decreto e substituídas por funcionários do governo.

Em 13 de Dezembro de 1968, novo golpe veio culminar a obra iniciada em 1964, no sentido da conformação de uma nova ordem política adequada à instauração de um processo de acumulação capitalista, livre de contestação ao sistema de dominação e dos entraves criados por um movimento operário reivindicatório. É decretado o ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO (AI-5), que suprime praticamente todas as

5- Eder Sader, Quando Novos Personagens Entram em Cena - Experiência e Luta dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.230.

6- Francisco C. Weffort, Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968, São Paulo, Cadernos CEBRAP, 1972, p.88.

liberdades civis ainda existentes no país. O Presidente da República pode a qualquer momento decretar o recesso do Congresso, intervir nos estados e municípios, decretar o estado de sítio, confiscar bens, impedir reuniões e associações, estabelecer a censura à imprensa, correspondência, telecomunicações, diversões públicas, cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão. A repressão generalizada estabelece-se em toda a sociedade (7).

O movimento operário é obrigado a recuar e entrar numa fase defensiva. Entre 1969 e 1973, a oposição vive o "exílio" fabril e desenvolve um surto intermitente de pequenas lutas possíveis no interior das fábricas e na maioria dos casos à margem da estrutura sindical oficial.

Organizam-se em grupos clandestinos nas fábricas para resistir à repressão política e à super-exploração do trabalho. São lutas de alcance limitado, descontínuas e localizadas, mas colocam a possibilidade de ação coletiva. Elas incidem principalmente sobre questões como: atraso de pagamento, não pagamento de horas-extras, aumento da intensidade de trabalho. São ações que surgem principalmente em São Paulo e no ABCD, nos setores mais dinâmicos da economia capitalista, onde predominam as grandes empresas multinacionais.

7- Sebastião C. Velasco e Cruz & Carlos Estevão Martins, "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura", in Bernardo Sorj & Maria Herminia Tavares de Almeida (orgs), Sociedade e Política no Brasil Pós 64, São Paulo, Brasiliense, 1984, p.37.

O fechamento e o controle dos espaços do sindicato desde 1964 e o clima repressivo vigente após o AI-5 induziram a articulação e o desenvolvimento de uma resistência no interior da fábrica que, na época, além de ser uma questão política, tinha se tornado uma questão de sobrevivência.

Em 1974, a crise econômica internacional atinge o Brasil. A taxa de inflação mais que dobrou e a indústria automobilística tem suas atividades contraídas de forma acentuada. Algumas empresas cortam os benefícios extra-salários, como transporte gratuito. O "MILAGRE" econômico brasileiro começa a demonstrar sinais de esgotamento e diminui substancialmente o seu ritmo de crescimento.

O Governo Geisel, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1973/1979), havia fixado um crescimento de dez por cento ao ano, mas a crise econômica mundial, somada à triplicação do preço mundial do petróleo, conduziu o Brasil rapidamente à deterioração econômica. Para manter o patamar de crescimento, o Governo Geisel optou por usar as reservas cambiais e pedir empréstimos ao exterior. Somente em 1974, o país quase duplicou a sua dívida externa líquida, de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 11,9 bilhões de dólares (8). Em 1974, foi mantido o crescimento econômico. A taxa de crescimento alcan-

8- Bernardo Kucinski, Aberlura: A História da Crise, São Paulo, Brasil Debates, 1982.

cou 9,5%, mas a inflação saltou de 15,7% para 34,5%. A crise econômica também vai ter expressão no nível político.

Na campanha eleitoral de novembro de 1974, ocorre uma radicalização no discurso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As teses principais defendidas pela oposição em 1974 foram: a denúncia de infiltração estrangeira na economia do Brasil, a necessidade de expansão do mercado interno e o retorno do Brasil ao Estado de Direito (9).

O resultado das eleições de novembro de 1974 davam vitória ao MDB, no pleito, mostrando que sua estratégia eleitoral, de estimular a proliferação de uma atitude de insatisfação com o regime, estava correta. A oposição elegia 16 dos 22 senadores (a representação do MDB subiu de 7 para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46) e 160 dos 364 deputados federais (o MDB saltou de 87 cadeiras na câmara federal para 163 e a ARENA caiu de 223 para 199) (10).

A vitória da oposição mostrava que o regime militar era incapaz de articular o seu projeto nacional com certas classes sociais e frações de classe. O ano de 1974 marca o início de uma crise política prolongada da ditadura, caracterizada pela situação de isolamento crescente em que caiu. O caráter pró-monopolista e pró-imperialista da política de desenvolvimento executada pela ditadura empurra as frações

9- Thomas Skidmore, op.cit.p.353.

10- Carlos Estevão Martins, "O Balanço da Campanha", in Bolívar Lamounier & Fernando Henrique Cardoso (orgs), Os Partidos e as eleições no Brasil, Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra, 1975, p.122.

Burguesas desfavorecidas por essa política para o campo de oposição ao regime militar. Essa oposição burguesa cresce em função dos resultados econômicos decrescentes (fim do milagre econômico brasileiro) e da derrota quase total da guerrilha urbana e rural, livrando essas frações burguesas da chantagem ideológica e política permanentemente exercida pelo regime militar sobre todos os setores burgueses (11).

As classes dominantes expõem as suas fraturas internas. A crise econômica prenuncia a falência de um regime político sob o qual o bloco dominante exercia a sua dominação. A crise política eclode porque o conjunto complexo e articulado de distintas contradições de classe e frações de classe, que movimentam o processo político, chega a uma situação de ruptura (12).

O surgimento de uma oposição, oriunda de alguns setores burgueses, não significa apenas a ruptura da unidade da classe dominante. Na verdade a cisão dessa unidade favorecerá o crescimento do movimento popular oposicionista, ao ampliar o seu espaço político.

"Assim, o protesto de médios industriais e médios agricultores contra a política econômica da ditadura militar ou as campanhas democráticas movidas pela direção nacional

11- Thomas Skidmore, op.cit. p.337.

12- Décio Saes, Classe Média e Sistema Político no Brasil, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1980, p.218. Os setores da grande burguesia monopolista, internas ou imperialistas, não integraram o campo da oposição ao regime militar, segundo esse autor.

do MDB, contribuem decisivamente para que as classes trabalhadoras superem sua posição defensiva e iniciem uma ofensiva (ainda de caráter econômico-corporativo) contra a política de desenvolvimento da ditadura militar " (13).

O duplo desequilíbrio cria uma situação política difícil de ser controlada pelas forças que até então tinham conseguido manter a "ordem". Havia a necessidade de encontrar novas formas de manter o controle político, ou seja, a burguesia precisava substituir os mecanismos anteriores de dominação, para, por um lado, assegurar a continuidade da acumulação do capital, e, por outro, manter o controle sobre a classe trabalhadora e os demais setores descontentes da sociedade. Isso a obriga a ampliar as concessões econômicas e políticas (14).

2. A CRISE E O RESCURGIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE MASSA

O Governo Geisel começa a colocar em prática a "distensão, lenta, gradual e segura", preocupado em legitimar o regime que vai desgastando as suas bases de sustentação. O propósito essencial da distensão de Geisel era fazer conces-

13- Armando Boito Jr. "Crise Política e Revolução: o 1789 de Georges Lefevre", Campinas, IFCH/UNICAMP, Cadernos Primeira versão, 1992, p.6.

14- Décio Saes, op. cit. p.220.

sões políticas e econômicas aos setores opositores, procurando granjear a sua compreensão e ajuda. Essa tática não satisfazia as reivindicações populares; mas, fortalecia e ampliava os movimentos de oposição ao regime. Essa ampliação do espaço político pela ação de uma fração da burguesia favorece a intensificação da luta popular contra a política de desenvolvimento da ditadura militar (como a campanha operária pela reposição salarial em 1977). Além disso, a divulgação pela grande imprensa (submetida à influência da oposição burguesa) dos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras ganha repercussão nacional. Tais movimentos servem de exemplo às classes trabalhadoras de outras localidades, setores ou regiões (15).

A classe operária, que já vinha acumulando forças no interior das fábricas entre 1974 e 1977, amplia o seu movimento de resistência. A oposição sindical articula-se com maior influência da Pastoral Operária, havendo o abandono do seu campo de tendências de esquerda (AP - Ação Popular, os grupos trotskistas: Partido Operário Revolucionário, Organização I.O de Maio, POLOP - Política Operária, e dissidentes do Partido Comunista do Brasil - PCdoB - e o Partido Comunista Brasileiro). Os trotskistas constituem o Movimento dos Metalúrgicos Independentes e a POLOP constitui a Oposição

15- Nas Raízes da Democracia Operária, Cadernos do Trabalhador 4, SEP/Urplan, PUC/SP, 1982, p.22.

Sindical Proletária. Os agrupamentos de esquerda valorizavam a mobilização operária nas fábricas, porém a concebiam previamente enquadrada em uma estratégia revolucionária, enquanto a Pastoral Operária privilegiava a formação de grupos de base nas fábricas sem submetê-los a qualquer estratégia revolucionária já formulada. Já o PCB procura meios de ocupar o sindicato oficial (16).

Em fevereiro de 1976, foi editado o primeiro número do jornal LUTA SINDICAL, órgão significativo para o movimento operário, que se tornou o veículo de divulgação e propaganda da Oposição Sindical Metalúrgica no campo operário e sindical. Esse número enfatizava a luta pela formação das comissões de fábrica e explicitava seu objetivo político e ideológico (17). É A ÊNFASE NAS LUTAS FABRIS QUE DEFINE O PERFIL DA OPOSIÇÃO SINDICAL (18).

Embora o quadro do Estado/Regime brasileiro não houvesse mudado substancialmente com a distensão do Governo Geisel, a conjuntura nacional era outra com o crescimento das lutas de resistência democrática (o Movimento de Anistia e a Ordem dos Advogados do Brasil implementavam a campanha pelo restabelecimento do Estado de Direito; a imprensa explorava os limites da redução gradual da censura etc...).

16- Décio Saes, op.cit., p.221.

17- Eder Sader, op.cit., p.234.

18- Ver Jornal Luta Sindical Número 1, da Oposição Sindical de São Paulo.

De uma maneira geral, os espaços de luta ampliam-se, apesar da extrema direita ter procurado endurecer o regime em 1976, quando em São Paulo acontece a prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog e, logo depois, do operário Manoel Fiel Filho. Ambos foram presos e morreram nas dependências do II Exército. Por causa desses fatos foi destituído de seu posto o comandante do II Exército, o General Ednardo D'Ávila Mello.

As mudanças na ação operária estão relacionadas com a mudança da conjuntura econômica e política; o governo procura alterar o seu próprio projeto de ordenação política, permitindo um crescimento de fato do movimento operário. Entretanto, as questões como a livre negociação, o direito de greve, a política de contenção salarial, a liberdade sindical não faziam parte da agenda das elites governamentais, partidárias da distensão política, e de seus mediadores válidos situados no campo das oposições burguesas. Os liberais organizados na Frente Nacional de Redemocratização (FAB, Igreja, parte da imprensa e muitos homens de negócios congregados junto ao MDB) propunham o restabelecimento do Estado de Direito, com o estabelecimento de uma democracia política. Por outro lado, denunciavam os perigos do estatismo exagerado para a saúde da economia capitalista, e propunham uma maior participação do empresariado nas decisões econômicas. Porém, os interesses específicos da classe operária foram es-

quecidos, estavam fora dessa plataforma, que privilegiava a crítica ao regime, denunciando os desmandos repressivos, a censura à imprensa, o constrangimento à liberdade de expressão, em nome da defesa dos direitos humanos e do retorno à democracia política. Entretanto, no primeiro momento, não se questiona a natureza autoritária do controle estabelecido sobre o movimento operário e sindical, a política de contenção salarial e outros pontos que interessavam diretamente à classe operária (19).

3.0 IMPACTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE MASSA NO PROCESSO POLÍTICO.

Em 1977, a classe operária invade o cenário político brasileiro, realizando uma campanha a nível nacional pela reposição salarial. Essa campanha denunciava a falsificação realizada pelo governo federal, na figura do então Ministro Delfim Netto, dos índices de inflação em 1974. Em 1978, com as greves de maio, a classe operária entra em cena definitivamente e vira do avesso o jogo das forças políticas, afastando do centro do palco os liberais.

Em abril de 1977, o Governo Geisel, preocupado com eleição para governador em 1978 - que seria direta - decreta o fechamento do Congresso e edita o "Facote de Abril", que estipulava: doravante, as emendas constitucionais exigiriam apenas maioria simples para sua votação; todos os governadores de estado e um terço dos senadores seriam escolhidos in-

19- Eder Sader, op.cit., p.241.

diretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais; os deputados federais teriam seu número base fixado de acordo com a população e não do total de eleitores registrados; o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão ficava rigorosamente limitado nos termos da "Lei Falcão", já aprovada no Congresso em 1976. A edição do "Pacote de Abril" coloca nas ruas o movimento estudantil, com mobilizações pelas liberdades democráticas e a volta ao "Estado de Direito". Cria-se um clima geral de contestação à ordem autoritária e de questionamento à legitimidade do regime. Esse questionamento à ordem vigente penetrou nas fábricas, tornando-se elemento importante para a eclosão das greves de 1978-1979 e na configuração do significado específico que elas viriam a adquirir. Se é verdade que os movimentos grevistas recentes (77-78-79) foram essencialmente econômicos, não é menos verdade que tiveram também o seu aspecto político. Isto porque os operários, ao se mobilizarem para conseguir aumentos salariais, estavam negando a fixação autoritária de índices de reajustes determinados pelos governos militares, lutando pela autonomia sindical e reconquistando na prática o direito de greve(20).

As greves de maio de 1978 marcam a primeira ação em larga escala empreendida pelos trabalhadores, iniciando efetivamente o ascenso do movimento operário, através das ondas sucessivas de paralisações, intercaladas com fases de re-

20-Maria Hermínia Tavares de Almeida, "Novas Tendências do Movimento Sindical", in Hélgio Trindade (org.) Brasil em Perspectiva: Dilemas da Abertura Política, Porto Alegre, Sulinas, 1982, p.86.

por cento; 2) pagamento dos dias de greve; 3) não punição dos grevistas. Em agosto, o General Geisel baixou o Decreto-Lei número 1.632 proibindo greves em serviços "de interesse nacional", e estabeleceu formas rápidas e severas de repressão jurídica a essas greves. A definição do que era considerado como greves inaceitáveis era bastante ampla, o que permitia a aplicação indiscriminada da lei.

Por outro lado, os patrões desenvolvem mecanismos para por fim à greve. a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP distribuiu circular com orientação para que não seja mais permitida a greve dos "braços cruzados, máquinas paradas", ou seja, com a ocupação das fábricas. Os operários parados devem ser expulsos à força, se preciso, inclusive com o auxílio da polícia. A burguesia procura se recompor com o poder central (22).

A eclosão das greves operárias obrigou o alargamento do projeto de "distensão", que se transformou em "abertura política". Com a posse do General Figueiredo, a política de "distensão" do Governo Geisel não satisfazia as reivindicações dos setores populares e democráticos, mas abria espaço para que ampliassem as suas forças e as dificuldades do regime. Com mais de cem greves em quinze Estados, no ano de 1970, o protesto operário tinha se tornado uma verdadeira questão nacional.

22- Uma cópia dessa circular da FIESP encontra-se no Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro.

Agrava-se a crise do regime militar e , para sair dessa crise, só havia dois caminhos possíveis para o regime: ou fechar de uma vez, correndo o risco de enfrentar uma reação popular imprevisível; ou abrir mais. O Governo Figueiredo escolheu a última alternativa para sair da crise, embarcando numa política de "abertura gradual e controlada" , com a qual pretende dividir a frente oposicionista, chegando a um acordo com a oposição burguesa latifundiária conservadora - tipo Tancredo Neves - neutralizando a oposição burguesa nacional-reformista - tipo PDT e setores do PMDB - desagregando, isolando, contendo o avanço popular.

Os setores liberais que haviam fustigado o governo pouco tempo antes aplaudem o projeto de abertura política, pois receavam um aprofundamento das dissensões nas forças armadas, e o movimento social emergente. A denominada "abertura", isto é a transição lenta e gradual foi capaz de soldar as necessidades de rearranjo político com os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem. As concessões no plano político institucional concedidas pela "democracia forte", repõem o apoio do conjunto das frações burguesas e de amplos setores das camadas médias liberais tradicionais (23).

23- Ricardo Antunes, A Rebelião do Trabalho e o Confronto Operário no ABC Paulista: As greves de 1978-1980, São Paulo, Editora Unicamp/Ensaio, 1989.

A abertura política, diluiu a oposição, ou seja, dividiu a frente oposicionista e conteve o avanço popular com a ajuda de setores conciliadores da oposição, que enxer-gou no projeto de abertura uma saída possível e desejável para o impasse político em que se debatia o país.

A abertura acabou por devolver o governo a líde-res civis conservadores e estabelecer um tipo de democracia burguesa latifundiária, sob a tutela militar e com a manuten-ção de várias restrições constitucionais às liberdades (24). Ainda assim, a abertura trouxe mudanças reais na forma de Es-tado, alargando a margem de atuação legal, que a oposição po-pular aproveitou sem hesitação. As greves trouxeram à tona a questão social e a questão trabalhista. Quanto mais o gover-reformava o regime militar, tanto mais se impunha o processo de negociação entre o capital e o trabalho (25). Em 1979, a palavra-chave na política brasileira era "negociação", o equivalente lógico à abertura para aqueles que desejavam um regime político genuinamente pluralista (26).

No final de 1978, Geisel abole o AI-5 e restabelece o "habeas-corpus" para as pessoas detidas por motivos po-líticos, a censura prévia para o rádio e televisão são sus-

24- Duarte Ferreira, op. cit. pp. 8-9.

25- Bernardo Kucinski, op. cit.

26- Thomas Skidmore, op. cit. p.358.

penas e as penas de morte e prisão perpétua abolidas.

Em setembro de 1979, o governo decretou uma "nova política salarial" - Decreto-lei n. 6.708. As medidas principais do decreto foram a instituição dos reajustes semestrais de salários e a concessão de aumentos de dez por cento acima do INPC para os salários compreendidos entre um e três salários mínimos. Esse decreto expressava a disposição do governo de retomar o controle da política salarial, definitivamente bombardeada pelo movimento grevista, que não se detinha. E, segundo os estrategistas do governo (tanto de Geisel, quanto de Figueiredo), a abertura só poderia ser bem sucedida se os trabalhadores fossem mantidos sob controle. A burguesia vai substituindo os mecanismos anteriores de dominação por outras formas, sem perder a sua hegemonia nem o controle político (27).

No dizer de Florestan Fernandes: "O melhor dos mundos possíveis, passa, portanto, para os setores estratégicos das classes dominantes, pela ditadura, porém, segundo uma lógica burguesa de capitalismo dependente internacionalizado: ao destruir-se, a ditadura daria à luz não ao seu avesso ou o seu contrário, mas uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a

27- Eder Sader & Paulo Sandroni, Lutas Operárias e Táticas da Burguesia - 1970-1980, Cadernos FUC/ECONOMIA, São Paulo, Educ/Cortez Editora, 1981, p.20.

representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral" (28).

AS GREVES DE 1978 E 1979 EM SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA.

O movimento grevista de 1978, dos metalúrgicos do Município de São Paulo, ressurgiu dentro das fábricas e se organizou fora dos sindicatos oficiais. A tática de paralisação dentro das fábricas e a busca do encaminhamento e da organização dos trabalhadores metalúrgicos no local de trabalho através da formação de grupos ou comissões de negociação independente do sindicato visava, sobretudo, enfrentar o arrocho salarial, que naquele momento assumia o papel central (29).

O agravamento da situação econômica deteriora ainda mais o padrão de vida do conjunto dos trabalhadores brasileiros. Segundo o DIEESE, enquanto o custo de vida su-

28- Florestan Fernandes, A Ditadura em Questão, São Paulo, T.A. Quieroz, 2.ª Edição. Nossa única reserva a esse texto do Prof. Florestan Fernandes diz respeito ao termo autocracia. Para nós, o representante não era autocrático, mas o representante do grande capital nacional e internacional.

29- Arnaldo José França Nogueira, A modernização Conservadora do Sindicato Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983), Tese de Mestrado, Unicamp, 1990, p.83.

biu 52 vezes, no período de 1964-1978, o salário dos metalúrgicos cresceu apenas 29 vezes. O Salário que um metalúrgico recebia em 1978 significa 58% da remuneração recebida em novembro de 1964 (30).

TABELA 1

SALÁRIO	DISTRIBUIÇÃO DOS METALÚRGICOS NA FAIXA DE SALÁRIOS	PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO NA FOLHA DE PAGAMENTO
até 2 SM	56%	27%
de 2 a 3 SM	18%	17%
de 3 a 4 SM	10%	12%
de 4 a 6 SM	9%	16%
de 6 a 8 SM	3%	8%
TOTAL	100%	100%
OBS.: FONTE DIEESE, 1978 O SALÁRIO MÍNIMO NO PAÍS ERA DE CR\$ 1.560,00 UMA FAMÍLIA DE 5 PESSOAS GASTA SÓ PARA A ALIMENTAÇÃO BÁSICA CR\$ 1.446,71		

30- Ver O Metalúrgico, n. XXXVIII, São Paulo, set/out, 1978.

A política salarial adotada pelo regime militar de 1964 a 1968, fixava as taxas de reajuste salarial sistematicamente abaixo do aumento do custo de vida, acarretando uma queda de 23% no salário real dos trabalhadores e em particular da categoria metalúrgica. Entre 1969 e 1972, em pleno período do "Milagre", as alterações introduzidas na política salarial (especialmente a introdução do coeficiente de correção dos erros de previsão inflacionária), trouxeram uma melhora salarial da ordem de 6%, muito aquém do necessário para repor as perdas do período anterior ou para compensar as altas taxas de aumento da produtividade existentes no setor metalúrgico. E nos anos subsequentes as perdas reais em relação ao salário permanecem (31).

Isto ocorre porque o padrão de acumulação e expansão econômica adotado pelo regime baseou-se nos seguintes elementos:

1) uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram ampliar o crédito ao consumo; 2) uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3) forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica (32).

31- John Humphrey, Fazendo o Milagre- Controle e Luta Operária na Indústria Automobilística, Rio de Janeiro, Vozes/CEBRAP, 1982.

32- Paul Singer, A Crise do Milagre, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.116.

Nesse modelo de acumulação a contenção salarial constitui-se em instrumento efetivo de sustentação e impulsionador do padrão de acumulação. Sua vigência traz como resultante o empobrecimento crescente das massas assalariadas, inclusive durante o auge expansionista. Se acrescentarmos a esta tendência constante de rebaixamento dos salários, a intensificação da jornada de trabalho e o incremento tecnológico, temos a articulação que particulariza o capitalismo no Brasil: a superexploração do trabalho através do incremento das dimensões absolutas e relativas da mais-valia (33).

O trabalhador foi aliado do milagre econômico, que concentrou renda nas mãos de uma minoria da população. Em 1965, o trabalhador destinava 36,74 da jornada mensal do trabalho à compra de ração essencial (ver tabela 2). Em 1978, essa porcentagem havia se elevado para 57,34% e, em 1979, para 63,78%. Isso significa que somente 42,66%, em 1978, e 36,22%, em 1979, dos rendimentos recebidos poderiam ser utilizados para moradia, transporte, saúde e educação.

Devido à queda do poder aquisitivo dos salários, o número de horas necessárias à aquisição de ração essencial para um trabalhador que recebesse o salário mínimo, aumentou de 88 horas e 11 minutos em 1965 para 141 horas e 52 minutos em 1977. Durante os anos do "Milagre" esse crescimento foi

33- Francisco de Oliveira, A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

ainda mais acentuado como se observa na tabela 2.

TABELA 2

RAÇÃO ESSENCIAL E SUAS MÉDIAS ANUAIS

ANO	TEMPO DE TRABALHO	% DA JORNADA MENSAL
1965	88h 11m	36,74
1966	109h 15m	45,52
1967	105h 13m	43,84
1968	101h 35m	42,33
1969	110h 34m	46,00
1970	105h 12m	43,84
1971	111h 47m	46,57
1972	119h 07m	49,63
1973	147h 04m	61,28
1974	163h 33m	68,14
1975	149h 39m	62,36
1976	157h 30m	65,02
1977	141h 52m	59,11
OBS.: FONTE; DIEESE		
O TEMPO DE TRABALHO PARA SE OBTER A RAÇÃO ESSENCIAL		
DE 1965 ATÉ 1979 QUASE QUE DOBROU		

Essa situação sócio-econômica vivida pelos metalúrgicos de São Paulo favorece o desenvolvimento de uma solidariedade e unidade na luta, cuja centralidade está na questão salarial. A greve evidencia o confronto com a política salarial estabelecida no pós 1964 (34), e desnuda a crise do modelo econômico brasileiro, trazendo consigo a perspectiva da luta de massas, unitária e bem organizada ao nível de fábrica. Eram greves que se davam fora da data base dos operários metalúrgicos, não visavam a justiça do trabalho, confrontavam-se com a política salarial da ditadura, e apresentavam, de modo latente e difuso, uma atitude de anti-regime militar e anti-governo, destoando em todos esses aspectos do sindicalismo vigente até então (35).

Para Ricardo Antunes, a degradação salarial intensa e extenuante obriga o movimento operário, através da ação sindical grevista, a centrar o eixo de sua ação na luta contra a superexploração do trabalho e pela reposição das per-

34- A política salarial no pós 64 que serviu de base para a política salarial do governo até 1979 consistia na seguinte fórmula: 1) os salários seriam reajustados somente a cada doze meses; 2) O salário reajustado seria baseado em: a) salário real médio pago nos últimos vinte e quatro meses; b) compensação do aumento da produtividade do ano anterior; c) reajuste da inflação residual esperada no correr do ano seguinte, segundo previsão do governo.

35- Armando Boito Jr. "Reforma e Resistência da Estrutura Sindical", in Armando Boito Jr. (org.), Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.68.

das salariais. Portanto, esse traço da luta social, presente em sua universalidade capitalista agudiza-se na concretude do capitalismo brasileiro. (...) na particularidade do capitalismo intermediário e industrializado, onde articula-se incessantemente o reconhecimento relativo e absoluto do sobre-trabalho, a ênfase nesta instância de luta é gritante e acaba muitas vezes a sobrepor-se a outras reivindicações que germinam no mundo do trabalho e que dizem respeito a melhores condições de trabalho no universo fabril, à organização de comissões de fábrica ou de trabalhadores em seus estabelecimentos, à liberdade e autonomia sindicais, ao cumprimento de legislações e acordos existentes, pontos de reivindicação constantes em nosso movimento grevista (36).

Nessa fase de retomada das mobilizações, o movimento operário aproveita-se de uma conjuntura política favorável caracterizada por uma acentuada divisão no seio das classes dominantes, que se manifestava em torno da sucessão do Presidente Geisel, no surgimento da Frente Nacional de Redemocratização, das dissidências militares etc. Assim, os movimentos grevistas surpreendem o regime e os patrões que, naquele momento, não estavam em condições de se unificar contra os trabalhadores. Por outro lado, a política governamental de "abertura" levava o governo a evitar uma repressão mais dura.

36- Ricardo Antunes, Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil, São Paulo, Editora Cortez, 1983, pp.33-35.

Na grande maioria das fábricas paradas entre maio e junho de 1978, os grevistas repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança da oposição sindical (37). O sindicato assumia uma posição distante e desestimuladora, da luta; consistia, por vezes, em elemento de desorganização coletiva no interior do conjunto do movimento operário.

Em face do total desinteresse do sindicato para organizar os grevistas, a forma encontrada para a busca de negociação direta com os patrões e a canalização do movimento passa necessariamente, naquele momento, pela organização de comissões. As comissões formadas no bojo dessas greves serão as mediadoras na negociação com o patronato. As mobilizações grevistas em maio de 1978 introduzem no movimento operário experiências de democracia direta pela base, nas assembleias de fábricas, nos comandos de greve eleitos, que são organismos detonadores e de direção do movimento.

Em São Paulo, as greves de maio de 1978 começaram na Toshiba, onde nasceu uma comissão de fábrica com dezoito pessoas; depois foi a vez da Philco, Siemens, Massey-Fergusson e Caterpillar, sendo que em todas essas empresas houve a formação de comissões de fábrica tiradas entre os operários da própria empresa. A Oposição Metalúrgica de São Paulo está presente nestas lutas, conta com diversos núcleos nas principais empresas e desempenha um papel fundamental na propagação e fortalecimento da proposta das comissões de fábrica,

37- Eder Sader, op. cit. p. 251.

além de representar a única referência articulada, já que o sindicato está inteiramente afastado do conflito (38).

Das primeiras dez fábricas que entraram em greve na cidade de São Paulo, oito delas tinham trabalho da Oposição Sindical; das primeiras trinta fábricas, a metade possuía militantes da Oposição Sindical, trabalhando nelas (39). Durante as jornadas de maio-junho de 1978, somente na grande São Paulo, foram mobilizados mais de 500 mil trabalhadores, na área onde se encontra o núcleo do capitalismo brasileiro. Nas experiências acumuladas afirmavam-se os grupos de base e/ou comissões de fábrica, que assumiram, muitas vezes, a função de organismos detonadores e de direção do movimento grevista, determinando as suas formas de ação, o seu ímpeto e, mesmo, o sentido de suas negociações com os patrões (40). As comissões representaram, naquele momento, um "grande sindicato", descentralizado, democrático, independente frente ao Estado e fortemente representativo. Nas greves

38- Hamilton José Faria, A Experiência Operária nos anos de resistência - A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964-1978), Tese de Mestrado, PUC/SP, 1986, p. 371.

39- Contribuição para a análise das Greves de Maio de 1978-13 de Maio - NEP/outubro de 1984.

40- José Álvaro Moisés, Lições de Liberdade e de Opressão- O Novo Sindicalismo e Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.125.

de maio-junho de 1978, a participação do sindicato oficial foi meramente formal. No entanto, as greves de novembro de 1978 e de novembro de 1979, época da data-base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, recolocam a "importância do aparelho sindical". Ou seja, parte crescente das greves passou a ser organizada em conjunto com as diretorias dos sindicatos oficiais e de acordo com as normas básicas de funcionamento desse aparelho sindical.

A partir de Novembro de 1978, a maioria da oposição opta pelo caminho de ganhar espaços dentro do sindicato de Estado. As correntes de oposição passaram a aplicar a tática de "empurrar o pelego para a greve" (41), praticamente abandonando a organização fabril que fica sem papel definido no contexto do conflito (42). As Comissões de, Fábricas que estavam no centro articulador de maio-junho, passam a ter um papel secundário no processo de organização da luta grevista. A Oposição Sindical Metalúrgica joga todas as suas forças na mobilização em torno do sindicato oficial e de acordo com as normas básicas de funcionamento desse aparelho sindical (43). Este fato - o de tomar o espaço "unificador" do sindicato como referência principal do movimento - altera radicalmente as condições nas quais se travava a luta grevista. A organização do movimento que era ditada pelas Comissões

41- Jornal da Greve, Oposição Sindical Metalúrgica, 31/10/1978.

42- Eder Sader, op. cit., p.250.

43- Armando Boito Jr., op. cit., p.238.

de Fábrica, passou a ser controlada pelo sindicato de Estado, e concretamente, no caso de São Paulo, pela diretoria "pele-ga", isto é, governista, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A greve geral da categoria metalúrgica da cidade de São Paulo de novembro de 1978 foi derrotada. A oposição havia centralizado praticamente toda a sua ação tendo como referência o sindicato e, ao tentar neutralizar o sindicato, foi neutralizada. A oposição não conseguiu impedir que Joaquim do Santos Andrade (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) aprovasse um acordo que pôs fim à greve (44). O fracasso da greve de novembro de 1978 mostrava que, centralizada a luta no sindicato, o movimento tornava-se vulnerável às manobras do "pelego".

O ano de 1979 marca uma nova etapa de desenvolvimento da conjuntura nacional, caracterizada pelos efeitos da "abertura política". Dentro da "abertura", o Governo Figueiredo conseguira neutralizar ou atrair uma parte da antiga oposição burguesa liberal. O Governo Figueiredo havia também desenvolvido, juntamente com o empresariado, uma tática de contenção dos movimentos de massa, baseada na combinação da repressão policial com o envolvimento político dos setores conciliadores e vacilantes, somada à elaboração de uma política salarial, com reajustes semestrais e negociação direta a cada doze meses entre patrões e sindicatos, em torno de

44- Ver Revista Isto é, maio-junho 1978.

adicional de produtividade, calculado separadamente para cada categoria profissional.

A reação do governo e dos empresários alterou os resultados dos movimentos grevistas que, de maneira geral, obtiveram menores conquistas econômicas que no ano anterior.

A greve geral dos metalúrgicos de São Paulo em 1979 realizou-se exatamente no momento da implantação da nova política salarial e também no período em que o governo articulava a favor de um "pacto social" com os sindicatos.

Em novembro de 1979, a Oposição Sindical organiza os comandos de greve por região. Os comandos foram formados a partir de reuniões e assembléias, organizadas pelas comissões inter-fábricas. Criam-se comandos em todas as regiões de São Paulo sob a direção de um comando geral, onde estava luída a diretoria do sindicato. A oposição pretendia ter um espaço de articulação que passasse por dentro do Sindicato sem ficar presa à diretoria. Mas se as greves por empresas de maio-junho de 1978 pegaram os empresários e o governo de surpresa, já nas greves gerais de novembro de 1978 e de novembro de 1979 a generalização do movimento grevista apresentava-se como um desafio ao novo governo do Presidente Fi-

gueirado, que logo começa a acionar instrumentos de controle e repressão (45). O governo exerce violenta repressão sobre o movimento, colocando as tropas na rua, que espancaram grevistas, dissolveram piquetes com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, e até mesmo balearam e mataram trabalhadores, transformando cada zona industrial em verdadeiras praças de guerra. Além disso, o governo lançou mão de leis e decretos para intervir em sindicatos e, por meio da Justiça do Trabalho, declarou as greves ilegais, e julgou improcedentes a maioria das reivindicações.

Apesar do empenho e da combatividade de uma significativa camada de militantes sindicais nas fábricas, a greve termina derrotada.

A derrota de novembro de 1979 acelera as divergên-

45- Após o término do movimento grevista, em novembro de 1978 são demitidos mais de dois mil trabalhadores pertencentes, em sua maioria às comissões de fábrica formadas em maio. São organizadas listas negras de modo que os operários mais ativos não conseguissem encontrar trabalho nas grandes fábricas. Em 1979, face a repressão policial, são assassinados três operários: Santo Dias da Silva (operário metalúrgico da cidade de São Paulo, membro da Oposição Sindical e da Pastoral Operária), o operário Urcílio (trabalhador da construção civil em Belo Horizonte), e Benedito Gonçalves (metalúrgico de Divinópolis). Ver Caderno do Trabalhador, São Paulo, GEP-Urplan/PUC-SP, n.4, 82.

cias no interior da Oposição Sindical. Há necessidade de uma transformação no movimento sindical, pois este parece já não poder conviver com as estruturas herdadas do passado. Resta saber que tipo de transformação são estas e como elas poderão ocorrer (46). O lugar do sindicato nas lutas operárias e sua relação com as formas de organização de base na fábrica volta ao centro dos debates. As divergências eram de peso e remetiam à relação entre a organização autônoma nas fábricas e a atuação no interior dos sindicatos existentes (47). Este era o pomo da discórdia: autonomia operária afirmada na continuidade do conflito de classe (através das comissões de fábrica) e a institucionalidade trabalhista, onde se regulamentam as relações trabalhistas (48). Obviamente a "continuidade do conflito na fábrica" não exclui, de modo algum, a luta por direitos sociais, assim como a centralização das comissões de fábricas não exclui a "institucionalidade trabalhista". No Brasil não se regulamenta apenas os direitos sociais, mas também, e isso é ainda mais no período analisado as formas de organização dos trabalhadores - a estrutura sindical.

No primeiro Congresso da Oposição Sindical Meta-lúrgica de São Paulo, realizado em março de 1979, a questão do caráter das comissões e do sindicato é vista de perspectivas diferentes. A minoria da oposição considera fundamental a ocupação do sindicato pelos trabalhadores. O sindicato

46- José Álvaro Moisés, op. cit., p.130.

47- Eder Sader, op. cit., p.260.

48- Idem, Ibidem, p. 362.

é o organismo dos trabalhadores ocupado e controlado pelo Estado. Há que se ocupar o principal instrumento dos trabalhadores, o sindicato, com representatividade nas fábricas (através do delegado sindical e das comissões de fábrica), transformando-o assim, em um organismo autônomo, democrático e com profundas raízes entre os trabalhadores (49). A visão majoritária da oposição considera fundamental a organização em comissões de fábrica, embrião do sindicalismo de base, independente dos patrões e do governo e representativo. O sindicato de Estado é um instrumento útil em determinados momentos desde que controlado por direções combativas ligadas às bases(50).

Nas teses aprovadas no 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo é colocada a necessidade de decmantelar a estrutura sindical herdada do Estado novo, corporativista e antioperária. Coloca-se a necessidade de uma organização nova, independente do Sindicato de Estado, a partir de organizações de fábrica.

"(...) Um sindicato cuja sustentação financeira venha da contribuição e apoio consciente dos sindicalizados, e de outras formas de arrecadação aprovadas em assembléia, e cuja direção seja renovada em eleições livres controladas pelos trabalhadores". (51)

49- Hamilton José Barreto de Faria, op. cit., p. 361.

50- Idem, ibidem, p. 362.

51- Ver Coleção de documentos do Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Socorro.

Apesar dessas colocações, a prática exhibe as ambiguidades e o esfacelamento da proposta original. Mesmo no setor majoritário da oposição, já se observa uma tendência presente de tomar o espaço unificador do sindicato como referência principal do movimento. Ou seja, o grupo majoritário organiza-se para ocupar o lugar no sindicato, é a transformação deste que passa a ser o seu objetivo central, e não mais a organização autônoma nas fábricas, como base para um sindicato legítimo. Acreditamos que quatro fatos são importantes para a mudança de postura do grupo majoritário: 1) a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo adotou a tática de "empurrar o pelego para a greve" como o texto já mostrou. Ou seja, as greves de novembro de 1978 e de novembro de 1979 eram pensadas como greves que deveriam ser organizadas pelo sindicato oficial sob pressão da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; 2) a Oposição Sindical Metalúrgica, na medida que passou a revalorizar o sindicato oficial como pólo UNIFICADOR, foi abandonando, na prática, o objetivo de construir comissões inter-fábricas, organismos que deveriam UNIFICAR as COMISSÕES DE FÁBRICA de diversas empresas de uma dada região; 3) a Oposição Sindical Metalúrgica passou a funcionar crescentemente, primeiro na eleição de 1978 e depois, na eleição de 1981, como uma articulação eleitoral para ganhar a direção do sindicato oficial; 4) faltava, nos documentos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, uma crítica coerente e consequente aos pilares da estrutura sindi-

cal (organização por categoria, unicidade, taxas obrigatórias etc...). A crítica dirigia-se mais ao modelo ditatorial de gestão do sindicato oficial.

"Deve ficar claro que combater a atual estrutura sindical não significa negar a importância da atuação nos sindicatos atrelados. Em certos momentos eles têm demonstrado que é órgão que consegue mobilizar os trabalhadores que tem esbarrado nas diretorias pelegas e na estrutura atrelada, mas que podem levar a lutas importantes (52).

São Bernardo do Campo é visto como exemplo a ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema propõe a figura do delegado sindical, isto é, representantes sindicais controlados pelos sindicatos a nível de fábrica. Os grupos e as comissões devem estar vinculados ao sindicatos e obedecer a sua orientação. Essa vinculação orgânica da comissão com o Sindicato de Estado determinará o encaminhamento das ações políticas dos trabalhadores (53).

52- Idem.

53- Ver "Resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema", in Rainho, Flávio, e Bargas, Osvaldo M., As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo (1977-1979), Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

No Brasil do Governo Figueiredo existia uma crise da ditadura e a conciliação com a estrutura sindical significou desviar-se da luta pela organização de um movimento operário autônomo e da luta consequente contra a ditadura, isto é, significava aceitar a falta de liberdade de organização sindical.

No período posterior ao do nosso estudo, ao longo dos anos 80, as poucas comissões de empresa que subsistiram, ou foram criadas na categoria metalúrgica da cidade de São Paulo, estão vinculadas ao sindicato oficial. As comissões de fábrica surgidas espontaneamente em meados de 1978 organizam uma luta de tipo sindical, porém eram autônomas frente ao sindicato oficial e, ainda que de modo difuso, algumas delas apresentam uma ideologia de inspiração anti-capitalista. As poucas comissões do período posterior retiraram completamente do horizonte o projeto socialista (54). Hoje, a comissão de fábrica, assim como o sindicato, fazem parte da estrutura do sindicato oficial, e portanto, passam a ser um instrumento de regulação do conflito entre capital e trabalho (55).

Temos, hoje, na categoria dos metalúrgicos apenas sete comissões: da Ford, da MWH, da Mafersa, da Bemco, da Coltex-Frigor, da Metalco e da Napri (56).

54- A estratégia dos Conselhos em Gramsci está ligada à análise do imperialismo e ao sucesso da Revolução de Outubro, bem como aos efeitos da guerra. A implantação dos Conselhos

"A se confirmar este quadro e pensando a democracia direta e de base como algo que não pode ser implantado meramente a partir de um projeto político, mas como um acontecimento dos momentos em que o ascenso das lutas chama à participação, provavelmente ela não se fará presente no dia a dia da classe operária, mas só entrará em cena como manifestação de ricas experiências de períodos de excepcionalidade.

Assim cada avanço será um momento de entrada em cena da democracia operária, com a necessária oxigenação da vida sindical, e cada recuo trará uma perda das posições antes conquistadas, combinada com uma certa institucionalização das organizações de base que permanecerem" (57).

Hoje o movimento sindical institucionalizado tem um espaço político na sociedade; já a organização no local de trabalho é quase inexistente.

visa permitir que as imensas forças sociais que a guerra desencadeou se disciplinem de forma política. Os Conselhos seriam as bases de um Estado Novo, e instrumento de supressão da Burguesia como classe dominante. Sindicatos e Conselhos, 11 de Outubro de 1919. (...) duas são as modificações essenciais que transformam os comitês de empresas em Conselhos Operários, rapidamente implantadas em todas as fábricas de Turim: eleição dos membros por todos os operários (sindicalizados ou não) e organização da representação operária a partir da estrutura de produção (equipe, seção, fábrica, sistema de fábrica).

55- Adolfo Gily, "Los Consejos de Fábrica: Argentina, Bolívia e Itália", in Revista Marxista Latino Americana, Coyocanm Outubro-diciembre, número cinco, 1978, p. 54.

56- Iram Jacome Rodrigues, "As comissões de empresa e o movimento sindical", in Armando Boilo Jr., op. cit., p. 157.

57- Revista Proposta, Experiências em Educação Popular, "os impasses do novo sindicalismo", Adair Barcelos e Pío Dresch Fase, março de 1989, p.12.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA

O MOVIMENTO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA

A luta dos trabalhadores tem sido uma constante do movimento operário, desde, o nascimento do capitalismo até nossos dias. Para travar essas lutas contra o poder do capital, o trabalhador desenvolveu diversas formas de organização, indo desde a criação de associações de bairro, comitês de bairro, até os sindicatos e partidos.

A comissão de fábrica é uma forma de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Ela possibilita aos operários se organizarem, para lutar por aumentos salariais, melhorias das condições de trabalho, segurança, jornada de trabalho, controle da produção e autogestão dos trabalhadores dentro das suas empresas.

Essa forma de organização (CF) não é nova. A história das lutas operárias registram em diversos países sua atuação desde o século XIX, e tem contribuído para a organização dos trabalhadores e até mesmo nas transformações profundas de determinados países. Desde os comitês da Comuna de Paris e o soviete de Petrogrado de 1905, até os sovietes que tomam o poder na Revolução de Outubro e os Conselhos Operários de Turim, esta forma de organização tem se imposto na prática revolucionária (1).

No Brasil, as comissões de fábrica não são recentes, estão na própria história da classe operária brasileira.

1- Ernesto Handel, Control Obrero, Autoqestión, México, Ediciones Era, 1974, p.34.

Antes de 1930, os trabalhadores já se organizavam dentro das empresas ou por ofícios (2). Perde-se a pista de sua existência (CF) durante a fase mais difícil do "Estado Novo", mas tem nova origem em 1944, entre os Têxteis (3).

No período de 1945-1947, o ascenso do movimento operário grevista em São Paulo, colocou uma série de questões afetas ao operariado: 1) a relação entre a organização de fábrica e o sindicato; 2) a possibilidade de atuação intersindical; 3) as visões políticas "externas ao movimento em si (como por exemplo, a relação entre o capital estrangeiro e o nacional)).

A questão da organização operária nos locais de trabalho está presente em todos os movimentos decisivos da época. De 33 greves ocorridas em São Paulo, em 1946, 13 delas foram decididas fora dos sindicatos e em 15 destes movimentos, constatou-se a presença das comissões de fábrica como elemento organizador. Em 1947, das 22 greves, 12 delas também apresentaram aquela forma de organização de base (4).

No início de 1946, o governo Dutra baixou o Decreto 9.670 que proibia as greves; em 1947, pôs o PCB na ilegalidade e decretou intervenção nos sindicatos. Diante disso, o movimento operário sofreu um grande refluxo, mas a luta con-

2- Margareth Rago, Do Cabaré ao Lar - a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930), Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, p. 56.

3- Ricardo Maranhão, Sindicato e Democratização (Brasil 1945-1950), São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 54.

4- Ricardo Antunes & Arnaldo Nogueira, O que são Comissões de Fábricas, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, p. 8.

tinuou nas fábricas. E a existência de comissões de fábrica foi fundamental para o avanço do movimento operário, no período de 1945-1947 e para a sua sobrevivência nos anos posteriores.

Na década de 50, o movimento operário, fortalecido pela experiência de comissões dos anos anteriores, reiniciou um processo de mobilização e greves no âmbito das empresas, criando condições para a eclosão da greve dos 300 mil, em São Paulo. A deflagração da greve foi um momento de unificação das lutas parciais e locais da classe operária e, as comissões tiveram papel importante na mobilização e organização da greve (5).

Já na década de 60, as grandes mobilizações tiveram outra dinâmica. Os sindicatos organizados no Pacto de Ação Conjunta estiveram à frente do movimento grevista e serviram de canal principal na sua organização e direção. Na greve dos 700.000, ocorrida em outubro de 1963, essa situação era evidente. Os organismos sindicais dessa época, realizaram grandes mobilizações de massa, onde surgiram organismos extra-legais, como a CBT que unificava diversas categorias profissionais fora da estrutura oficial. O sindicato era o centro coordenador e unificador das lutas de fábrica, substituía a organização interna nas empresas (CF). Essa falta de organização interna nas empresas, foi um dos fatores explicativos da pouca resistência operária ao golpe militar de 1964, que

5- Ver José Álvaro Moisés, A greve de massa e crise política, São Paulo, Polis, 1976.

imediatamente interveio e reprimiu a maioria das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e iniciou uma nova fase de intervencionismo e peleguismo sindicais inteiramente afinados com os interesses dos monopólios nacionais e internacionais.

Após a repressão desencadeada sobre o movimento operário pelo golpe militar de 1964, houve um profundo refluxo, e somente em 1968, com as greves de Contagem e Osasco é que o movimento operário retoma a sua luta. O movimento dos operários tornou-se um marco, foi a primeira grande manifestação operária contra a ditadura militar.

Em Osasco a greve contou com a presença da comissão de fábrica, organizada na Cobrasma. A comissão de Osasco foi sufocada, alvo de intensa repressão: a polícia invadiu a Cobrasma e o sindicato sofreu intervenção. Houve a prisão do comando de greve dentro da Cobrasma, e parte dentro do sindicato.

O movimento operário nos anos de 1968-1973, procurou se organizar dentro das fábricas. Começaram a renascer os pequenos núcleos de organização, embriões de futuras comissões de fábrica.

Em 1974, as pequenas lutas começam a se ampliar e os grupos de fábrica vão se constituindo com maior força. Na mesma dinâmica de ascenso dos grupos de fábrica, um outro elemento começa a atuar fortemente nos rumos da luta dos trabalhadores: é o aparecimento dos "sindicalistas autênticos".

A expressão maior desse segmento deu-se no sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista.

A movimentação grevista do ABC tem início em maio de 1978, se intensificando, quando a ferramentaria da Ford é totalmente paralisada pelos operários. O movimento cresce. No dia 12 de maio de 1978, os operários da Scânia cruzam os braços. A partir daí, começam novas ondas de greve em todo o Brasil.

As comissões de fábrica reaparecem no cenário da onda grevista. O seu ressurgimento a partir de 1978 não constitui, portanto, um fato inusitado, ao contrário é um dos aspectos mais significativos da história do movimento operário no Brasil. É uma antiga estratégia, que emerge como novo, na medida em que aparece descontextualizado, aparece como forma e não como modelo transposto as condições diferentes (6).

O Brasil era outro. O período aberto pelo regime militar traz um forte impulso de modernização e industrialização. Em vinte anos (1960-1980), a população urbana cresceu de 31 milhões para 80 milhões de habitantes, enquanto no campo ela permanecia na casa de 38 milhões. Neste período, os trabalhadores na indústria de transformação de dois milhões

6- José Hamilton Barreto de Faria, A Experiência Operária nos Anos de Resistência - A Oposição Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário: 1964-1978, Tese de Mestrado, PUC, São Paulo, 1986.

para sete milhões, num incremento de 255%.

Esta rápida industrialização, com grande investimento nos setores de ponta forjou uma nova e mais numerosa classe trabalhadora e novos setores de assalariados, além de concentrar um número significativo de operários em grandes estabelecimentos fabris (7).

Essa nova classe trabalhadora, fruto da industrialização pós-64, decorrente da política de desenvolvimento do regime militar (decorrente da política do capital monopolista) tem uma piora considerável nas suas condições de vida e trabalho. A ditadura do grande capital, ao longo do período de estabilidade, exige do sindicalismo de Estado a completa desmobilização de toda a luta reivindicatória. Há um rompimento com o sindicalismo populista que se constituía à sombra do Estado, preso à estrutura corporativa. Ocorre um deslocamento da questão do nacional desenvolvimentismo para os problemas do cotidiano fabril e, simultaneamente, um estreitamento da relação entre a luta sindical e a luta por direitos sociais e políticos. Ao ultrapassar os muros da fábrica, o movimento operário questionou a forma assumida pelo Estado capitalista no Brasil pós 1964.

7- Ver Duarte Pereira, Um Perfil da Classe Operária, São Paulo, Hucitec, 1981.

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR METALÚRGICO NA CIDADE DE SÃO PAULO

No Brasil, considera-se indústria Metalúrgica o conjunto de quatro ramos de atividade industrial constituído respectivamente pelas indústrias metalúrgica, mecânica, e de material de transporte.

Os quatro ramos têm a seguinte participação percentual em relação ao total da Indústria Metalúrgica em termos de quantidade de estabelecimento e de pessoal ocupado: indústria metalúrgica, 42,7 e 33%, indústria mecânica, 31,6% e 28,1%; indústria de material elétrico e de comunicações, 17,5% e 23,6% e indústria de material de transporte, 8% e 13%, conforme tabela abaixo.

DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E GÊNEROS DE INDÚSTRIAS

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 1980

GENÉRIOS DE INDÚSTRIA	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL		ESTABELECIMENTO		PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1980	
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	:(1)731.838.394	*	: 24.842	*	: 920.481	*
	: 100%		:		:	
Metalúrgica	: 13,8%	30,6%	: 12,6%	42,7%	: 14,7%	35,0%
	:		:		:	
Mecânica	: 11,8%	27,7%	: 9,3%	31,6%	: 11,8%	28,1%
	:		:		:	
Mat.Elet.Com.	: 11,7%	27,6%	: 5,2%	17,5%	: 9,9%	23,6%
	:		:		:	
Mat.Transportes	: 5,7%	13,5%	: 2,3%	8,0%	: 5,5%	13,1%
	:		:		:	
Total Ind.	: 42,5%	100%	: 29,4%	100%	: 42%	100%
Metalúrgica(*)		311050567(1):		7369		387813

FONTE: Adaptado do IX Recenseamento Geral - 1980.

Obs.: (1) Em mil cruzeiros.

Ler a 2a. coluna de cada item de baixo para cima.

Os metalúrgicos da cidade de São Paulo representavam em 1970, 37,3% do emprego industrial e 34,5% do valor da produção industrial (8).

Os metalúrgicos da cidade de São Paulo, cerca de 420 mil trabalhadores em 1978, espalham-se por uma grande superfície territorial, onde se localizam 10 mil empresas predominantemente de médio e pequeno porte (9). As micro e pequenas empresas (01 a 49 empregados), atinge 83% do total, responsáveis, no entanto, por uma parcela relativamente pequena do emprego, 19,8% do total. As empresas médias (50 a 499 empregados) com 15,1% do total são responsáveis por mais de 47% do emprego. Já as grandes empresas (acima de 500 empregados) representam 1,3% do total e são responsáveis por 32,6% do emprego.

Isso significa que, em uma extensão territorial de 1.516 km quadrados, existe no município de São Paulo uma estrutura empresarial relativamente desconcentrada, onde a concentração industrial mescla-se com a dispersão industrial. Essa dispersão das indústrias (algumas empresas se distanciam entre si em até 70 km) metalúrgicas pelas regiões do município dificulta em muito a organização sindical, que tende a se pulverizar em termos de ação e política sindical.

8- Victor Manuel Durand, Las Diferencias entre São Bernardo y São Paulo en el reciente movimiento obrero: Notas de investigación, São Paulo, 1981, mimeo.

9- John Humphrey, Fazendo o Milagre - Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística, Rio de Janeiro, Editora Vozes/CEBRAP, 1982.

TABELA

ATIVIDADE TOTAL DO GRUPO 14 - MUNICIPIO DE SAO PAULO(*)
31/12/84

TAMANHO	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	%	EMPREGOS	%
0	327	4,8	0	0
1 - 4	1.847	27,5	4.226	1,3
5 - 9	1.144	17,0	7.695	2,4
10 - 19	1.107	16,5	15.407	4,8
20 - 49	1.156	17,2	83(a) 36.156	11,3 19,8(a)
50 - 99	484	7,2	34.594	10,8
100 - 249	371	5,5	58.401	18,2
250 - 499	163	2,4	15,1(b) 57.713	18,0 47(b)
500 - 999	64	0,9	41.750	13,0
1.000 - mais	33	0,4	1,3(c) 63.243	19,8 32,8(c)
TOTAL	6.696		319.185	

FONTE: Relacao Anual de Informacoes Sociais - RAIS, de 31/12/84.

(*) Tabela organizada a partir da RAIS data-base 31/12/84, Ministerio do Trabalho. A RAIS, segundo informacoes do DECAD-FIESP, passou a organizar os dados relativos ao Municipio de Sao Paulo a partir de 1984.

Obs.: (a) corresponde a pequena empresa; b) media empresa; c) grande empresa.

Em São Bernardo, a implantação da indústria automobilística levou a uma concentração operária em um reduzido número de empresas (Ford, Mercedes, Chrysler, Stânia, Volks). Do total de 140 mil metalúrgicos distribuídos em 670 unidades, metade se concentra nessas empresas e aproximadamente 80% do total dos metalúrgicos são associados ao sindicato. Em São Paulo como se viu a história é outra.

Os metalúrgicos da capital são em geral assala-

riados da produção. No Município de São Paulo, 62% do emprego metalúrgico é ocupado pelos trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas e assemelhados; 7,8% são trabalhadores de profissão técnica-científica e assemelhados; 9% são trabalhadores que não podem ser classificados segundo a profissão; e 7% vinculam-se a outras profissões (10).

- Ministério do Trabalho- Secretaria Geral- CDI
Adaptação da Síntese da Relação Anual de Informações Sociais- País Data Base 31/12/84
Número de Empregos em 31/12/84, segundo FAIXA ETÁRIA, POR OCUPAÇÃO E SEXO
Grupo 14 Local São Paulo (15)

GRUPOS DE OCUPAÇÃO (CBO)	Total de empregos(X)	SEXO(X)		FAIXA ETÁRIA				
		M	F	10-14(X)	15-19(X)	20-39(X)	40-49(X)	mais de 50 (X)
-trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas e assemelhados.	41,99%	51,37%	10,41%	0,16%	4,47%	44,93%	8,87%	3,34%
-trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados	13,92%	8,76%	5,16%	0,04%	1,04%	10,40%	1,13%	0,49%
-trabalhadores de profissão técnica e científica e assemelhados.	7,83%	7,11%	0,71%	0,04%	0,18%	6,34%	0,99%	0,29%
-trabalhadores que não podem ser classificados segundo a profissão.	9,24%	7,69%	1,47%	0,03%	0,72%	6,81%	1,14%	0,47%
outras profissões.	7,42%	5,92%	1,48%	0,04%	0,10%	3,84%	1,79%	1,26%
TOTAL	100,00%	80,85%	19,77%	0,23%	7,27%	72,32%	13,92%	5,85%

Todos esses assalariados são considerados metalúrg-

10- Arnaldo José França Mazzei Nogueira, A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983), Tese de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1990, p.10.

gicos no que diz respeito ao enquadramento sindical, salvo algumas exceções de profissionais e técnicos.

Em 1984, 22,55% da categoria tinha instrução acima do nível ginasial completo; 18,3% da categoria sequer concluíra o primário e do primário completo até o ginasial estavam aproximadamente 60%. Esses dados revelam que a maioria dos metalúrgicos (78% aproximadamente) ocupa cargos e executa funções que requerem pouco grau de instrução. Geralmente esses cargos constituem os níveis mais baixos da organização, a chamada hierarquia, distante e separada dos processos de planejamento e decisão.

Segundo Arnaldo Nogueira, o grau de instrução constitui fator relevante para estratificação e divisão dos metalúrgicos, em níveis tanto do cargo ocupado na estrutura de poder da empresa, como do salário recebido. Aqui começa a problemática das condições sócio-econômicas dos metalúrgicos, e a questão salarial ganha dimensão essencial para a sua real verificação (11).

Considerando o parâmetro do DIEESE (salário mínimo necessário DIEESE=4,92 salários mínimos oficiais em 1984), aproximadamente 60% dos metalúrgicos não atingiam o salário mínimo para uma família sobreviver, e é possível afirmar que à medida que cresce o salário, diminui explicitamente a quantidade de metalúrgicos, confirmando neste setor a pirâmide de distribuição desigual da renda.

11- Arnaldo Nogueira, op. cit. p.49.

O ressurgimento do movimento sindical no Brasil e os seus desdobramentos políticos deveram-se fundamentalmente à paralisação do trabalho realizado pelos operários da produção. Essas paralisações tiveram a sua "causalidade fundante", nas precárias condições de vida e de salários.

Segundo Ricardo Antunes, os trabalhadores da indústria automobilística teriam sido vítimas, nas últimas décadas, de um processo de super-exploração do trabalho. A luta contra o arrocho teria sido assim o significado central da greve, claramente expresso no discurso operário, que por sua vez corresponde a "materialidade" da situação vivida(12).

12- Ricardo Antunes, A Rebelião do Trabalho - O confronto Operário no ABC Paulista: As greves de 1978/80, São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Unicamp, 1988, pp.145-6.

A COMISSÃO DE FABRICA E A TRAJETÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

A origem da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSF) está nas articulações para a formação da chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que se inicia em 1966. Naquele momento, a oposição reunia os antigos militantes em torno da diretoria cassada pelo golpe militar, de ex-militantes comunistas, e de uma tendência ligada a grupo católicos, a Ação Católica Operária (ACO), e em especial à Juventude Operária Católica (JOC), cuja posição era de crítica à estrutura sindical oficial por favorecer o sindicalismo de cúpula.

Em 1967, a Oposição concorreu às eleições sindicais para a renovação da diretoria do sindicato com a Chapa Verde, encabeçada por Waldemar Rossi, um militante formado pela JOC. Compunham a chapa de oposição: uma dissidência do PCB, sindicalistas divergentes da diretoria do sindicato, grupos de esquerda e grupos católicos (13).

O programa da chapa fala timidamente de "conselhos de empresas eleitos livremente pelos trabalhadores em cada empresa. Com a devida orientação dos sindicatos" (14).

13- Eder Sader, Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.290.

14- José Hamilton Barreto de Farias, op. cit., p.75.

A chapa de oposição obteve 6649 votos contra 10.355 votos da situação (15).

A conjuntura inaugurada com o AI-5 em dezembro de 69, leva a oposição ao "exílio" fabril. A USM sobreviverá dentro das fábricas através da constituição de grupos de fábrica. O grupo de fábrica é uma organização operária de caráter clandestino.

Essa época ficou conhecida como o período do Mila-Brasileiro que correspondeu ao auge da repressão. Foi nesse período de intensa repressão que, segundo Frederico, a USM "formulou e traduziu em prática, pela primeira vez, a necessidade de centrar a luta contra a estrutura sindical" e, apesar das dificuldades, apontou o caminho real para o avanço da luta sindical, a constituição de uma frente no interior do movimento de massas" (16).

Em 1972, a Oposição participa das eleições com a Chapa Verde. O seu programa em relação à organização nas fábricas falava apenas em lutar "pelo reconhecimento das comissões de empresa" e "organizar e desenvolver as comissões de empresa" (17).

Em 1974, o governo inicia uma onda de prisões que atingem profundamente a oposição sindical. Toda a coordena-

15- Eder Sader, op. cit., p.230.

16- Celso Frederico, A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984, Vol. 3 - A Reconstrução, Belo Horizonte, Oficina de Livros, p.238.

17- Ver José Hamilton Barreto de Faria, op. cit.

ção da OSM e mais cerca de 70 militantes foram presos. Essas prisões inviabilizam a participação da oposição sindical nas eleições sindicais de 1975. Dispersados pela repressão, os militantes da oposição se multiplicam em uma pluralidade de mobilizações locais que se constituirão a base de um movimento mais consistente a partir de 1976. Foram discussões desse período que trouxeram a proposta de autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado. E particularmente pela criação de um novo sindicato, que tinha na independência face ao Estado um dos seus principais eixos.

De 1976 a 1978, a oposição perdia a sua identidade de origem que consistia em articulação entre correntes sindicais que se uniam na oposição à diretoria e ia conformando uma outra a partir dos grupos de fábrica.

Entre 1978-1979 a Oposição Sindical Metalúrgica entra em cena, e se transforma na principal referência dos movimentos grevistas da categoria metalúrgica no município de São Paulo. Nesse momento, a Oposição divide-se em duas correntes : uma com influência decisiva dos militantes do PCB e do RR-B e independentes; outra, com predominância da Pastoral Operária e de outros grupos de esquerda. Essa fragmentação que ocorre na Oposição reflete a ambiguidade presente na oposição desde a sua fundação, e que não foi resolvida no período 76-78 que oscilava em definir a luta no sindicato oficial, a partir da conquista do poder do sindicato

e a organização de um sindicato autônomo, organizado a partir de comissões de fábricas independentes da tutela sindical. Essas ambiguidades que nortearam e norteariam o movimento operário, nós procuraremos discutir no capítulo III.

A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DE FÁBRICA

Cabe passar, agora à análise pormenorizada de algumas comissões de fábrica da capital paulista. Procuraremos delinear com esta análise as divergências que estavam ocorrendo no movimento operário e sindical quanto ao papel das comissões de fábrica e do sindicato.

As comissões de fábrica foram surgindo de forma variada, de fábrica para fábrica: algumas indicadas diretamente pelos patrões, outras formadas por chefes e voluntários, indicados nas seções pelos próprios trabalhadores, e em outros casos em assembléias gerais de fábrica.

A análise das comissões de fábrica procurará evidenciar três questões: 1) os processos que permitiram a emergência dessas comissões; 2) a relação que cada uma das comissões estabeleceu com a empresa, com o sindicato da categoria e com os operários, antes, durante e após a emergência do conflito; 3) a forma e reestruturação da organização interna da fábrica após a repressão governamental e empresarial.

Cada uma das comissões de fábrica que surgiram no período 1973-1979 em São Paulo tem características peculiares. Elas nascem, criam-se e recriam-se de acordo com a própria necessidade e vivência dos operários no cotidiano da fábrica. Porém, elas possuem traços comuns, traços que são obra da similaridade da situação que enfrentam. Procuraremos escolher alguns casos de estudo que tiveram elementos comuns

em relação às outras comissões surgidas em São Paulo.

A seguir, veremos a experiência de algumas comissões de fábrica que se destacam nas greves de 1978-1979 e, ao final, procuraremos apresentar um quadro caracterizando os tipos de comissões de fábrica, evidenciando as seguintes variáveis: origem; sistema de escolha; orientação ideológica; composição; relação com o sindicato, e, finalmente, se essas comissões desapareceram ou sobreviveram.

A COMISSÃO DE FÁBRICA NA MASSEY FERGUSSON

A Massey-Ferguson é uma empresa multinacional de origem canadense. Está no Brasil desde 1938 e produz tratores agrícolas.

O grupo Massey-Ferguson do Brasil controla a Motores Perkins, a Metalfit Progresso, a Aços Piratininga e outras. A empresa possuía, em 1978, 1560 trabalhadores, dos quais 1200 operários na linha de produção, e localiza-se na cidade de São Paulo.

Na Massey-Ferguson havia, desde 1974, um pequeno grupo de pessoas discutindo os problemas da fábrica (cafezinho, banheiro etc). Em 1978, quando ocorreram as greves do ABC, Guarulhos e Osasco, esse grupo faz o trabalho de divulgação e preparação de uma possível greve na fábrica.

Diziam: "olha, em tal fábrica ficaram tantos dias parados e conseguiram 15% de aumento..."(18).

Antes mesmo da decretação da greve, já havia uma comissão composta pelo pessoal combativo das seções, que ficou encarregado de preparar a greve e estabelecer o dia e a hora da paralisação.

A fábrica parou às 8 horas da manhã de uma quarta-feira, quando tocou a sirene para a entrada dos mensalistas.

"Foi uma sensação inexplicável. Fui entrando na fábrica e quando subia para a minha seção ouvi todo aquele barulho de máquinas em funcionamento pararem de uma só vez, como uma bomba de água "engasgada" (19).

A Massey-Fergusson ficou parada nove dias. Em São Paulo, foi a greve mais longa do setor metalúrgico em 1978.

Assim que a fábrica parou, houve uma assembléia, onde todo mundo falava ao mesmo tempo. Essa foi uma estratégia da comissão, para que a empresa propusesse a representação e ninguém ficasse marcado pela direção da empresa. A

direção da empresa propõe chamar o sindicato para negociar com a assembleia. Houve uma gritaria geral:

"O sindicato não, o sindicato não, o sindicato não ... nós temos condições de resolver o negócio sozinhos" (20).

A empresa propõe a formação de uma comissão. A escolha da comissão ocorre sem a presença da direção do sindicato. As assembleias foram feitas no pátio da fábrica, onde ficavam os tratores, "separada" da fábrica uns trezentos metros. A participação nas assembleias cabia apenas aos operários, não entrava nenhuma chefia acima de líder.

Sai a primeira comissão, sendo eleitos dois representantes por seção.

Os operários reivindicam o seguinte: 1) 21% de aumento; 2) melhoria no atendimento médico; 3) melhoria na alimentação; 4) instalação de equipamentos de segurança.

Os dias foram passando e as negociações não avançavam. As reuniões com a diretoria da empresa chegavam a ter de dez a doze horas de duração. Paralelamente às negociações, a empresa procurava impedir o prosseguimento da greve fazendo vários tipos de ameaças, como: murros na mesa de negocia-

ria, Fase, Vozes, Petrópolis, 1981, p.22.

19- Idem, p.23.

20- Idem, p.23

É importante colocar que os operários diziam que não estavam querendo o sindicato, se referiam à diretoria. A diretoria não é aceita pelos operários da Massey-Fergusson, porque em uma luta anterior (luta do ônibus) houve delação dos companheiros mais combativos por parte do delegado sindical.

ção, ameaças de chamar o Exército e a possibilidade de dispensar os operários. No quarto dia de greve, a empresa resolve que não adiantava mais negociar e não mais reconhece a comissão como representante dos operários. Mas a greve persiste. A direção da empresa solicita aos operários a formação de uma comissão de fábrica. Nesse momento, os operários exigem que a nova comissão formada tenha estabilidade. O acordo foi firmado na presença do Delegado Regional do Trabalho (DRT), legalizando a estabilidade da comissão. Os membros comissão só poderiam ser despedidos por justa causa ou demissão acima de 400 operários de uma só vez, no mesmo dia e hora.

A nova comissão foi eleita pelos operários, sendo formada por dezesseis horistas e um mensalista. Os dezessete membros foram escolhidos na base de um por seção. A comissão eleita será a direção da luta durante os nove dias de greve, a intermediária entre as assembleias gerais e os patrões e a responsável pela continuidade da luta após a greve. Foram realizadas oito assembleias gerais dentro da fábrica. A cada passo das negociações, assembleias da fábrica eram feitas, lugar em que as propostas eram votadas. A Hasselberg-Ferguson e a comissão de fábrica chegaram a um acordo salarial, após nove dias de paralisação. Os 1586 metalúrgicos retornaram ao trabalho no dia vinte e três de junho de 1978 (21).

As conquistas do processo de greve foram: aumentos

21- Ver Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 23 de Junho de 1978.

escalonadas de 10%, 13% e 15%; das 86 horas paradas, os operários repuseram apenas 20 horas de trabalho; melhoria no atendimento médico e no restaurante; diminuição da repressão interna e a estabilidade de dois anos para a comissão de fábrica.

A greve da Massey-Fergusson demonstra o rápido aprendizado do movimento ao transformar em conquista a questão da estabilidade; ao discutir as questões do andamento da greve e da necessidade de democracia interna às comissões de fábricas; ao colocar a Assembleia Geral de Fábrica como instância máxima de deliberação dos trabalhadores (mesmo aceitando a participação do sindicato num segundo momento do conflito) (22) No plano das reivindicações, evidencia-se a amplitude da luta que, além da questão salarial, questionou também as condições de trabalho.

Por outro lado, o capital procura, através de

22- A diretoria do Sindicato, convocada pela empresa, chegou depois que a comissão já estava estruturada, legalizada e reconhecida pela fábrica. Segundo depoimento de um membro da comissão (Hélio Lombardi), eles achavam importante a presença do sindicato, porque consideravam o sindicato como representante dos interesses dos trabalhadores ao nível da luta econômica. Entrevista com um dos membros demitidos da comissão de fábrica. Hélio Lombardi, São Paulo, 1978, Documento de Pesquisa Vergueiro.

várias estratégias, desmobilizar e cooptar a comissão de fábrica. Se no momento da greve a comissão está coesa, depois ela começa a fragmentar. Dos dezessete membros que compunham a comissão após a greve restavam apenas sete. Os demais tinham sido ganhos pelo patrão, através de cargos, ou tinham sido calados via repressão interna. Além disso, o capital procura restringir a participação da comissão, propondo um estatuto que lhe permita intervir na experiência operária (23). Discutido com os operários, o estatuto proposto pelos patrões não foi aceito. A Comissão de Fábrica elaborou, então uma contraproposta, que foi aceita verbalmente pela empresa. O tempo foi passando e a discussão não avançou. No período de julho a novembro de 1978 não se conseguiu legalizar o estatuto.

As principais diferenças entre o estatuto proposto pela empresa e a contraproposta dos operários são as seguintes: 1) na proposta dos patrões a comissão não teria o direito de discutir a questão salarial, mas a comissão queria discutir a questão salarial da empresa; 2) a empresa propunha que a comissão fosse mista, que tivesse empregadores, e que o presidente da empresa seria o voto de desempate, seria o árbitro das questões e a comissão de fábrica, como representante dos trabalhadores, tivesse poder de decisão; a comissão condicionava o seu poder de decisão a partir do pessoal da fábrica, o que implicava na existência de assembléia de

23- Idem.

fábrica; 4) a empresa propunha que, se o operário fosse transferido de uma seção para outra, sairia automaticamente da comissão; a comissão não aceitou, argumentando que, durante o seu mandato, mesmo que fosse transferido, o trabalhador permaneceria na comissão.

Em novembro de 1970, época do dissídio coletivo, foi realizada uma greve geral da categoria metalúrgica de São Paulo. A Kassey-Fergusson ficou parada três dias. A comissão de fábrica entrou na greve. A massa dos trabalhadores não entrou na greve.

"Aí, houve necessidade de fazer mil piquetes na porta da fábrica, segurar o pessoal, não deixar entrar"(24).

Nesse processo, dois membros da comissão de fábrica são demitidos por justa causa. A empresa alegou dois motivos: greve ilegal e subversão sindical, ao impedir o pessoal de entrar através de piquetes. O acordo realizado pela diretoria pelega do sindicato termina com a greve geral da categoria; e o ânimo da fábrica ficou desgastado porque: 1) porque descontaram os dias parados; e 2) descontaram os aumentos obtidos em junho.

O acordo que a diretoria do Sindicato fez com o patronato impôs à categoria reajuste de 50% e obrigou os trabalhadores a compensar as horas paradas e comprometeu-os a não fazer greve durante um ano. Além disso, os metalúrgicos

24- Idem.

de São Paulo que fizeram greve em maio e junho de 1978 tiveram todas as conquistas obtidas nesse período descontada do reajuste de 58%. Ou seja, o patronato anulou as conquistas das greves de maio e junho de 1978, quando quase 120 mil metalúrgicos obtiveram aumentos e antecipações que oscilaram entre 8% e 20%. Esses aumentos e antecipações passaram a incluir o índice conquistado na campanha salarial de novembro. Os cálculos foram feitos em cima dos salários que os metalúrgicos recebiam em novembro de 1977.

Isso provocou um grande desgaste das comissões de fábrica em toda São Paulo. Após greve geral de novembro de 1978, ocorre a desestruturação das comissões de fábrica. Não houve nenhuma reação dos operários, mas uma marginalização dos membros das comissões por parte do pessoal de fábrica.

"O conjunto do pessoal tinha medo porque aquele era da comissão. Então eu não vou encostar perto de fulano porque é da comissão. Se o supervisor me ver, eu com o fulano, pode pensar que eu também estou indo pro sindicato, pra oposição" (25).

Os documentos analisados não permitem dizer se a participação do sindicato no processo da greve foi visto pela categoria como uma traição das oposições sindicais, e não apenas o medo fez a categoria recuar.

O fracasso da greve geral metalúrgica de novembro

de 1978 pode ser explicado pela subordinação do movimento operário ao sindicato oficial e à sua diretoria pelega.

A diretoria do sindicato fecha em novembro de 1978 um acordo com a FIESP à revelia dos trabalhadores. O presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, voltando das negociações com a FIESP, dirige-se à assembleia de 30 mil trabalhadores e nega colocar em votação a proposta final do patronato. O sindicato considera que na assembleia havia muita gente "estranha" ao movimento, e que a votação deveria ser feita no próximo dia através de escrutínio secreto.

"Para garantir a democracia dentro do Sindicato, nós achamos que é justo que todos votem e não apenas uma minoria de 35 mil pessoas. Em São Paulo existem 300 mil metalúrgicos. Por que somente votarão os que estão aqui? Amanhã cedo quem se apresentar aqui no sindicato com a carteira profissional assinada ou com a carteira do sindicato vota. É a democracia..." (26).

Em seguida, Joaquim dos Santos Andrade deu por encerrada a Assembleia.

No dia da votação, às 7 horas da manhã, a rua do Carmo e a sede do Sindicato estão totalmente cercadas por um cordão de policiais. Só entrava no Sindicato quem apresentasse a carteira de associado. Dessa maneira, pela proposta do Sindicato votaram 4.545 associados. Pela proposta de greve

26- Ver Jornal A Greve, 01 de novembro de 1978.

votaram 1.976 associados. Houve 13 votos em branco e 79 votos nulos. No final aparecendo um total de 6.612 votos.

Nas fábricas, os operários de cabeça baixa voltaram ao trabalho, o ânimo esfria.

O desaparecimento da comissão de fábrica da Masses Ferguson explica-se pela cooptação com oferta de cargos para os membros da comissão de fábrica, e também com o fato de não ter ocorrido um avanço geral no conjunto do movimento operário em São Paulo (27).

27- ANO DE 1978:

número de trabalhadores: 1586; Situação legal: Registrada no DRT; Comissão da CF: 17 membros; Forma de eleição: voto direto; Mandato até: 31/12/79; Estabilidade 24 meses; Relação Sindicato/Opos.: O sindicato trabalhou contra a greve.

ANO DE 1979:

número de trabalhadores: 1586; Histórico das Lutas: 31/12/79, a comissão foi dissolvida.

A COMISSÃO DE FÁBRICA DA MWM

A MWM Motores Diesel Ltda. é uma multinacional alemã pertencente ao grupo Knorr-Bremse. Iniciou suas atividades no Brasil, em 1956, com uma fábrica de motores a Diesel de 1 a 4 cilindros arrefecidos a água, na cidade de São Paulo.

Em 1978, com o alastramento da greve, a partir do ABC, começam a surgir as primeiras discussões na MWM sobre a possibilidade de se realizar uma greve. Não existia qualquer organização operária formal. O que havia eram os grupos de fábrica, que se limitavam a denúncias das condições de vida e à divulgação de notícias sobre a vida sindical, através de recortes de jornais e papos individuais. Era o trabalho de "boca a boca" (28).

Com as primeiras greves em São Paulo e, principalmente, com a greve da Caterpillar, que fica a cerca de 200 metros da MWM, a idéia de greve avançou rapidamente. A empresa antecipou-se ao processo de greve e procurou negociar com os operários, chamando a diretoria do sindicato. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sugere que as negociações sejam feitas com os próprios trabalhadores da empresa, através de seus representantes. A empresa aceita a sugestão do sindicato e encarrega as chefias da formação de uma comissão de operários visando estabelecer negociações salariais.

28- Amneris Karoni, A Estratégia da Recusa - Análise das greves de maio de 1978, Brasiliense, São Paulo, 1982, p.74.

Os integrantes da comissão foram escolhidos através da indicação do sindicato e e das chefias, e não eleitos pelos operários. O sindicato indicou o coordenador da comissão, que indicou uma parte dos trabalhadores que integraram a comissão. Uma outra parte da comissão foi indicada pelas chefias.

Os operários, por sua vez, mesmo quando indicados pela chefia, só aceitavam participar da comissão se ficasse garantido que eles não sofreriam qualquer tipo de perseguição ou represália e se tivessem estabilidade no emprego (29). Isso é acertado e a comissão passa a atuar nas negociações.

Havia uma grande apreensão por parte da diretoria do sindicato e da empresa quanto à possibilidade de uma greve na empresa. Aceitavam a negociação e até possíveis aumentos, desde que a greve não ocorresse. Um diálogo particularmente interessante entre o senhor Malvésio, um dos diretores do sindicato, e o senhor Luiz, um dos operários da comissão, nos dá a dimensão do papel daquelas greves de maio e junho de 1978:

"Aé, o Malvésio, conversa vai, conversa vem, dizendo que estava cansado, que não tinha dormido, que não tinha almoçado, que não o que pa, pa, pa, ... À certa altura...; falou assim; - Luis, aqui entre nós, embora a gente professe

29- Idem, p.75.

opiniões diferentes, nós temos divergências políticas, mas nessa hora vamos ser honestos um para o outro; tem perigo de parar segunda-feira, aqui? Eu disse: que me conste não tem nada programado para segunda-feira, nem terça-feira... O que sei é que existe um grande descontentamento e o problema que mais se discute é a greve; é o prato do dia...Ele disse: por is então, Luis, eu venho aqui na segunda-feira às 9:30 horas (30).

Na segunda-feira a comissão apresentou as seguintes reivindicações: 1) 21% de aumento salarial para todos os trabalhadores; 2) acabar com as punições pelos atrasos; 3) acabar com a exigência de cartão de identificação na portaria; 4) agilizar o atendimento médico de emergência; 5) acabar com a opressão das chefias; 6) estabilidade para os membros da comissão.

A proposta da empresa era a seguinte: 12% para os salários até Cr\$ 3.110,00, quando a proposta da comissão era de Cr\$ 4.680,00. Em seguida cai para 10%, 9%, 8% e 7%. A comissão rejeita a proposta da empresa.

Os trabalhadores realizam uma assembléia - onde comparecem 300 pessoas e a comissão - e decidem pela greve, no intuito de acelerarem as negociações e obterem um aumento melhor.

" A comissão foi contra a greve, (lembramos que a

30- Entrevista com o Sr. Luiz, sobre as comissões de fábrica, Movimento, 12/03/79, pp. 18-9.

comissão de fábrica foi indicada pelo sindicato e pelas chefias) porque achavam que deveríamos respeitar o diretor do sindicato e esperava por uma nova proposta. A proposta da comissão recebeu nove votos. Quando foi proposta a greve para quinta-feira, se tinha umas trezentas pessoas, levantaram uns seiscentos braços. O pessoal levantou os dois braços de alegria...E foi aquele viva...Ai a gente marchou para a greve"(31).

Havia uma quase unanimidade a favor da greve. Na quinta-feira, os operários se dirigiram para as suas máquinas, mas ninguém as ligou. Houve paralisação total na produção (1300 operários) e na administração não parou ninguém (464 funcionários). Tudo que envolvia a produção, desde a entrada de matéria-prima até a montagem do produto, parou completamente.

As negociações são retomadas, agora com os operários em greve.

Frente aos impasses produzidos nas negociações, foi convocada, pela comissão negociadora, uma assembléia. A comissão propôs voltar ao trabalho e continuar as negociações. Os trabalhadores não aceitaram e a greve continuou. Finalmente, chegou-se a um acordo, referendado pelo sindicato, que estabelecia reajuste salarial escalonado em três faixas. Os trabalhadores que recebiam até Cr\$ 6.240,00 teriam um aumento de 21%. Os que recebiam entre Cr\$ 6.240,00 e Cr\$ 9.360,00

31- Idem, p. 25.

teriam um aumento de 10%. E os que recebiam entre Cr\$ 9.360,00 e Cr\$ 12.480,00 teriam um aumento de 12%. Foram feitas também outras exigências, entre elas a estabilidade no emprego por dois anos para os membros da comissão negociadora.

A comissão da fábrica MWM foi formada em 1970 como comissão negociadora, mas acabou assumindo um caráter permanente. Surgiu em função da necessidade de abrir um canal de comunicação para levar, a nível da empresa, os problemas que surgiram no meio operário (32). Porém, até abril de 1980 não havia o reconhecimento formal da comissão por parte da empresa. A comissão da MWM não possui estatuto e, ao longo desse período, as relações entre a comissão e a empresa pautaram-se por acordos escritos entre as partes sem homologação, nem na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), nem em Cartório.

" O acordo (da greve) não tinha detalhes. Só reconhecia aqueles companheiros como os representantes legais do conjunto de companheiros para a negociação. Era o canal de negociação, mas não tinha nenhuma garantia, e quanto a natureza do trabalho não existia nenhum papel que falasse do que podia ser feito ou não podia ser feito pelos elementos da comissão e existia assim um certo temor dos companheiros para assumir algumas posições em determinadas ocasiões (33).

" Nossa luta está acima dos estatutos... e sobre o

32- Entrevista com membros da comissão de fábrica da MWM, abril de 1984 in Roque Aparecido (coordenador), A Organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, Relatório de Pesquisa Cedec, mimeo, 1984.

33- Ibidem.

que interessa aos trabalhadores... nossa preocupação era resolver nossos problemas e isso não dependia de estatutos..." (34).

" A comissão nasceu de uma necessidade real de quem trabalha aqui... nós vamos chegar a uma regulamentação e essa é uma regulamentação desejável" (35).

A particularidade da comissão da MWM não está na ausência de estatuto, mas nas características de sua formação, ou seja, foi uma comissão formada para negociar numa situação de luta e não foi eleita. O que resultou em uma acentuada heterogeneidade entre os seus membros. Alguns aceitaram participar porque não tiveram pretexto para se negar quando a indicação teve sua origem na chefia, outros por interesses particulares e uns poucos que já pertenciam a grupos de fábrica e achavam importante a organização ao nível de fábrica. Além disso, exceção feita ao momento da declaração de greve, não houve assembleias de fábrica. As consultas eram feitas de "boca a boca", através dos representantes da comissão de cada seção. A única possibilidade desse grupo heterogêneo alcançar um nível de homogeneização seria desenvolvimento de uma prática aberta e sem temor de represálias. Sem essa possibilidade a comissão foi-se esvaziando (36).

34- Idem, p.7.

35- Entrevista com o gerente de relações industriais da MWM, abril de 1984. Idem, p.13

36- Roque Aparecido, op. cit. p.4.

Após dois anos, em abril de 1980, a comissão ficou reduzida a seis pessoas quando a direção da empresa resolveu dispensar um dos últimos elementos combativos da velha comissão que se formou em 1978. Quando isso ocorreu, os operários reagiram.

Toda a produção paralisa a suas atividades. Reivindica-se então: a readmissão do membro da comissão, 10% de aumento e fim da perseguição das chefias. A empresa readmite o membro da comissão, dá antecipação salarial de 10% a todos os trabalhadores e afirmou que estava disposta a facilitar a renovação e reestruturação da comissão de fábrica.

A comissão de fábrica da MMW depois da greve de 1980 se institucionaliza, tem formalizado o seu estatuto e existe até hoje. A comissão de fábrica da MMW reconhece o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo como representante legítimo da categoria em São Paulo (37).

"Nós reconhecemos o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo como único organismo dos trabalhadores. A comissão só é na fábrica (38).

37- Entrevista com membros da comissão de fábrica da MMW, abril de 1984, idem p.16.

38- ANO DE 1979

número de trabalhadores	1704
composição da CF	21 membros
forma de eleição	indireta/indicação
relação com o sindicato	colaboração

A COMISSÃO DE FÁBRICA DA COLDEX FRIGOR

A Coldex Frigor é uma empresa do ramo metalúrgico, especializada na produção de compressores para câmaras frias (refrigeradores e ar condicionado), e localiza-se na cidade de São Paulo. A Coldex Frigor possui cerca de 500 empregados e é resultante da aquisição em 1972, pela antiga Rádio Frigor, da subsidiária norte americana Coldex Trade. Seu proprietário é o empresário Paulo Francini.

O germe da comissão de fábrica na Coldex Frigor, começou em 1978 quando ocorreram três greves consecutivas, nas quais se reivindicavam várias coisas: 20% de aumento salarial, melhoria na qualidade da refeição, melhoria dos banheiros, não pagamento do uniforme. A direção da empresa pediu que se forme uma comissão de negociação.

Na negociação com a empresa, os operários da Coldex Frigor, conquistaram 14% de aumento e as outras reivindicações e estabilidade para os membros da comissão de negociação.

Porém, previamente, já havia sido demitida a quase totalidade das lideranças da empresa, que tiveram algum destaque nos movimentos reivindicativos.

" Aí foi quando Francini resolveu aceitar a existência de uma comissão de fábrica. Aí nós tivemos um problema - e esse problema inclusive é um problema entre nós e o Francini... Antes das eleições da comissão, foi feita uma lim-

peza dos quadros pra comissão de fábrica" (39).

Em 1979 começa a discussão com a empresa sobre os estatutos da comissão de representantes. Nela participam: um dirigente da comissão negociadora da greve de 1978, um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e um representante da empresa (40).

Os pontos mais controvertidos na elaboração do estatuto foram em relação ao número de representantes, a forma de eleição e a estabilidade no emprego.

Nessa primeira gestão, só havia um representante e um suplente. Um representante do setor produtivo e um repre-

39- Entrevista com representante geral e membro da comissão de representantes, São Paulo, novembro de 1983, in Roque Aparecido (coordenador), *A Organização Operária nos Locais de Trabalho*, Relatório de Pesquisa, Cedec, mimeo, 1984, p.3.

40- Ver jornal Voz da Unidade, número 264, São Paulo, 24/08/83.

sentante do setor não produtivo, eleitos por voto direto e secreto (41).

Todos os empregados votam, desde o pessoal da produção, os chefes, até Paulo Francini (dono da empresa).

Podem ser eleitos como representantes dos trabalhadores de empresa funcionários maiores de idade, com dois anos e seis meses de antiguidade na empresa, e associados ao sindicato no mínimo seis meses antes da data da eleição.

O mandato do representante é de um ano, podendo ser reeleito indefinidamente. Durante o mandato, o representante goza de estabilidade, porém a assembleia pode revogar a qualquer momento o mandato de seu representante. O quórum é de maioria simples.

Aparentemente, todo o poder estaria na assembleia que, através do mecanismo da destruição, poderia exercer um controle permanente sobre os seus representantes. Porém, esse é mais um poder aparente que real. As assembleias praticamente inexistem.

Dois fatores diferentes são a causa da não realização de assembleias. Nas assembleias, têm direito a participar as chefias do setor. Assim, fica difícil a que os operários se expressem abertamente. As chefias inibem a participação dos trabalhadores. outro fator: a regulamentação estabelecida para o atendimento das demandas dos trabalhadores

41- Subsídios para Comissão de Fábrica, Documento do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1985.

dilui e atomiza o poder das assembléias. Isto porque as reivindicações individuais são sempre atendidas pela representação. O representante apresenta a queixa ao gerente de relações industriais e conjuntamente procuram a solução na instância onde se originou o atrito. Essa prática da comissão de fábrica leva a que os problemas sejam percebidos em termos individuais; que o interesse coletivo de trabalhadores sejam discutidos só entre os representantes, que haja uma desmobilização crescente das comissões de fábrica (42).

No estatuto ocorre a distinção entre os âmbitos de competência da comissão de fábrica e o de competência do sindicato. A comissão de fábrica é a extensão do sindicato dentro da empresa. A concepção que perpassa o espaço de atuação da comissão de fábrica é que ela não cria direitos e reivindicações, se não que supervisiona a "correta aplicação" dos direitos já conquistados e garantidos na legislação trabalhista ou obtido através de negociações coletivas dirigidas pelo sindicato.

"Representar, junto à administração da empresa, o interesse dos trabalhadores, relacionado com a correta aplicação da legislação trabalhista, da convenção coletiva e do contrato individual do trabalho, ressalvados os casos de competência legal e exclusiva do sindicato... estas atribuições terão sempre um caráter representativo e serão desempenhadas no sentido de promover e assegurar a paz, o bem estar e a

42- Idem.

tranquilidade no trabalho" (43).

Quando Paulo Francini defende a existência de um "sindicalismo forte" e postula a existência de algum tipo de organização nos locais de trabalho, está se referindo a um tipo específico de relação que deve existir entre capital e trabalho, aquele estabelecido no estatuto da comissão de fábrica da Coldex Frigor.

43- Artigo décimo do Estatuto da Comissão de Fábrica da Coldex Frigor.

A COMISSÃO DE FÁBRICA NA ALFA

A Indústria Metalúrgica Alfa é uma fábrica de forjões, situada na Rua Vinle e Um de Abril, no bairro do Brás, em São Paulo. No dia 11 de outubro de 1978, ocorre o assassinato do operário Nelson Pereira de Jesus. O assassinato foi praticado por um advogado e sócio da empresa.

Em consequência do homicídio, cerca de 200 dos 450 empregados da Alfa entram em greve no dia 16 de outubro de 1978. As relações de trabalho na Alfa eram extremamente agressivas e o clima de coação reinava na fábrica. Tanto o diretor, Sr. Nello, quanto o advogado, Sr. Cássio, usavam armas normalmente para intimidar os operários.

"Foi assim em julho, quando o Dr. Nello impediu uma paralisação dos trabalhadores por melhores salários, com um 38 na mão. E todos aterrorizados voltaram imediatamente ao trabalho" (44).

Com a deflagração da greve em outubro, os operários da Alfa apresentaram as seguintes reivindicações para que se retomasse o trabalho: 1) criação de uma comissão mista prevista no artigo 621 da CLT, reconhecida a seus integrantes a mesma estabilidade do dirigente sindical, que atua-

44- Ver jornal Movimento, 23 de outubro de 1978, número 173, p.16.

ria como intermediária entre os operários e os patrões; 2)em vista das agressões sofridas pelos trabalhadores, não mais será admitido o uso de arma pelos dirigentes da empresa(45).

A greve da Indústria Metalúrgica Alfa durou quase três semanas. Quando as negociações foram abertas, o industrial João Roberto Helio disse ser favorável ao sistema de comissões de fábrica e que não haveria punições em consequência da greve, garantindo que o pagamento dos dias parados seria de acordo com a comissão de fábrica.

A primeira comissão de fábrica da Indústria Metalúrgica Alfa foi oficialmente estabelecida, através de acordo celebrado entre patrões e empregados, no dia 10 de novembro de 1978, na Delegacia Regional do Trabalho.

A ata do acordo foi assinada pelo representante da empresa e pelos representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e da Frente Nacional do Trabalho. A comissão de fábrica tinha estabilidade provisória, até que fossem realizadas as eleições. Uma das atribuições da comissão de fábrica era a de indicar o gerente de fábrica; a outra seria a de resolver os conflitos e dúvidas que surgissem nas relações de emprego.

O acordo coletivo de trabalho foi celebrado no dia 14 de julho de 1979, cujo registro foi providenciado junto à Delegacia Regional do Trabalho.

45- Ver anexo-as reivindicações dos operários da indústria metalúrgica Alfa, 12 de outubro de 1978.

Observamos que entre o incidente ocorrido na empresa e a constituição da comissão de fábrica na Alfa ocorre um contraste "absurdo" entre a postura anterior do patronato e a nova atitude assumida. Como a greve foi pouco negociada, não havia documentação que pudesse explicar a mudança de comportamento (46).

Existiam várias comissões de fábrica em muitas empresas metalúrgicas na Grande São Paulo naquele ano. Só que elas tinham existência de fato e não de direito - não foram registradas na Delegacia Regional do Trabalho. Seus membros não tinham poder de veto sobre decisões disciplinares patronais. A Alfa foi a primeira comissão de fábrica legalmente constituída no país. Possuía oito membros, um membro por seção, e o seu mandato terminaria em 1980, ou seja, uma estabilidade de quinze meses (47).

-
- 46- Ver Jornal Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1978.
 Ver Jornal Folha de São Paulo, 22 de novembro de 1978.
 47- Ver Jornal Folha de São Paulo, 20 de novembro de 1978.

ANO DE 1978

número de trabalhadores	450
composição da CEF	1 por seção
estabilidade	15 meses
mandato até	1980

A COMISSÃO DE FÁBRICA DA TECNOFORJAS

A greve na Indústria Metalúrgica Tecnoforjas começou dois dias antes de deflagração da greve geral dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos em 1979. A greve foi a resposta dos operários à demissão do metalúrgico José Antônio, membro ativo na campanha salarial dos metalúrgicos. Como havia ocorrido na BMW, os operários reagem à demissão de uma liderança de base. Com a paralisação do trabalho, os operários apresentam uma pauta de 19 reivindicações, dentre elas, a legalização de uma comissão de fábrica eleita no mesmo dia (26 de outubro de 1979).

"Não fizemos o movimento (apenas, nota do autor) pela readmissão do José Antônio. Há muito tempo que pensávamos em organizar uma comissão de fábrica" (48).

As principais reivindicações apresentadas pelo movimento são: 1) readmissão do José Antônio; 2) estabilidade de seis meses para os grevistas; 3) parcelamento na cobrança dos dias parados; 4) legalização da comissão de fábrica.

Para a comissão de fábrica foram eleitos os operários que mais se destacavam em cada seção (um por seção), os mais combativos. Qualquer membro da comissão poderia ser afastado, desde que não correspondesse aos interesses do pes-

48- Ver Jornal Em Tempo, novembro de 1979.

soal, ou seja, o princípio da revogabilidade do mandato era imperante.

Com a decretação da greve geral dos metalúrgicos no dia 28 de outubro, o movimento dos operários da Technoformas se integrou na paralisação dos metalúrgicos de São Paulo, mas as suas características particulares garantiram sua sobrevivência após o encerramento da greve geral da categoria. O fato de somente dois dos dezenove itens coincidem com o elenco de reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo - 83% de reajuste salarial e piso salarial de Cr\$ 7.200,00 - definia uma relativa independência da greve da Technoformas diante da greve geral.

As negociações com a diretoria da empresa pareciam ter chegado a bom termo no dia 9 de novembro de 1979. Os patrões concordaram com todas as reivindicações, inclusive com a legalização da comissão de fábrica. Restava apenas que os operários e a diretoria da empresa assinassem o documento formalizando o acordo.

No dia 12 de novembro de 1979, a Technoformas sofre intervenção branca. O Ministério do Trabalho e a FIESP interrompem as negociações, e a repressão policial começa a agir ostensivamente. Agentes do DOPS invadem as dependências da Igreja Sagrada Face à Caça dos cabeças do movimento e tentam prender o Padre Geraldo e Pereirinha, membro da Oposição Sindical Metalúrgica.

Diante da intransigência patronal, os operários programam uma manifestação pública na porta da Tecnoforjas. Às cinco horas da manhã, representantes de movimentos de bairro, da Igreja, e parlamentares juntamente com operários e familiares se concentraram em frente ao portão da empresa reivindicando a reabertura das negociações, suspensas desde o dia 12.

"Intervenção, não! negociação, sim!" era a palavra de ordem.

Às sete horas um diretor da empresa chama a comissão de negociação para conversar. Na terça-feira, dia 20 de novembro de 1979, os operários reunidos em assembleia geral resolvem aceitar os termos impostos pela FIESP em nome da Tecnoforjas: garantia de que um número mínimo de 75% dos grevistas seriam readmitidos na empresa e ninguém seria demitido por justa causa. A luta que era contra a Tecnoforjas passou a ser contra todos os patrões representados pela FIESP e contra o Governo, através do Ministério do Trabalho. Era o momento de recuar. Às 13:30 horas estava encerrada uma greve que já durava 26 dias (49).

O Governo, através do Ministério do Trabalho, e os patrões, representados pela FIESP, atuaram diretamente contra o possível acordo que a Tecnoforjas e os operários iriam firmar na segunda-feira, dia 12 de novembro de 1979, porque

49- Ver Jornal A República, novembro de 1979.

fazia parte da estratégia política do Governo conter acordos isolados e retomar o controle sobre o movimento operário e sindical.

Na nossa opinião, essa greve consistiu em uma das mais importantes do movimento operário presente no período, porque colocou em evidência a ação conjunta do Governo e do patronato para conter e limitar o movimento. Infelizmente, não obtivemos maiores informações sobre o que aconteceu com a Technoforjas.

A COMISSÃO DE FÁBRICA DA PHILCO

A Philco faz parte do grupo Ford, multinacional norte-americana. A Philco é produtora de rádios, televisores, condicionadores de ar, cinescópios, rádio relógio digital, circuitos integrados lineares etc. Em 1979 tinha aproximadamente 8000 empregados.

No dia 23 de julho de 1978, uma sexta-feira, iniciava-se a greve na Philco. As primeiras seções a pararem são a estamperia e a solda. Nesse mesmo dia param a ferramentaria e os mecânicos de manutenção. A palavra de ordem dos operários era: "QUEREROS AUMENTO..." (50).

O que motivou a greve dos operários da Philco foram as greves do ABC, em maio de 1978, e a questão da reposição salarial no segundo semestre de 1977. As principais reivindicações apresentadas pelos operários da Philco, através de uma comissão de fábrica composta por representantes das várias seções existentes (85 membros), foram: 1) 25% de aumento, sem descontos, a partir de 1.º de junho; 2) pagamento das horas paradas; 3) a não dispensa de nenhum operário que participou da greve, e nenhuma perseguição; 4) o reconhecimento de uma comissão de trabalhadores para negociar diretamente com a empresa, nas seguintes condições: a) que sejam escolhidos pelos próprios trabalhadores em cada se-

50- Ver Jornal Folha de São Paulo, 01 de julho de 1978.

ção; que tenham estabilidade no emprego durante dois anos; c) melhor comida e mais barata; d) melhor atendimento médico, melhor higiene nos banheiros e faxineiros nas seções(51).

A primeira reunião da comissão foi realizada no dia 20 de junho de 1978, e contava com representantes da Delegacia Regional do Trabalho, da Diretoria da Philco e do sindicato. As reivindicações dos operários não foram aceitas nessa primeira rodada de negociações. Uma nova reunião foi marcada.

Os operários afirmavam "25% ou ninguém trabalha, e com a fábrica parada continuaram as negociações.

A diretoria da Philco pressiona a comissão, deixando pairar no ar a possibilidade de se tomar medidas mais drásticas como: fechar os portões; não mais continuar pagando as horas paradas, alegando que a greve era ilegal. A comissão, premiada pela situação, faz uma nova proposta à empresa, que foi aceita pela diretoria: 1) aumento a partir de 26 de junho de 1978 de 15% para os que recebem até 2 salários mínimos; 2) aumento de 13% para os que recebem de 2 a 3 salários mínimos; 3) antecipação salarial de 5%; 4) não punição dos trabalhadores que participaram da paralisação do trabalho; 5) pagamento das horas não trabalhadas (52).

51- Comissão de Fábrica: Uma forma de Organização Operária-Fase, Vozes Petrópolis, 1981.

52- Boletim do Grupo de Fábrica - documento Centro Pastoral Vergueiro.

Para a diretoria da Philco, uma vez finalizada a negociação salarial encerra-se também a atividade da comissão. Essa estava desfeita automaticamente. Ou seja, a Philco não reconhecia a comissão de fábrica.

Após a greve de junho, o grupo de fábrica tentou dar continuidade ao movimento da comissão de fábrica, mas o que houve foi o esfacelamento e a dispersão da mesma. Em novembro, na campanha salarial, houve a greve geral e com ela a demissão de todos os que participaram de sua preparação.

A COMISSÃO DE FÁBRICA NA CATERPILLAR

A greve na Caterpillar iniciou-se às 20:30 horas do dia 14 de junho de 1978. O processo de paralisação tinha como objetivo as seguintes reivindicações: aumento salarial, convênio médico, férias coletivas e restaurante.

No dia 9 de junho de 1978, os operários da Caterpillar encaminharam uma carta à direção da empresa, colocando as suas reivindicações e estabelecendo o dia 14 de junho de 1978, uma quarta-feira, como data limite para a empresa dar uma resposta objetiva.

"... Ontem, sexta-feira numa parada relâmpago, os operários da Caterpillar entregaram uma carta à direção da empresa com as seguintes reivindicações... e dão um prazo até quarta-feira para uma resposta; caso contrário a greve será deflagrada" (53).

53- Ver Jornal Folha de São Paulo, 10 de junho de 1978.

A diretoria da Caterpillar convoca uma reunião com a chefia da fábrica na segunda-feira, e chama o sindicato dos metalúrgicos. A diretoria do sindicato não compareceu à reunião alegando compromissos urgentes.

Na manhã de quarta-feira, dia 14 de junho de 1978, a direção da empresa solta um comunicado dizendo que "... o sindicato não apareceu para dialogar com a empresa e que a gente devia ter paciência, que eles estavam envidando todos os esforços pra uma nova reunião com o sindicato" (54).

Nas era impossível deter a greve. O horário da paralisação foi cuidadosamente estudado.

"Então, o melhor horário pra gente vai ser as 6:00 horas. As 6:30 já estão chegando os ônibus com o pessoal do dia e nesse espaço de tempo vai ser difícil os homens reprimirem o movimento" (55).

O momento da troca de turno é considerado estratégico para o início da greve.

"Na fábrica uma notícia corria. No bochicho, no encontro casual, na troca de ferramenta, no piscar o olho, nos gestos, no sorriso... - e amanhã, a turma da noite vai parar as 6.00 horas. Aí a gente entra e segura o rojão" (56).

54- Uma experiência de Fábrica, escrito pelos operários participantes da comissão de fábrica da Caterpillar, in arquivo do Centro de Pesquisa Vergueiro.

55- Ver Jornal Folha de São Paulo, 08 de novembro de 1978.

56- Amnérís Baroni, A Estratégia da Recusa - Análise das Greves de maio de 1978, Brasiliense, São paulo, 1982.

As 20:00 horas do dia 14 de junho, horas antes do previsto, a ferramentaria toma a iniciativa e deflagra a greve.

Na manhã seguinte sai a manchete na última hora:

"Brasil goleia o Peru 3 X 0
3000 param na Caterpillar" (57).

O início do movimento foi precipitado pelos acontecimentos, mas o objetivo foi atingido. A fábrica parada.

"Um abraço, companheiro! a greve afinal, conseguimos... que experiência! nunca mais seremos os mesmos" (58).

Desde o primeiro momento da greve, a direção da greve insistia na formação de uma comissão de negociação. É a forma que a empresa parece encontrar para solucionar o conflito, porque o sindicato não detinha um mínimo de representatividade junto aos operários.

A intervenção da Delegacia Regional do Trabalho e a participação do sindicato se dá na tentativa de resolver o conflito, propondo a formação de uma comissão de fábrica para a negociação.

"Formem uma comissão. A diretoria da empresa se compromete a conceder estabilidade à comissão de negociação

57- Idem.

58- Idem.

e isso vai constar no acordo coletivo que vocês firmarão, o qual será homologada na Delegacia Regional do Trabalho".

"Nós queremos apenas negociar, nós daremos estabilidade de dois, três, cinco anos, quanto vocês acharem necessário. Não queremos punir ninguém porque essa greve, ou melhor, essa paralisação, vamos chamar assim, não é culpa de vocês... (59).

Foram escolhidos dois representantes por seção, formando uma comissão de 80 operários. A estabilidade só foi garantida para 40 membros da comissão - um de cada seção por exigência da empresa.

O conflito foi solucionado, as reivindicações fundamentais foram atendidas; e a comissão era vista pela empresa como o local do conflito. É onde se deveria encontrar soluções. A eclosão de novos conflitos poderia por fim à comissão.

"Temos lido através dos jornais a possibilidade de greve por ocasião do dissídio. (...) gostaríamos que as negociações que porventura venham a ocorrer, envolvendo a Ca-

terpillar, sejam conduzidas com a comissão, não havendo, portanto, necessidade de paralisação do trabalho" (60).

A greve geral de novembro de 1978, os operários da Caterpillar mantiveram o movimento grevista, à revelia do sindicato. Esse fato foi suficiente para a empresa por fim à experiência legal da comissão de fábrica, através da demissão de operários estáveis. Não houve qualquer reação dos operários e a comissão de fábrica se extinguiu (61).

60- Ata de reunião entre o Departamento de Relações da Caterpillar e a comissão de operários, 12/10/1978, in Arquivo do Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV).

61- ANO DE 1979

situação legal	comissão provisória
composição da CF.....	12 membros - 6 efetivos
mandato até.....	22/06/1980
estabilidade.....	24 meses

A COMISSÃO DE FÁBRICA DA SIEMENS

A Siemens é uma multinacional com aproximadamente 3500 funcionários, a maioria mulheres, e produz material elétrico. A Siemens de São Paulo divide-se em três unidades (fábricas) separadas em um só terreno: 1) componentes telefônicos; 2) montagem de telefones; 3) elétrica pesada; 4) caldearia; 5) ferramentaria; 6) manutenção.

A Siemens não possui tradição de luta. Nos seus setenta anos de existência, os trabalhadores nunca tinham entrado em greve. Em 1978, "1.º de Maio" foi um feriado a mais (62).

O estopim da greve na Siemens foi a paralisação da Brown Boveri. Praticamente não houve organização para a greve. O que houve foram conversas e sondagens de opinião entre os operários. De repente, a ferramentaria avisa que vai parar. A ferramentaria parou sem discutir com ninguém. Organizaram os elementos-chaves e formaram uma comissão que se encarregaria da elaboração de um boletim com as seguintes reivindicações: 1) aumento de 20% sobre o salário da época; 2) 240 horas de trabalhos; 3) melhoria nas condições do refeitório; 4) baixar o preço da alimentação; 5) pagamento de meia hora de descanso para os operários de turno; 6) Efetivação e manutenção da comissão (63).

62- Comissão de Fábrica: uma forma de organização operária, Fase Vozes, Petrópolis.

63- depoimento número 1 e 2 de operários que participaram da greve na Siemens, 1978, in documento arquivo Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV).

No dia seguinte foi formada uma comissão de 88 operários, sendo escolhidos dois por seção. A ferramentaria já havia formado uma comissão de dez, que tinha sido indicada pelo sindicato para negociar com a diretoria da empresa, mas esta se recusa a discutir com o sindicato e expulsa-o com a comissão dos 88. A diretoria se nega a dialogar alegando que tem muita gente e exige redução para dez(64).

É feito um acordo para a constituição da Comissão de Fábrica. A comissão de fábrica seria composta por dez trabalhadores e somente 2, indicados pela diretoria da empresa, poderiam circular pela firma. Os membros da comissão de fábrica não obtiveram estabilidade e não foi estabelecido nenhum mecanismo de substituição em caso de demissão.

Como resultado da greve, a empresa transformou a antecipação de maio em aumento. Em relação à comissão de fábrica não houve progresso.

A comissão de fábrica, até setembro de 1978, havia se reunido duas vezes. Na primeira vez, o coordenador indicado acabou com a reunião dizendo que ele era a comissão de fábrica.

Na segunda vez, a diretoria da empresa não aparece. O coordenador diz que vai marcar nova reunião.

64- Ver Jornal Voz da Unidade, 28 de fevereiro de 1986.

A campanha salarial da categoria dos metalúrgicos de novembro de 1978, um acordo firmado pelo sindicato faz os operários da Siemens perderem os aumentos e antecipações conquistados anteriormente. E a comissão de fábrica é desmobilizada. A desativação da comissão de fábrica não trouxe nenhuma reação por parte dos operários.

A COMISSÃO DE FÁBRICA NA TOSHIBA

A Toshiba é uma empresa multinacional japonesa que produz motores e geradores. Possui aproximadamente 600 empregados: 400 homens e 200 mulheres.

A idéia de greve nasceu devido aos baixos salários. Havia um grupo de fábrica que organizou reuniões fora da empresa, duas ou três vezes. Nessas reuniões desenvolveu-se a proposta de reivindicar 21% de aumento. Cada seção se reuniu e escolheu um operário que deveria representá-la. Depois de formada a comissão, os operários da Toshiba entraram em greve pedindo aumento de 21% (65).

No dia 29 de maio de 1978, às 9:15 horas, todos pararam. A comissão tinha 18 elementos para representar a fábrica. E, essa comissão negociou diretamente com os patrões, sem a presença do sindicato - a Toshiba ficou seis dias parada (66).

Quando as negociações terminaram, todos os representantes na comissão foram demitidos (67).

A comissão dos 18 conseguiu 10% de aumento naquele instante e 5% no mês de julho. Obtiveram também a promessa de estabilidade para a comissão (68). A garantia verbal de

65- Ver Jornal Em Tempo, novembro de 1978.

66- Ver Jornal O Trabalho, 15 de junho de 1978.

67- Comissão de Fábrica: uma forma de organização operária- Fase/Vozes, Petrópolis, 1981.

68- Depoimento de um operário da Toshiba, in arquivo do Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV).

estabilidade não foi respeitada. Essa experiência será rapidamente assimilada e desenvolvida por operários de outras empresas em greve. Ou seja, os operários não mais acreditarão em garantias verbais do patronato. Essa experiência foi rapidamente assimilada pelos operários de outras fábricas, abrindo uma nova fase de negociações.

Em novembro de 1978, após a fracassada campanha salarial promovida pelo sindicato da categoria, todos os membros da comissão de fábrica da Toshiba são demitidos.

COMISSÕES DE FÁBRICA (1978-1979) - UMA ANÁLISE COMPARATIVA

A organização de comissões de fábricas nas diversas empresas estudadas expressa um determinado nível de correlação de forças. Sob este prisma, a leitura da história das comissões deixa claro as condições impostas para a atuação de cada uma delas. As questões centrais a se destacar seriam: 1) como foi constituído a comissão; 2) o sistema de escolha de seus membros; 3) a orientação ideológica que a comissão seguiu; 4) a sua composição; 5) a relação que estabelecia com o sindicato; 6) a atuação da comissão de fábrica durante a constituição da greve geral; 7) se sobreviveu ou não ao período 1978/1979.

Das comissões de fábrica que surgiram no período 1978-1979, regra geral, o motivo que levou à sua constituição foi a greve na empresa e as campanhas salariais.

As greves de maio de 1978 iniciaram-se com 1800 operários da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, no dia 12. A razão inicial das greves do ABC, em 1978, era a recuperação das perdas salariais anteriores. Em 1978, a maioria das greves eram de base, iniciadas sem a participação dos sindicatos.

O sucesso da greve de maio de 1978 deve-se a uma conjuntura política favorável criada pela movimentação mais intensa e ampla da Oposição Popular e seus aliados. Além de um movimento popular mais forte, os trabalhadores tem a indefinição da empresa sobre como tratar as greves e a eviden-

te dificuldade do governo de reprimi-la. Dessa forma, as greves de 1978, embora relativamente pouco numerosas (se comparada com anos posteriores), quase exclusivamente realizadas por metalúrgicas (54%) e paulistas (85,6%), transformaram-se em um marco no processo de transição da política brasileira (69).

A causa fundamental das greves está nos baixos índices de reajuste salarial fixados pelo governo e pelas empresas. A reivindicação de um aumento de 20% tornou-se um grito uníssono nas 213 fábricas paulistas afetadas por greves.

As greves alastraram-se rapidamente, atingindo toda a indústria automobilística e chegando a outros setores - têxtil, alimentos, borracha etc.

A partir do momento em que o movimento grevista atingiu a cidade de São Paulo, no final do mês de maio, registraram-se uma média de cinco empresas que entram em greve diariamente com média de 4000 grevistas.

Um balanço das principais greves deflagradas no país até setembro de 1979 (ver o quadro - anexo I) mostra que as categorias mais organizadas, como é o caso dos metalúrgicos, conquistaram aumentos reais que não ultrapassam os 3% além do índice proposto pelos patrões durante a fa-

69- Eduardo Noronha, "A explosão das greves na década de 80" in Armando Boito Jr. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

se de negociação que antecedeu às greves.

A estabilidade para as comissões de fábrica ou delegados sindicais - uma reivindicação da maioria das categorias - só foi obtida em greve pelos metalúrgicos da FIAT do Rio de Janeiro, pelos metalúrgicos do Rio Grande do Sul e pelos metalúrgicos de São Paulo.

Os trabalhadores menos organizados e, também, os mais espoliados, como é o caso dos peões e vigilantes, conseguiram maiores vitórias econômicas em seus movimentos. Os operários da construção civil de Belo Horizonte conseguiram, no julgamento de seu dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho, pisos de Cr\$ 6.500,00 para pedreiro e de Cr\$ 3.600,00 para serventes.

Outra categoria que obteve vitórias expressivas em suas greves foi a dos motoristas de ônibus. Em São Paulo e Recife, o aumento foi de 75%; os motoristas de Campinas conseguiram um aumento de 90%.

Os funcionários públicos não conseguiram conquistar as reivindicações. Em São Paulo, depois de 36 dias de greve e reivindicando 70% de reajuste mais Cr\$ 2.000,00 fixos, foi obtido do governo apenas o aumento de Cr\$ 2.000,00.

Nesse ano, além dos metalúrgicos, que continuaram liderando o movimento grevista, com 18,10% das greves, temos os trabalhadores da construção civil, com 8,1% das greves, os motoristas e cobradores, com 8,9% das greves; os médicos

com 2,7%, e os professores, com 9,3% das greves, e algumas categorias do setor industrial (70).

No final de 1978, e sem dúvida depois disso, diferentemente das greves de maio, as greves convocadas pelos sindicatos se tornaram o modelo predominante das ações grevistas, em São Paulo.

O ano de 1979 presenciou a eclosão de um grande número de greves. O motivo dessas greves pode ser explicada, por um lado, pelos 10 anos de arrocho salarial a que foram submetidos os trabalhadores brasileiros e, por outro lado, pela reorganização das camadas assalariadas numa situação de crise política. O número total de greves decresceu de 104, em 1978, para 77, em 1979, enquanto o número de grevistas dobrou para quase um milhão de trabalhadores. As greves se tornaram mais massivas (71). Há uma participação crescente dos setores médios da sociedade, que tem seus salários reduzidos no período pós milagre brasileiro, quando a economia entra em período recessivo.

Esses movimentos paredistas obtiveram pequenas conquistas nesse ano, em termos de melhorias salariais e de condições de trabalho. Isso ocorreu porque existia uma estratégia política fomentada pelo governo e pelos empresários, que procurou minimizar ao máximo quaisquer conquistas dos o-

70- Ver Jornal Movimento, 14 de outubro de 1979, artigo de Lia Ribeiro.

71- Salvador Sandoval, Os trabalhadores param - greve e mudança social no Brasil 1945-1960, Editora Ática, São Paulo, 1994, pp.134.

perários. Depois dos acontecimentos de 1978, tanto o governo quanto os patrões estavam preparados. Os empresários endureceram nas negociações, cedendo minimamente às reivindicações, e o governo agiu ostensivamente, colocando tropas na rua, que espancaram grevistas, dissolveram piquetes com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, e até balearam e mataram trabalhadores, além de utilizar a legislação trabalhista, intervindo em sindicatos e julgando quase todas as greves ilegais.

Das várias reivindicações feitas pelos metalúrgicos durante o período 1978-1979, além das estritamente salariais, as mais importantes eram as que exigiam a redemocratização do sistema de relações industriais e, num sentido mais amplo, a redemocratização do sistema político (72). As comissões de fábrica seriam a pedra angular das mudanças nas relações entre patrões e empregados.

Acreditamos que essas comissões de fábrica que nós arrolamos atrás sintetizam os pontos mais importantes das comissões de fábrica que surgiram no período 1978-1979.

As comissões de fábrica da Massey Fergusson, da Tecnoforjas, da Philco, da Caterpillar e da Toshiba surgem por iniciativa de grupos de fábricas que já realizavam um trabalho organizativo anterior à eclosão das greves. Nessas empresas, as comissões de fábrica tiveram os seus membros es-

72- Idem, pp.142.

colhidos pelos operários e tinham como instância máxima de deliberação as assembléias de fábrica. Em geral, eram escolhidos dois membros por seção, sendo os seus mandatos revogáveis a qualquer momento.

Essas comissões de fábrica estabeleciam sua total independência em relação à direção da empresa e sua autonomia em relação ao sindicato, que funcionam como mero órgão consultivo. Além disso, essas comissões seguem uma orientação política vinculada às propostas da Oposição sindical Metálgica de São Paulo e do setor progressista da Igreja Católica.

A comissão de fábrica da Massey Fergusson foi implodida pela empresa após a greve. Dos dezessete membros que compunham a comissão, restavam apenas sete. Os demais tinham sido cooptados pelo patrão, através de cargos, ou tinham sido calados via repressão interna. Após a greve geral de novembro de 1978, o acordo assinado pelo sindicato desmoraliza a comissão de fábrica. Esse é o marco da destruturação da comissão de fábrica da Massey Fergusson.

As comissões de fábrica da Tecnoforjas, da Philco, da Toshiba e da Caterpillar desaparecem após a greve geral de novembro de 1978 e novembro de 1979, quando os seus membros são demitidos.

As comissões de fábrica da Siemens e da Alfa surgem em função da greve. Nessas empresas, as comissões de fá-

brica tiveram uma parte de seus membros eleitos pelos operários e uma parte indicada pelas chefias. Essas comissões são tuteladas pela direção da empresa e estabelecem com o sindicato uma relação consultiva. Ou seja, a comissão de fábrica tem por função colaborar com a direção da empresa na solução dos problemas de relacionamento entre ela e os empregados.

As comissões de fábrica da Siemens e da Alfa desaparecem após a greve, pois não tinham razão de existir uma vez finalizada a negociação.

As comissões de fábrica da MWH e da Coldex Frigor surgem por iniciativa de grupos de fábrica que realizavam um trabalho organizativo "de boca a boca". Essas comissões foram escolhidas pelas chefias e o seu coordenador indicado pelo sindicato.

São vinculadas estatutariamente ao sindicato, tendo em vista que dois dos coordenadores são diretores de base do sindicato na empresa, como membros natos. As comissões de fábrica da MWH e da Coldex Frigor devem fiscalizar o cumprimento da legislação e dos acordos. A instância máxima de decisão é a diretoria do sindicato, pois esta pode avocar para si a representação dos empregados na discussão dos assuntos que sejam objeto da atuação da comissão de fábrica.

As comissões de fábrica da MWH e da Coldex Frigor permanecem até hoje e agem em estreita ligação com o sindicato oficial dos metalúrgicos.

Estas definições propiciam uma caracterização dos tipos de comissões de fábrica que surgiram no período 1978-1979, marcando as suas diferenças em decorrência das reais condições em que cada uma foi constituída. Nesse sentido, foi possível perceber que o aparecimento e desaparecimento das comissões de fábrica estão associados à marginalização/incorporação dos sindicatos. Os trabalhadores responderam no período descrito à repressão do governo contra seus protestos coletivos através de novas formas de organização - as comissões de fábrica. À medida em que a conjuntura política se modifica - através da ação do Movimento Democrático Brasileiro, da Igreja, de outros grupos de oposição e dos próprios operários - o governo se obriga a modificar qualitativa e quantitativamente o ritmo do processo de abertura e as lideranças presentes no movimento operário são impelidas a assumirem posições menos combativas quanto ao movimento sindical, centrando cada vez mais as suas reivindicações, não mais em um sindicato livre da tutela do Estado, mas reivindicando uma redução da interferência do Estado nas questões trabalhistas, na representatividade dos trabalhadores através dos delegados sindicais.

A modificação da conjuntura política com o início da "abertura democrática" empreendida pelo General Geisel, modifica e/ou consolida as concepções que as lideranças sindicais tinham em relação ao movimento operário em geral e ao papel do sindicato e das comissões de fábrica. Ou seja, a experiência das comissões de fábrica no período 1978-1979 fez

parte de um amplo processo tendente à democratização da estrutura sindical e não a sua substituição ou destruição.

CAPÍTULO III

POR QUE DESAPARECERAM AS COMISSÕES DE
FABRICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A ABERTURA SINDICAL

As razões do desaparecimento das comissões de fábrica após o período 1970-1979 devem ser buscadas, por um lado, no próprio desenvolvimento geral da situação política, com a abertura da ditadura militar e as novas estratégias do governo e dos empresários em relação à questão sindical (demissões das lideranças, repressão, política salarial etc.). E, por outro lado, na orientação das direções sindicais, que já possuíam uma concepção do tipo de sindicalismo que almejavam e que as novas condições conjunturais acabaram por fortalecer. Ou seja, a evolução da "distensão política" e os acontecimentos que se sucedem, chegando à chamada "abertura política", influenciam na reorganização das organizações de esquerda e no surgimento de novas formas de participação.

É dentro deste quadro que estamos analisando a trajetória da organização das comissões de fábrica.

Em 1977, o General Ernesto Geisel, prevendo uma possível derrota no colégio eleitoral de seu candidato à Presidência da República, fez uso do Ato Institucional número 5 (AI-5), fechou o Congresso e reformou o Legislativo. Decretou reformas drásticas na composição do Colégio Eleitoral que elegia o chefe do executivo federal, a fim de garantir o controle da sua sucessão. E, também, alterou a composição do Senado, ao criar um terceiro Senador (biônico) pa-

ra cada Estado, garantindo, assim, maioria no Senado no próximo governo. O "Pacote de Abril" impôs à sociedade uma reforma eleitoral casuística, destinada única e exclusivamente a mudar as regras do jogo a seu favor. Essas mudanças impostas através de decreto deixavam clara a deterioração da base política do regime, e revelavam a sua crise política.

Nesse processo, o movimento estudantil cumpriu um importante papel. Realiza no dia 3 de maio de 1977 - um ato de protesto contra a prisão de operários e estudantes - uma passeata que encheu as ruas do centro da cidade de manifestantes de oposição, após quase uma década de ausência, recuperando assim o espaço público de manifestação. O caráter massivo e claramente anti-ditatorial da mobilização estudantil e sua expressão na conjuntura reverterá para o interior do movimento, conseguirá criar um momento de "consenso". O que explodia nas ruas era um basta global à prolongada vivência da opressão e a reivindicação ao retorno a um Estado de Direito. Esse significado está claramente expresso na Carta Aberta "Hoje consente quem cala":

"Basta as prisões. Basta de violências. Não mais aceitaremos mortes como as de Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, (...) Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação de nossos companheiros (...) presos sob a alegação de subversão.

Hoje, nesse país são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles

que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, (...) Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais (...) Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de expressão e organização de todos os setores oprimidos da população. Por que não mais aceitamos as mudanças (...)".

Havia uma crescente oposição por parte dos trabalhadores e setores progressistas da igreja, por parte da classe média e segmentos importantes da burguesia industrial que se declararam favoráveis à redemocratização das instituições políticas como requisito necessário a um maior desenvolvimento econômico.

Nessa conjuntura de crise de legitimidade do regime militar, o questionamento ao autoritarismo não mais será dirigido a um ou outro de seus aspectos parciais, mas se voltará ao regime na sua globalidade. A conjuntura da crise terá sobre o movimento sindical e operário uma significativa incidência. Ressurgem em 1978 as greves de massa. Em 1979 a palavra de ordem na política brasileira era negociação, o equivalente lógico à abertura(1).

1- Thomas Skidmore, Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1995, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, p.423.

No dizer de Florestan Fernandes : " (...) a política de abertura"cede para não dar e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem de comum com o regime democrático exigido pelas transformações em processo da sociedade civil"(2).

Podemos dividir o movimento grevista do período 1978-1979 em duas fases. Na primeira fase, que se estendeu até o final de 1978, as greves foram organizadas nos próprios locais de trabalho, ou seja, organizadas e dirigidas fora do sindicato oficial. Os operários realizavam assembleias dentro das fábricas e elegiam as comissões que iriam negociar com as empresas. Essa fase caracterizou-se em sua quase totalidade pela vitória das greves. A segunda, tem como marco mais importante a greve dos metalúrgicos paulistanos de novembro de 1978(3). Nessa fase a luta grevista começou a penetrar os sindicatos oficiais. Ou seja, parte considerável e crescente das greves passou a se ser organizada em conjunto com as diretorias desses sindicatos e de acordo com as normas básicas de funcionamento desse aparelho sindical. A tática agora era de "empurrar o pelego para a greve"(4). Essa fase contribuiu para o refluxo do movimento operário, que se iniciaria em 1980.

A multiplicação das greves operárias no período 1978-1979 altera as condições de reorganização política desejadas pelos governos militares. Por outro lado, a classe

2- Florestan Fernandes, A Ditadura em Questão. T. A. Queiroz, São Paulo, 1982, p. 35.

dominante, ao introduzir novas formas de enfrentamento com os trabalhadores assalariados e, especialmente, o proletariado industrial, altera radicalmente as suas estratégias. Ou seja, as greves operárias influenciaram diretamente as modificações ocorridas na conjuntura política e essas modificações incidiram fortemente sobre o movimento operário e sindical.

Até 1978, e principalmente a partir da greve geral de novembro de 1978 as armas utilizadas pela burguesia resumiam-se à ativação dos mecanismos de repressão, desde modalidades de terrorismo e intimidação, até a dispersão violenta de concentrações operárias, e a prisão de líderes sindicais. Em 1979, a burguesia consciente de que a contenção do movimento operário constituía peça chave para o êxito de seu projeto de reorganização econômica e política do país, começa a modificar os seus métodos e instrumentos para a nova realidade (3).

É nesse contexto que o ministro do trabalho do governo Figueiredo, Murillo Macedo, define a política de abertura sindical no final de 1979 e início de 1980. Até esse período, o que o governo militar fez, no plano dos mecanismos de controle da atuação sindical, foi simplesmente usar todos os dispositivos existentes na CLT (Consolidação das Leis do

3- Armando Boito Jr. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical, Unicamp/Hucitec, Campinas, 1991, p.265.

4- Idem, p. 269.

5- Paulo Sandroni & Eder Sader, "Lutas Operárias e Táticas da Burguesia: 1978-1979", in Cadernos PUC de Economia, número 7, São Paulo, 1980.

Trabalho), além disso, proibiu o direito de greve (Decreto lei 4330 de 1964), extinguiu na prática qualquer garantia de estabilidade no emprego através da criação do FETS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e instituiu uma nova política salarial (1965), que passaria a regulamentar rigidamente o índice anual de reajuste a ser concedido para cada categoria de trabalhadores, retirando do plano da relação direta entre as classes a determinação desse valor, e fechando um dos poucos espaços deixados em aberto pela legislação brasileira à atuação sindical. A abertura sindical do Governo Figueiredo consistia em flexibilizar o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, principalmente implantando uma legislação salarial, e uma legislação relativa à negociação coletiva, fazendo muitas promessas e projetos de reformas de modo a inflar as expectativas e desorganizar o campo inimigo (6).

Para Murillo Macedo, Ministro do trabalho :

"(...) a negociação é a única forma de se atingir a democracia e a harmonia entre o capital e o trabalho. O Brasil tem muito a aprender em termos de negociação, que deve ser estimulada e ampliada no seu tempo de duração. No momento atual, o Brasil já adquiriu maturidade suficiente para viver um sindicalismo democrático com base na negociação entre as partes" (7).

6- Armando Boito Jr., op. cit., p.277

7- Estado de São Paulo, 14/06/80.

Em novembro de 1979, o governo colocou em ação a NOVA POLÍTICA SALARIAL que explicitava fundamentalmente os seguintes pontos: 1) os reajustes passariam a ser semestrais, e a sua magnitude dependeria do aumento do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da seguinte maneira : a) até 3 salários mínimos o reajuste seria de 10% superior ao incremento do INPC; b) de 3 a 10 salários mínimos o reajuste seria equivalente ao incremento do INPC; c) os salários superiores a 10 salários mínimos seriam reajustados de acordo com 80% dos incrementos do INPC; 2) anualmente os salários seriam aumentados de acordo com a variação dos índices de produtividade de cada setor e atividade, verificada nos últimos doze meses.

Em termos gerais, essa política teve seus efeitos. Os conflitos tenderam a arrefecer com a nova política salarial, pois as margens de discrepância entre as partes em luta tendiam a reduzir-se.

O Ministro Murillo Macedo afirmou o seguinte ponto de vista :

"(...) as leis trabalhistas em vigor constituem, hoje, o principal obstáculo ao desenvolvimento das relações entre o capital e o trabalho. A tutela do estado sobre as

relações de trabalho, da forma como ela se desenvolveu nos últimos 40 anos, está tolhendo os caminhos da prática sindical e não é capaz de permitir ao capital e ao trabalho formas de acomodação que não desaguem na opressão econômica ou política. Trata-se de redefinir o papel do Estado, evitando a intromissão que possa ser excessiva, constranger a liberdade das partes, de procurar formas de convivência que melhor se ajustem a seus interesses" (8).

E continua o seu discurso afirmando que:

"(...) está incentivando "a todo pano" as negociações entre patrões e empregados, referindo-se à participação dos sindicatos na vida nacional, afirmou que "o mundo do trabalho passa necessariamente, por um revigoramento sindical", já que o sindicato é um organismo chave no que se refere à promoção dos trabalhadores, à dinamização das atividades produtivas e ao desenvolvimento de práticas democráticas " (9).

A política de abertura sindical teve como resultados mais importantes : abortar uma crise do modelo ditatorial de sindicalismo de Estado, recuperar a imagem desgastada da estrutura sindical brasileira, obrigar uma reciclagem dos pelegos, que agora teriam que disputar politicamente a direção dos sindicatos com as oposições , atrair e fortalecer as

8- Gazeta Mercantil, 02/12/80.

9- Gazeta Mercantil, 29/11/80.

correntes sindicais que queriam "modernizar" essa estrutura reformando apenas o modelo de gestão dos sindicatos oficiais e, fundamentalmente, produzir uma divisão na frente de correntes sindicais combativas e oposicionistas. A política de abertura sindical procurou integrar e subordinar o movimento grevista aos sindicatos oficiais.

Nessa conjuntura, o novo sindicalismo e grande parte das oposições sindicais antipelegas, a despeito de conflitarem com o regime militar, permaneceram diante da abertura sindical, prisioneiros da política do governo. Diante da política de liberalização do controle do Estado sobre os sindicatos oficiais, o novo sindicalismo e as oposições sindicais não apresentaram uma alternativa de luta pela liberdade de organização sindical, mas confrontavam com o governo apenas quanto ao ritmo dessa liberalização. Ou seja, as lideranças sindicais lutaram contra o modelo ditatorial de sindicalismo de Estado, e não contra a estrutura sindical.

Examinando o saldo do ciclo de lutas operárias ocorridas no período 1978-1979, constatamos a quase inexistência de organizações representativas ao nível das empresas (comissões de fábrica). E observamos que o refluxo do movimento operário na década de 80, coincide com o ingresso da economia numa conjuntura marcada pela recessão e por uma grande ameaça sobre as massas trabalhadoras: o desemprego. O outro elemento que interferiu decisivamente para a não

consolidação das comissões de fábrica, e que contribuiu para o seu desaparecimento está em que as lideranças tinham uma percepção das comissões de fábrica, como uma imposição da conjuntura, que restringe a utilização do sindicato. A tendência de privilegiar a tomada do aparelho sindical parece-nos que está presente nas diversas lideranças sindicais, principalmente a partir do segundo semestre de 1978.

A Oposição Sindical Metalúrgica em seu I Congresso decidiu privilegiar a organização de comissões de fábrica:

"a oposição sindical nasceu da luta contra a estrutura sindical integrada ao Estado (...) O papel da Oposição Sindical é o de desmantelar a atual estrutura sindical, de construir uma nova independente dos patrões e do governo" (10).

No entanto, a prática da oposição os conduziu ao interior do sindicato oficial. Esse deslocamento de perspectiva diluiu a proposta das comissões de fábrica e silenciou sobre os limites do sindicato oficial.

Para podermos entender as posições políticas das lideranças sobre o problema da natureza das comissões de fábrica, procuraremos captar a diversidade dos movimentos político-ideológicos atuantes no movimento operário que constituíram-se em alternativa para o movimento sindical. E que no final dos anos 80 parecem ter convergido definitivamente

10- Teses Aprovadas no I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 1978.

para um único foco, o sindicato oficial.

A análise do desaparecimento das comissões de fábrica tem relação direta com a evolução da distensão política chegando à chamada abertura, porque o desdobramento dos acontecimentos influenciaram na reorganização das principais organizações de esquerda, definindo as suas táticas e estratégias. No período 1978-1979, a transformação da ordem conjuntural na sociedade com a abertura política, e nas relações entre o capital e o trabalho com a abertura sindical, e especificamente no Município de São Paulo, alteram o desenvolvimento da luta por um sindicalismo livre da tutela do Estado. Houve um abandono progressivo da perspectiva de luta de massa, unitária e bem organizada ao nível de fábricas.

Em outras palavras, com a abertura política e sindical promovida pelo governo militar, as diversas lideranças sindicais fizeram prevalecer uma concepção de organização sindical legalista, onde existe um vazio entre o sindicato e as bases. Ou seja, o movimento sindical institucionalizado tem na atualidade um espaço político na sociedade, já a organização no local de trabalho é quase inexistente. Hoje, o sindicato se transformou em uma pequena faceta do poder nas mãos de um grupo de pessoas. E, tudo que se organiza fora da esfera sindical é perigoso. Ou seja, a tendência tal, a divergência tal, e a convergência tal, tendem a romper com as regras estabelecidas pela "moderna" gestão estabelecida en-

tre o Estado e os sindicatos, onde prevalece uma gestão "flexibilizada, democrática".

As comissões de fábrica praticamente inexistem, e a força do movimento sindical é determinada não por sua implantação na base, mas pela percentagem de associados ao sindicato, pelo número de trabalhadores pertencentes a este ou aquele sindicato. A participação da base virou um mito: os encontros são verdadeiros exercícios de manipulação, onde se vota sim, ou não, sem uma discussão prévia.

Murillo Macedo apresentou em 1982, o seguinte balanço de sua política de abertura sindical:

"As manifestações um tanto desorganizadas do movimento trabalhista nas greves de 1978 e 1979 (amadureceram) em um novo sindicalismo. Firmaram-se as lideranças novas. As disputas pelas diretorias dos órgãos de classe transformaram-se em verdadeiras campanhas políticas. As diretorias ganharam representatividade e o sindicato ampliou o seu espaço na vida da nação: não apenas como órgão de defesa de categorias econômicas e profissionais, mas como peças importantes para o processo de consolidação da democracia no país" (11).

11- Folha de São Paulo, 16/12/82.

AS POSIÇÕES POLÍTICAS SOBRE O PAPEL DAS COMISSÕES DE FÁBRICA

No final de 1977, existiam três tendências visíveis dentro do movimento operário sindical dito "combativo": a primeira tendência, chamada "Oposição Sindical", compunha-se de sindicalistas de base e preferiam a organização de comissões de fábrica fora da estrutura sindical oficial; a segunda tendência, chamada "autêntica" ou "novo sindicalismo" trabalhava dentro da estrutura sindical, apoiava a participação das bases estimulando a sua participação em movimentos de massa, assembléias gigantes e plebiscitárias etc., mas não apoiando efetivamente a organização de base. Além disso, o "novo sindicalismo" não via a estrutura sindical como pernicioso ao movimento operário. Em razão disso, não lutavam pela autonomia do sindicato diante do Estado, embora lutassem contra o controle de tipo policaresco que o governo exercia sobre os sindicatos (12). No III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de 1978, é tirada uma resolução a favor da Unicidade Sindical.

"(...) não podemos, de forma alguma, correr o risco de que as comissões de empresa representem qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa nosso ideal de unidade. Importa é tornarmos o sindicato atuante, através das comissões de empresa" (13).

12-Leôncio Martins Rodrigues, Partidos e Sindicatos - escritos de sociologia política, Ática, São Paulo, 1990.

13-Resolução do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, São Paulo, 1978.

Eles lutavam, isto sim, pela autonomia do sindicato frente ao governo militar, isto é, contra o modelo ditatorial de gestão da estrutura sindical (14). Havia uma "incompreensão" generalizada de grande parte das direcções sindicais sobre o papel que as comissões de empresa poderiam desempenhar. Lula, em uma entrevista à revista CARA a CARA, em dezembro de 1978, diz o seguinte:

"Nessas greves, por exemplo, se você pedisse para identificar comissões, nós não teríamos como fazê-lo. Fomos procurados por vários grupos de trabalhadores aqui no sindicato para tomar uma orientação de como poderiam agir. A partir daí nós inclusive fomos contra a criação de comissões de fábrica e em algumas empresas em que elas surgiram nós procuramos acabar com elas. E por quê? Porque o problema era de todos e não de meia dúzia. Se viéssemos a ter uma comissão representando a maioria dos trabalhadores, ela estaria com a cabeça na força. Por quê? Porque, na negociação com o patrão, se ele dá uma resposta negativa, a comissão vai ter que falar: olha pessoal, não vai vir o aumento e nós vamos ter que continuar parados. Quem foi o responsável pela paralisação aos olhos do patrão?" (15).

A diferença entre Lula e os grupos de esquerda po-

14- Armando Boito Jr., "Reformas e Persistência da Estrutura Sindical", in O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80 (org: Armando Boito Jr.) Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

15- Cara a Cara, Centro de Estudos Everaldo Dias, São Paulo, Ano I, número 2, julho/dezembro, 1978.

dem ser acompanhadas em suas entrevistas no ano de 1978.

A despeito das inúmeras declarações contra o imposto sindical e a favor do pluralismo, Lula não formulou nenhuma posição clara contra a estrutura sindical. Tinha uma postura legalista em relação à estrutura sindical e portanto não poupava críticas às oposições e à Igreja.

"Eu tenho lido algumas matérias da Pastoral Operária e não gostei por que estão colocando o operário num nível muito baixo, ele aparece ali com Zé ninguém e eles como os bons. O que a Igreja não pode é criar movimentos paralelos ao sindical. Ajuda se fazer um bom trabalho de conscientização do trabalhador para que ele atue dentro do sindicato (16).

No que tange à organização dos trabalhadores no local de trabalho, diz a resolução do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema:

"As comissões de empresa assumem um papel de grande relevância como organizador de vanguarda do verdadeiro sindicalismo. Contudo, não podemos de forma alguma, correr o risco de que as comissões de empresa representem qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa nosso ideal de unidade. Importa tomar nosso sindicato presente atuante, através das comissões de empresa, onde estiver o trabalhador (17).

Os sindicalistas de São Bernardo, reagem às comis-

16- Idem, Ibidem.

17- Teses Aprovadas no I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, 1979.

sões de fábrica, tomando-as como organismos independentes do sindicato, que poderiam levá-lo ao enfraquecimento, já que haveria muitos centros de decisão. Propõem então, o delegado sindical, isto é, representantes sindicais controlados pelo sindicato a nível de fábrica. Os sindicalistas autênticos entendiam a luta contra a estrutura sindical a partir do próprio sindicato. Ou seja, o eixo da organização deveria ser o sindicato, e o combate deveria se dar elegendo representantes legítimos através de eleições sindicais.

O novo sindicalismo, não era contra qualquer organização no local de trabalho, mas queriam uma Comissão de Fábrica subordinada ao sindicato oficial.

A terceira tendência enfatizava a organização no sentido de conquistar posições hierárquicas dentro do movimento sindical, principalmente nas Federações e Confederações e promovia a criação da "Unidade Sindical", para coordenar as reivindicações e atividades a nível Estadual e Federal.

Essas tendências presentes no movimento operário e sindical no período 1978-1979, na cidade de São Paulo, não ocupavam o poder, ou seja, estavam fora do sindicato oficial.

A onda grevista de 1978-1979 traz um elemento de fundamental importância no processo de luta fabril em São Paulo que é a presença das comissões de fábrica e grupos de fábrica. Essas comissões de fábrica e grupos de fábrica na

maioria das vezes , e especialmente de maio a junho de 1978, impulsionaram o movimento grevista.

Essas comissões de fábrica recobrem diferentes sentidos e objetivos segundo o momento em que aparecem. Elas são uma base para a oposição ao sindicato ou base e premissa para um outro sindicato, livre da tutela estatal, e outras vezes são base e premissas para uma transformação interna do sindicato existente, através de uma vitória contra a diretoria (18).

Essas inúmeras possibilidades que a comissão de fábrica propicia, traz um acirramento ideológico dentro do movimento sindical.

No período 1978-1979, existiam no movimento sindical basicamente duas concepções face a questão das comissões de fábrica. A primeira coloca a comissão de fábrica como um organismo autônomo frente aos sindicatos, definindo suas funções em níveis diferentes. As relações entre ambos ocorreria mais no campo político do que orgânico, pois a comissão é fruto da vontade de luta e de organização dos trabalhadores no interior da fábrica, e o sindicato está sujeito a uma série de injunções impostas pela estrutura sindical. Essa concepção face a questão das comissões de fábrica dentro do movimento operário e sindical, está presente na primeira tendência.

18- Eder Sader, Quando novos personagens entram em cena: Experiência e Luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

A outra posição coloca que se deve preservar o caráter sindical das comissões de fábrica. Ou seja, a comissão de fábrica deve estar ligada à diretoria do sindicato através do delegado sindical. Seria uma comissão sindical na fábrica com todos os desdobramentos políticos que decorrem da luta sindical. Se o sindicato é combativo, ocorre um fortalecimento das comissões de fábrica; se a direção é pelega, as comissões tendem a se transformar em organismos de conciliação entre o capital e o trabalho.

Essa posição política em relação às comissões de fábrica dentro do movimento operário e sindical está presente na segunda tendência (novo sindicalismo) e na terceira tendência (unidade sindical).

A posição majoritária da Oposição Sindical Metalúrgica enfatiza a organização independente e autônoma dos trabalhadores. Nas teses aprovadas, define-se a Oposição Sindical Metalúrgica como tendo o papel de dismantelar a atual estrutura sindical e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica(19).

Essa concepção tinha alguma influência de um projeto tipo

19- Teses do I Congresso da USMSP, março de 1979.

conselhistas, (20) isto é, tinham em seu horizonte um projeto socialista, onde a comissão de fábrica seria o primeiro elo da cadeia histórica que conduz à ditadura do proletariado. O conselho é o modelo do Estado Proletário (21). Para a ala majoritária da Oposição, a comissão de fábrica representa todos os operários de uma fábrica independente se este for ou não sindicalizado. A comissão de fábrica desperta o interesse do proletariado pela participação massiva e pelas discussões políticas. A comissão de fábrica propicia um vínculo maior entre os seus representantes e os operários (22).

Em um documento elaborado por militantes da OSM assim expressam as suas teses:

"A organização no local de trabalho possibilita mobilizar em massa os operários da fábrica (...) Neste sentido é o oposto do sindicato atual, essencialmente desmobilizador (...) As greves de maio-junho significaram, portanto, a volta da massa aos sindicatos (como já tinha começado a acontecer antes pela ação do "novo sindicalismo" e das oposições sindicais) (...) O sindicato oficial é subordinado ao governo e deste depende em quase tudo. As suas funções, definidas em lei, têm caráter desmobilizador e assistencialista (...) devemos difundir as experiências de luta e organização nas

20- Hamilton José Barreto de Faria, A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964-1979), Tese de Mestrado, PUC-SF, 1986.

21- Iram Jacome Rodrigues, As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical, in, O Sindicalismo nos anos 80 (org: Armando Boito Jr.), Paz e Terra, Rio de Janeiro., 1991.

22- Eder Sader, Idem.

fábricas (...) A atividade e a organização da fábrica não devem ser subordinadas ao sindicato, que, pela sua estrutura, tende a castrar ou, na melhor das hipóteses, a limitar a luta (23).

Por outro lado, havia um movimento minoritário, onde estavam presentes os partidos comunistas e independentes, que consideravam de importância fundamental a retomada do sindicato para generalizar a luta dos trabalhadores, pois os trabalhadores não tem outro organismo de representação. Ou seja, enquanto uns centram a sua atividade quase exclusivamente no sindicato, outros na fábrica praticamente "ignorando" o sindicato.

As divergências remetiam a relação entre a organização autônoma nas fábricas e a atuação no interior dos sindicatos existentes. Estas diferentes orientações ideológicas configuram a formação de comissões de fábrica com conteúdos distintos e de ação política diversas. A solução do dilema atrelamento-autonomia implica vinculação política-ideológica ou total independência da comissão de fábrica frente ao sindicato.

Há uma relação entre a proposta de atrelamento e a posição política de apoio crítico à política de abertura do General Figueiredo. Nesse período 1978-1979, em que pesem as

23- Documentos elaborados pelos militantes da OSMSF - "As greves de 1978".

nuances, os partidos como PCB e MR-8, defendem a tese da luta pela democracia e pelas liberdades democráticas, política esta que, levará esses partidos a propor alianças até com setores arenistas ou das Forças Armadas. A tese da revolução por etapas, ou seja, a revolução democrática nacional burguesa como etapa para o socialismo, leva-os a defenderem alianças com setores da burguesia, ou até mesmo com outros setores, como tática para a derrubada do inimigo principal. Isto significa que, para o PCB, PC do B e MR-8, o movimento sindical deve ser um item a mais na sua proposta de oposição ao regime fascista. Dessa forma, mesmo mantendo divergências teóricas e ideológicas, o que vemos na prática é a união das três forças, em muitos dos acontecimentos do movimento sindical-político-popular(24). Isto é, os trabalhadores - em nome da luta pela democracia - devem estar dispostos a fazer alianças com a burguesia ou qualquer força de oposição ao regime fascista.

No entender desses partidos:

"As greves, concretamente, foram influenciadas pela atividade do MDB, dos comunistas e outras forças com as quais trabalhamos-em comum, da Igreja Católica e de correntes socialistas (...). Com o êxito das primeiras greves, o movimento seguiu um caminho compatível com a evolução da frente democráticas(...) os sindicatos desempenharam um papel vital

24- Antônio Ozai da Silva, História das Tendências no Brasil, p. 38.

nesse processo(...) estimularam os trabalhadores a lutar por seus interesses. Ao mesmo tempo, não assumiram a condução formal do movimento, não dando a diladura pretexto para intervir (25).

(...) a idéia de autonomia do movimento grevista deve ser entendida como um movimento sindical unitário que reúne todas as correntes ideológicas que atravessam a classe operária (26).

Em função ou apesar das divergências que imperavam no movimento de oposição, em julho de 1978 há participação na disputa sindical. Ou seja, em uma conjuntura em que as greves fabris multiplicam-se e cresce o movimento das comissões de fábrica, a oposição participa das eleições sindicais de 1978, legitimando a estrutura oficial existente. Apesar do discurso aparentemente crítico dirigido ao sindicato de Estado - fascista, instrumento de controle etc - os sindicalistas substituem, na proposição de diretrizes de ação, a questão da luta contra a estrutura sindical pela questão dos métodos de trabalho sindical (atuar dentro e/ou fora do sindicato?) (27).

Apesar de possuírem concepções diversas as comissões de fábrica seriam para as três tendências um recurso tático para a conquista estratégica do sindicato. Esta seria

25- Voz Operária, número 144, agosto 1978, "Greves Resultam uma longa acumulação de forças".

26- "As Greves do ABC", Debate, número 30, agosto 1980.

27- Movimento, "Autonomia Sindical: resposta a David Carriano", artigo de Armando Boito Jr. & Décio Saes, 25 de Agosto de 1980.

uma das razões pelas quais não ocorreu o avanço das intertá-
bricas (por um novo sindicato).

AS POSIÇÕES POLÍTICAS E A ELEIÇÃO SINDICAL DE 1978

Nas eleições sindicais de 1978, apresentaram-se três chapas disputando as eleições sindicais de São Paulo. As chapas concorrentes representavam as principais tendências político-sindicais. A chapa 1, era formada pelo grupo da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e era encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, que tenta se eleger pela sexta vez consecutiva. A chapa 1 propõe o assistencialismo sindical: colônia de férias, ambulatório médico, centro de lazer, laboratório de análises clínicas, etc. Ou seja, a chapa 1 defende os pressupostos do sindicalismo de Estado.

A chapa 2 formada pelo grupo de oposição moderada à direção do sindicato e é encabeçada por Cândido Hilário Araújo (Bigode). A chapa 2, defende a formação de comissões de empresa sob a orientação do sindicato para encaminhar as negociações dos contratos coletivos de trabalho e fiscalizar o seu cumprimento. A chapa 2 era formada pelo grupo que carregava a bandeira da Unidade Sindical Metalúrgica, e recebia influências do PCB, MR-8 e MDB. Sua questão vital é tomar a diretoria para efetivar a autonomia sindical. Ou seja, não se trata de ao estimular a criação de comissões de fábrica criar as bases de um sindicato "alternativo", mas fortalecer o sindicato que é o órgão de luta e organização dos trabalhadores. As comissões de fábrica devem ser subordinadas e controladas pelo sindicato. Este grupo aproximou-se do primeiro grupo em 1979.

A chapa 3, foi formada pelo grupo da Oposição Sindical Metalúrgica, e era encabeçada por Anísio Batista e Santo Dias como vice. A chapa 3 defendia a formação e reconhecimento de comissões de fábrica, o fim da estrutura sindical vigente, e independência em relação ao Ministério do Trabalho. A chapa 3 centrou a sua luta contra a estrutura sindical, e na organização dos operários nas empresas, que se expressava nas comissões de fábrica. E comissões de fábrica com autonomia e não controladas pelo sindicato(28). Na chapa 3 havia influências da Igreja, da Pastoral Operária, grupos trotskistas - Convergência Socialista, Organização Socialista Internacional(LIBELU), e independentes.

A eleição de 1970 foi uma eleição completamente tumultuada. A diretoria do sindicato utiliza vários expedientes para vencer as eleições: controle do processo eleitoral, valendo-se de portaria do Ministério do Trabalho que permitia ao presidente do sindicato indicar todos os mesários, ameaças físicas aos membros da oposição, urnas sem lacre, urnas que não cumprem o itinerário das fábricas de votação etc (29).

O resultado oficial das eleições foi o seguinte: associados em condição de voto, 49.020 ; comparecimento, 44.809 ; votos apurados, 36.538, chapa 1, 24.511 ; chapa 2, 23.207; chapa 3, 7.378 ; brancos 299 ; nulos 1.061.

28- Documentos da OSMSP, São Paulo, 1978.

29- Hamilton José Barretos de Faria, Idem.

Após as eleições de 1978, redefinem-se as correntes no interior da oposição. Alguns sindicalistas (ligados ao MR-B e à chapa 2- renovação) até então ligados à oposição se aproximam do sindicato. Apesar disso, ainda permanece a ambiguidade na Oposição Sindical Metalúrgica, entre os seus ativistas, alguns vendo a referência principal nas formas de organização fabril e outros no sindicato.

A oscilação entre a conquista do sindicato oficial e a criação de um novo sindicato a partir dos organismos de base podem ser observados nas proposições dos militantes da OSM :

"Nós queremos um sindicato onde predomine a democracia operária, quer dizer que o sindicato ou a organização sindical abra espaço físico e político para cada trabalhador se manifeste (...) Por que nós entendemos que o objetivo de nossa luta é a organização de base, e aqueles que estiverem na cúpula devem estar a serviço dessa base" (30).

"a total independência da Oposição em relação aos sindicatos só é possível se ela voltar-se para as amplas massas operárias que se encontram desorganizadas nas fábricas e organizá-las em comissões operárias. Só com autonomia de organização pode a Oposição sindical adotar uma política independente em relação aos sindicatos" (31).

30- Idem, Ibidem, entrevista feita com um membro da OSMSP.

31- "Ante-projeto de Programa de Oposição Sindical", núcleo de oposição, 1978.

O processo eleitoral de 1978 explicitou as ambiguidades presentes no Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo, que ora considera o sindicato oficial fator de desorganização das bases, ora considera o sindicato um organismo que pode contribuir para o crescimento da organização operária de base.

No nível teórico estas ambiguidades são esclarecidas mas não desfeitas no primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica.

Neste primeiro Congresso, as principais teses aprovadas não negam a participação no sindicato, mas a condicionam à luta contra a estrutura sindical e, propõem a criação de grupos de ativistas nas fábricas e quando a situação for favorável, a criação de comissões de fábrica. essa deve ser a atividade fundamental da Oposição (32).

"Assim, a Oposição sindical Metalúrgica não é um novo sindicato, mas é uma frente de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores no sindicato atual e na fábrica (...) sua tarefa mais importante da luta operária é, antes, durante e depois da tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fábricas (...) e concorrer com chapa própria em todas as eleições sindicais" (33).

32- Teses do I Congresso da OSMSP, março de 1979.

33- Idem.

Na prática, o primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo não desfaz as ambiguidades, ao contrário aprofunda as divergências teóricas quanto à linha de atuação político sindical.

"(...) eutava na linha de constituir organismos realmente de greve e inclusive desconsiderava até mesmo a posição oficial da diretoria (...) a gente criaria mecanismos pra dá continuidade à coisa (...) eram os comandos (...) que rompesse com a estrutura sindical. e aí foi quando surgiu a questão do sindicato paralelo. que estava se desenvolvendo uma prática de sindicato paralelo" (34).

"mesmo durante esses anos negros de repressão (...) a classe operária sempre teve como referência para os seus problemas econômicos e para as injustiças cometidas, os sindicatos oficiais (...) por isso as oposições não tem que procurar formas e formas de, na prática se isolar. Não existe outra alternativa para elas se não a de transformarem-se em tendências sindicais que tem como eixo de seu trabalho os sindicatos oficiais" (35).

E, ao final do Congresso temos duas visões de luta sindical distintas.

A visão de luta sindical minoritária no congresso defende centralizar a atuação nos mecanismos do próprio sin-

34- Hamilton José Barretos de Faria, Idem, p.357.

35- Contribuição à discussão sobre a questão sindical, OSMSP, mimeo, São Paulo, 1979.

dicato. Para que isso aconteça é necessário a ocupação do sindicato a partir das comissões de fábrica, núcleo do sindicalismo e garantia contra a interferência do Estado na vida sindical. As comissões de fábrica não devem ser desligadas da luta sindical e, portanto, do sindicato para não prejudicar a unidade do movimento, objetivo da classe operária.

A visão de luta sindical majoritária no Congresso defende a constituição de organismos de greve independentes que pudessem levar propostas de luta mesmo sem contar com a diretoria do sindicato. Os principais órgãos de luta são as Comissões de Fábrica, independentes da estrutura sindical. O sindicato deve ser um instrumento de luta útil em determinados momentos para fortalecer o trabalho de fábrica e a luta contra a estrutura sindical, desde que controladas por diretorias combativas e ligadas às bases.

Ao nível do discurso, as teses aprovadas no I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica, corroboram a visão majoritária do movimento de oposição sindical, ao sistematizar a sua linha sindical a partir da experiência vivida pelo movimento grevista e ao centrar como eixo de todo trabalho operário e sindical nas comissões de fábrica.

Na prática se observa, contudo, uma tendência a tomar o espaço unificador do sindicato com referência principal para o movimento, embora o Congresso tenha derrotado a tese que propunha centrar a luta no sindicato oficial, a política vitoriosa foi justamente essa. Ou seja, a Oposição

Sindical Metalúrgica de São Paulo declarou que iria centrar o seu trabalho na organização de comissões de fábrica, mas não praticou isso. Centrou o seu trabalho no sindicato oficial. Mesmo o setor majoritário da oposição, que proclamava pretender o desmantelamento da atual estrutura sindical, organiza-se para tomar o sindicato vigente. Acreditando ser possível mudar a natureza do sindicato oficial graças a substituição das diretorias "pelegas" por diretorias "combativas".

A partir do final de 1979, a maioria da oposição opta na prática pelo caminho de ganhar espaço dentro do sindicato de estado. As correntes de oposição passaram a aplicar a linha de "empurrar" o pelego para a greve, praticamente abandonando a organização fabril, ou seja, secundarizando a organização de interfábricas que fica sem papel definido no contexto do conflito (36).

36- Hamilton José Barretos de Faria, Idem.

As comissões de fábrica que estavam no centro articulador de maio/junho de 1978, passam a ter um papel secundário no processo de organização da luta grevista (37). As greves passam a ser organizadas no interior dos sindicatos oficiais e de acordo com as normas básicas de funcionamento do aparelho sindical (38). Esse fato alterou radicalmente as condições nas quais se travava a luta grevista. A organização do movimento que era realizada pela comissão de fábrica foi marcada por dificuldades crescentes e passava a predominar a derrota na luta reivindicativa.

37- Arnaldo José França Mazzei Nogueira, Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a experiência do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Unicamp, 1990.

38- Armando Boito Jr., O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical, Unicamp/Hucitec, Campinas, 1991.

A POSIÇÕES POLÍTICAS E A DIVISÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

Mesmo no início da década de 80, a Oposição Sindical Metalúrgica seguia ambígua : a prática sindical da USMSP no essencial visava a conquista do sindicato oficial, recorrendo e utilizando taticamente as comissões de fábrica; mas em vários de seus aspectos (comissões de fábrica independentes do sindicato, inter-fábricas) estimulava práticas e perspectivas que apontavam para a possibilidade de se organizar um sindicato alternativo. De modo que vez ou outra essa idéia tentava , como um "pecado" , muitos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica. Além disso, setores ponderáveis da Oposição Sindical Metalúrgica, apesar de não possuírem um programa consistente de combate à estrutura sindical, tinham contradições com essa estrutura : seu burocratismo e seu caráter autocrático. Somando essas duas questões, temos no sindicato oficial de São Paulo um pelego, o que exacerbava as contradições entre a Oposição Sindical Metalúrgica e a estrutura sindical.

No entanto, a vertente favorável à conquista do sindicato para torná-lo mais democrático e transformá-lo em um instrumento de lutas de massas ganha força na década de 80.

Os militantes da Unidade Sindical a partir de 1979 afastam-se definitivamente da Oposição sindical metalúrgica, e optam por atuar em aliança com os pelegos no interior da

estrutura sindical, particularmente os militantes ligados ao PCB e MR-8. Em um documento chamado : "Chega de Aventuras" (30/11/79) , a Unidade Sindical critica a Oposição Sindical Metalúrgica por agir de forma divisionista no campo sindical em vez de procurar a unidade do movimento.

Responsabilizam a Oposição Sindical Metalúrgica pelo fracasso da campanha salarial de novembro de 1979; por que estes não consideraram a crise econômica, o prenúncio da recessão e o aumento do desemprego. Os comunistas e o MR-8 faziam claramente a defesa doutrinária da unicidade sindical.

Segundo a Voz da Unidade (PCB), o pluralismo sindical é uma política divisionista introduzida pelo próprio estado, para fazer frente às ações unitárias que se desenvolvem no país. Já o Jornal Hora do Povo (MR-8) é contrário ao pluralismo, por que entende a proposta como divisionista, impedindo a organização de sindicatos únicos (39).

"(...) sentimo-nos no dever de iniciar o debate das causas da derrota e das responsabilidades pela conclusão incontestavelmente desastrosa desse momento da luta dos trabalhadores. (...) a unidade da categoria era absolutamente indispensável para que fossem obtidas vitórias. Mas os grupos aventureiros e sectários reunidos na autoproclamada oposição sindical tinham exatamente o objetivo de impedir essa unidade, com a idéia fixa de utilizar a campanha para impor a sua influência aos trabalhadores. (...) as lições capazes de orientar a ação unitária é sem dúvida , a necessidade das

39- Hora do Povo, "Contra o Pluralismo Sindical", 17/06/81.

correntes unitárias, combativas e conseqüentes, entre as quais nos incluímos, de se oporem com maior firmeza à ação dos divisionistas agrupados na Oposição Sindical, principais responsáveis pela derrota sofrida pelos trabalhadores metalúrgicos" (40).

A Unidade Sindical pregava a necessidade de acumular vitórias econômicas para o salto a nível de lutas políticas, e defendiam um melhor nível de organização operária e sindical para se ir à luta. A estratégia política dessas correntes diz Celso Frederico :

"(...) era conseguir uma quantidade suficiente de posições para, a partir daí, utilizar o aparelho oficial em função de interesses populares. Evidentemente os que defendiam essa proposta não podiam aceitar a luta contra a estrutura sindical como ponto central da ação político sindical, combatendo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo principalmente através da alegação de que esta propunha um sindicalismo paralelo "(41).

Por outro lado, o jornal O Trabalho (LIBELU) colocava-se contra a unicidade sindical, conforme explicitada pela CLT, na medida em que ela é um alrelamento dos sindicatos ao Estado, que divide e subdivide as categorias profissionais, cria federações e confederações estanques e exige obediência

40- "A Campanha dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos" (novembro de 1979), idem.

41- Celso Frederico, A esquerda e o movimento operário 1964-1984, a reconstrução, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1991, vol. 3.

ao estatuto padrão imposto pelo Ministério do Trabalho (42).

Para o jornal Movimento, a questão é saber se é possível conciliar a unicidade sindical com a autonomia dos sindicatos frente ao aparelho de Estado, ou se, ao contrário, a liberdade de organização sindical e autonomia dos sindicatos frente ao aparelho de Estado requerem o direito do irrestrito pluralismo sindical.

"Consideramos que a divisão do movimento operário e sindical é causada pela interferência do Estado no sindicalismo. A proposta da Unidade Sindical nega a independência sindical, ao propor a conciliação de classes, ao colocar ao Estado a incumbência de resolver os conflitos das categorias e ao propor o registro do sindicato em cartório. Para eles não tem valor a representação política real" (43).

"a adesão ativa ao sindicato de Estado é a adesão às normas legais e fundamentais desse aparelho sindical e das modalidades de ação sindical que lhe são próprias (...) a representatividade outorgada oriunda da investidura sindical, os recursos materiais do sindicato oficial dependem do Estado e não dos trabalhadores" (44).

O documento "Chega de Aventuras" termina com palavras de ordem reveladoras da postura dos militantes da Unidade Sindical: "abaixo o anarquismo, o divisionismo e aven-

42- O Trabalho, número 117 e número 119.

43- Movimento, 17 a 25/08/81.

44- Armando Boito Jr., op. cit.

tureirismo da oposição sindical; não ao sindicato paralelo; pela dissolução dos comandos ; nós metalúrgicos jamais permitiremos a divisão do nosso sindicato; tudo pela unidade sindical" (45), marcando o afastamento definitivo da Unidade Sindical do campo da oposição sindical.

Um setor da Oposição Sindical Metalúrgica elabora um documento chamado : "A Lição da Greve, Chega de Pelegos", onde procura responder a postura da Unidade Sindical. Classifica a Unidade Sindical com politicamente reformista e aponta a traição do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, como o principal responsável pela desmobilização dos operários em novembro de 1979.

"A vontade de paralisar existe, porém falta confiança na direção da greve e é baixo o nível de organização nas fábricas (...) a insegurança da grande maioria dos operários tornava frágil a manutenção da greve (...) Mas essa insegurança não se devia a "fatores econômicos" mas a ausência quase total de direção e organização sindical que dessem maior confiança aos operários (...) E essas condições mínimas poderiam ter sido rapidamente ampliadas, as falhas poderiam ter sido corrigidas, se a conduta da direção do sindicato e das correntes que se aliaram a ela tivesse sido outra. Portanto, a direção do sindicato e seus aliados são os principais responsáveis pelas derrotas sofridas pela greve" (46).

45- Documento "Chega de Aventuras", ativistas sindicais (PCB e MR-8), 1979.

A situação econômica era a causa fundamental dos movimentos e das greves, e as condições para o seu desenvolvimento dependiam da conduta da direção sindical e dos seus aliados, que no momento foram omissos e divisionistas. Por outro lado a Oposição com a sua tática de "empurrar o pele para a greve" não foi capaz de colocar-se como alternativa à diretoria pelega.

E, ao nível do discurso, a Oposição Sindical Metafísica, mantém-se fiel às suas diretrizes originais (definida pela união dos trabalhadores na fábrica) para enfrentar o patrão e expulsar o pelego do sindicato, combinando a luta pelo poder sindical com a organização de grupos e comissões de fábrica.

Do outro lado, o sindicato aliado à Unidade Sindical, vai introduzindo uma série de práticas inovadoras iniciando pelo "Décio Malho", que preparava a sua complexa estrutura oficial rumo às fábricas, coletando reclamações dos operários, e assumindo práticas de encaminhamento dos problemas, através de reclamações diretas com a direção da empresa, na busca de soluções negociadas. Além disso, procurava consolidar os embriões de comissões de fábrica, sempre agregando-as à estrutura sindical. A postura dos militantes da Unidade Sindical (PCB e MR-8) no campo sindical subordinava-se a proposta de Frente Democrática em torno do MDB, depois PMDB.

O que observamos é que a partir da década de 80, há uma tendência a incorporar as comissões de fábrica à estrutura sindical, seja por parte do sindicato, quanto por militantes da Oposição Sindical Metalúrgica. A derrota de novembro de 1979 na campanha salarial, põe no centro do debate e na prática existente no movimento operário, a luta no sindicato como dimensão mais importante presente nas lutas operárias e sua relação com as formas de organizações de base como uma questão secundária. Ou seja, a greve traçou um claro divisor de águas dentro das ambiguidades ainda prevalentes, reelaborando um perfil para o "NOVO" movimento sindical.

As oposições sindicais passada a crise da estrutura sindical de 1978-1979, reorientam a sua atuação, diminuindo o seu ímpeto autonomista e abraçando também a estratégia de "democratização da estrutura sindical". Em grande medida esta reorientação programática das oposições sindicais ocorre em função da superestimação do papel do sindicalismo oficial nas greves do final da década de 70 e a pressão ideológica contra o paralelismo sindical que sofriam em sua atuação cotidiana.

Além disso, São Bernardo é visto como exemplo a ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores. A Oposição Sindical Metalúrgica majoritariamente e elementos do sindicato oficial aliados à Unidade Sindical propõem a figura do delegado sindical, isto é, representantes sindicais controlados

pelos sindicatos no nível da fábrica.

Os grupos e as Comissões devem estar vinculados aos sindicatos e obedecer a sua orientação. Essa vinculação orgânica da comissão com o sindicato de Estado, são significativas no encaminhamento das ações políticas dos trabalhadores e moldaram o movimento operário e sindical nos anos oitenta e noventa.

O projeto do "NOVO" sindicalismo em São Paulo, diferentemente do ABC, se implantou após a greve de 1978-1979. E, quem assumiu a sua direção foi o velho sindicalismo; renovado, modificado, modernizado a partir de uma aliança estabelecida com a Unidade Sindical (PCB e MR-8).

A Unidade Sindical após as greves de 1978-1979, realizou uma aliança com a direção do sindicato oficial, que pretendia uma prática renovadora para enfrentar os novos tempos, marcados pela onda democratizante. A fonte básica da modernização conservadora do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foi a fábrica, isto é a aproximação do sindicato dos problemas do mundo fabril (47).

A aliança com o "pelego" Joaquim era, assim justificada pela Unidade Sindical :

"(...) foi a partir da campanha salarial de 1979 que começamos também a mudar nossa política de atuação no sindicato. Denunciávamos a política aventureira da oposição

47- Arnaldo Nogueira, op.cit. p.116.

sindical e começamos a perceber a estreiteza da política de "combate ao Joaquim". Iniciamos então uma política de ATIVA PARTICIPAÇÃO NA VIDA DO SINDICATO, aproveitando as aberturas oferecidas e influenciando no sentido de dinamizar a atuação na entidade. Damos um passo à frente porque reconhecemos que estávamos com um pé atrás (...) Começou então a ser desenvolvido um plano de ação que consistia basicamente em orientar a ação sindical para o enraizamento do sindicato nas grandes empresas. E nesse sentido colocou-se a máquina sindical a serviço da organização dos operários nas grandes empresas do setor. (...) nossas alianças nos metalúrgicos realizam nosso esquema principal de alianças na sociedade. (...) as transformações políticas e organizacionais por que tem passado o sindicato nos últimos meses marcam um salto de qualidade na sua atuação. Estas mudanças inserem-se no processo de renovação e fortalecimento da entidade iniciado em 1980. Os comunistas tem dado uma contribuição significativa nestas transformações e no avanço da política do sindicato" (48).

O fato é que, a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro de 1979, já se deu num quadro diferenciado. O governo do general Figueiredo tinha baixado a nova lei salarial, tinha também reelaborado todo o seu esquema de repressão às greves, procurando combinar certas manobras polí-

48- O que conseguimos e o que queremos", in Documento - Metalúrgicos de São Paulo 1979-1983/ Um projeto, um processo, uma realidade, abril de 1981, redigido pela Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP.

ticas para isolar os operários grevistas com uma nova dureza policial. Além disso, a tática da "abertura", adotada pelo General Figueiredo, com a anistia e uma liberdade maior de atuação política havia aberta a temporada de cooptações e concessões aflorando as unidades e contradições. E já tinha provocado também certos efeitos no movimento operário e sindical, levando a um realinhamento de forças no seio das esquerdas. O posicionamento dessas forças diante da greve refletiu de maneira clara as alianças. Enquanto um preferia ficar ao lado dos liberais e burgueses descontentes, encarando a greve como obra de minorias radicais que só vinham tumultuar a abertura do regime, outros preferiam apoiar a luta que se desenvolvia naquele momento.

Atualmente as comissões de fábrica praticamente inexistem, e o sindicato de Estado segue sendo um organismo estável, centralizado e burocratizado no topo, se relacionando de maneira difusa com uma base dispersa(49). A diretoria segue sendo a única instância permanente de decisão, e os conflitos tendem a permanecer subordinados a uma situação mais ou menos controlada. Assim, cristaliza-se uma prática que prescinde da organização dos trabalhadores na base, pois a concentração de poderes nas mãos de uns poucos permite que permaneça algum nível de trabalho sindical, ainda que a luta a organização fiquem reduzidas ao momentos de campanha salarial. A participação fica limitada a mobilização e ao con-

49- Armando Boito Jr. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical, in O Sindicalismo brasileiro nos anos 80, (org: Armando Boito Jr.), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

fronto ,não se fazendo presente nos processos de negociação. A única instância permanentes de decisão permanece sendo a própria diretoria, sendo que a tendência de generalização das comissões de fábrica, são agora dificilmente encontráveis. Cada vez mais a delegação de poderes, expediente próprio da democracia representativa substitui e prescinde da democracia direta e de base, aquela que se manifesta nos primórdios do sindicalismo combativo. Ou seja, na década de 80 temos uma estrutura sindical democratizada, mas que em seus principais fundamentos continua intacta.

Como exemplo dessa prática temos a CUT e a Força Sindical em que pesem as suas profundas diferenças de projeto político sindical e de suas ações práticas, tem posições próximas no que tange a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Ambas vislumbram a Comissão de Fábrica como mera extensão dos sindicatos.

O artigo 4 da Proposta de Lei de Garantia da Organização Sindical Brasileira, de 1991, da Central Única dos Trabalhadores, no item referente a questão da organização por local de trabalho define o seu papel da seguinte maneira:

"I. formação de grupos nos locais de trabalho para articular a mobilização interna, difundir material de conscientização e incentivar a sindicalização; II. a criação de comissões permanentes por local de trabalho como canal de transmissão das decisões das assembleias sindicais e integração dos tra-

balhadores da empresa à luta do conjunto da categoria..." (50).

Já a Força Sindical, diz em seu Programa de Lutas, no que se refere à organização no local de trabalho:

"lutar para conquistarmos em todas as empresas a liberdade de organização, instituindo-se a representação sindical nas empresas, com garantia no emprego aos dirigentes sindicais" (51).

O sindicalismo de massa não soube ou não quis incorporar a comissão de fábrica na construção de um sindicato democrático, livre da estrutura corporativa. O não rompimento dos sindicatos com algumas das características do antigo sindicalismo (estrutura sindical) significaria uma espécie de "modernização conservadora", onde as características de mobilização e luta coexistiriam com a manutenção de certas funções assistencialistas e um processo de profissionalização dos quadros dirigentes com seu relativo distanciamento da base. Inexistem rupturas significativas, a velha camisa de força que pesa sobre os operários e o movimento sindical permanece.

Fica para trás todo um período de formação desse movimento, aquele no qual as lutas nas fábricas e as comissões de fábrica assumidas como processo de construção de sujeitos

50- Iram Jacome Rodrigues, "As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical", in O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, (org. Armando Boilo Jr.) Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, p.163.

51- Iram Jacome Rodrigues, Idem.

políticos, valorizados por si mesmos. Agora a oposição reafirma a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo. Mas é a transformação deste, ou seja, a incidência na estrutura sindical é que passa a ser o objetivo central. A partir dos anos oitenta as comissões de empresa que se estruturam são, fundamentalmente de tipo sindical.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar a questão do aparecimento-desaparecimento das comissões de fábrica no período 1978-1979. Procuramos articular a dimensão política presente nesse período e a dimensão ideológica-estratégica presentes no movimento operário e sindical.

Ao procurar desvendar as causalidades que impulsionaram o aparecimento das comissões de fábrica no período 1978-1979, constatamos a existência de organismos "clandestinos" no interior das unidades produtivas denominadas grupos de fábricas que procuravam nas lutas cotidianas estimular a prática democrática de base, desenvolver um sistema de decisão dos trabalhadores que propicia uma ação coletiva e democrática a partir da fábrica. Essas organizações clandestinas eram totalmente independentes do sindicato oficial, e forma a base para uma nova proposta sindical que se descortinou no final da década de 70.

Essas "pequenas grandes lutas", ocorreram no período mais negro da história brasileira, quando da edição do AI-5, e seguiu toda a década de 70 até a emergência dos movimentos massivos em 1978. Eram organizados pelos movimentos de oposição Sindical Metalúrgica. A OSM de São Paulo aglutinava naquele momento (até novembro de 1978) grupos de esquerda das mais diversas tendências. O mais forte era a Ação Popular, mas havia também os grupos trotskistas, e dis-

sidentes do PCB, além do PC do B. Cada um desses agrupamentos concebia essas pequenas lutas nos locais de trabalho que resultariam nas comissões de fábrica em maio de 1978, como previamente enquadradas numa estratégia revolucionária que lhe daria sentido. Contrariamente ao PCB, que procurava os meios para ocupar o sindicato, esses diversos agrupamentos da "esquerda revolucionária" pretendiam constituir uma força social revolucionária, uma base social que sustentasse uma luta contra o regime (1).

Por outro lado, a reconstrução dessas comissões de fábrica ocorrem em uma situação particular de crise do regime militar. O início da chamada "distensão política" é marcada pelo esgotamento do "milagre econômico", evidente a partir de 1973-1974, acarretando dissensões nas bases materiais do poder ditatorial. Foi exatamente neste contexto de crise da ditadura (primeiro através da "distensão" do Governo Geisel e posteriormente da "abertura" de Figueiredo) que espoucam as lutas centradas nas fábricas, e é o momento de reforma do poder, sem alterar a essência da dominação burguesa e sua política econômica.

Com as greves de maio de 1978 a proposta de comissões de fábrica se materializa em várias empresas e descortina o auge de uma tensão entre o sindicato oficial e os organismos de oposição materializados nessas comissões de fábrica.

1- Eder Sader, op. cit., p. 232.

Essas mobilizações que ocorrem externamente aos sindicatos motivam o movimento operário a uma ruptura com a estrutura sindical vigente. Porém, essa motivação para a ruptura com a estrutura sindical oficial não avança e não se consolida. Ou seja, a proposta da comissão de fábrica como base e premissa para um outro sindicato, livre da tutela estatal, definha e morre. Por quê?

Segundo Armando Boito Jr. na conjuntura de crise do regime militar, o sindicalismo de Estado desempenhou três funções: a) disciplinou e conteve um movimento grevista que surgira todo ele fora do sindicalismo de Estado e que nem esse aparelho, nem a ditadura tinham condições de suprimir; b) bloqueou a unificação, na base e no topo, de um movimento sindical de massa contra a ditadura no momento mais crítico da crise política; c) reduziu a CUT a um grupo de pressão antigoverno, impedindo a sua conversão numa central sindical de massa em oposição ao regime político e ao bloco de poder. O desempenho dessas três funções pelo sindicalismo de Estado foi um fator importante para viabilizar a política de reforma do regime militar (2); Ou seja, o Ministro do Trabalho do Governo Figueiredo, passou a implementar ao nível sindical uma política que poderíamos denominar "política de abertura sindical". Essa política visava afrouxar um pouco o controle sobre os sindicatos oficiais e reciclar os velhos pelegos.

Murilo Macedo achava necessário tornar os sindicatos ofi-

2- Armando Boito Jr., op. cit. p. 265.

ciais efetivamente representativos e mais ligados aos trabalhadores (3).

Por outro lado, o movimento de oposição sindical presente em São Paulo, era composta por várias tendências. Essas correntes proporcionavam ao movimento de oposição sindical algumas ambiguidades que tiveram papel fundamental no processo de dissolução das comissões de fábrica a partir de dissolução das comissões de fábrica a partir de novembro de 1979. Ou seja, os movimentos de esquerda presentes no movimento de oposição sindical, ao investir contra a estrutura sindical oficial não pretendiam a sua negação, não pretendiam abandonar o sindicato da categoria. Pelo contrário, a criação da comissão de fábrica aparecia por vezes como parte de uma estratégia que visava acumular forças com vistas à retomada do sindicato que estava nas mãos do pelego. Essa disposição por parte das várias correntes presentes na oposição se evidencia e conduz ao rompimento desses agrupamentos, com o crescimento do movimento operário. Além disso, a modificação da conjuntura política modifica e/ou consolida as concepções que as lideranças tinham em relação ao movimento operário em geral e ao papel do sindicato e das comissões de fábrica. Ou seja, a experiência das comissões de fábrica no período 1978-1979 fez parte de um amplo processo tendente à democratização da estrutura sindical e não a sua substituição ou destruição.

3- Murilo Macedo, Negociações no Mundo do Trabalho, Ministério do Trabalho, Brasília, 1983, pp. 168-69.

Esse deslocamento deixa para trás todo um período de formação de lutas nas fábricas onde as comissões de fábrica eram assumidos como processo que conduziriam à ruptura e desmantelamento da atual estrutura sindical. Deixa para trás a procura de um sindicalismo de ruptura. A Oposição passa a investir a partir de novembro de 1979 na conquista do Sindicato e a organização fabril a partir da organização de comissões de fábrica perde espaço. Ou seja, doravante seriam os sindicatos oficiais que ocupariam um lugar privilegiado na política da oposição sindical, e as organizações operárias nos locais de trabalho, as comissões de fábrica seriam instrumentalizadas.

Os atrativos e facilidades oferecidas pelo Sindicato Oficial, prometendo a liberalização do sindicalismo de Estado, integrou o movimento de oposição, seja das oposições sindicais, seja do novo sindicalismo aos limites da política de abertura do governo (abertura sindical) e de manutenção do arrocho salarial.

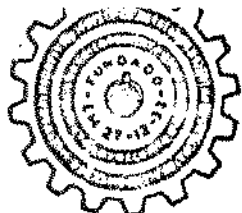
A diversidade política dos metalúrgicos do Município de São Paulo e a divisão das oposições (principalmente tendo como referencial vitorioso o ABC paulista), antes, durante e depois de 1978-1979 somado à política de abertura sindical elaborada pelo regime militar tiveram como efeito central o freio na expansão das comissões de fábrica.

Uma vez integrados ao sindicalismo oficial, a perspectiva de uma ação generalizada por "contágio" na base, que

assustara os empresários e a ditadura em 1978, por ocasião das greves inexistiu. Os operários de São Bernardo e os de São Paulo, a partir de novembro de 1978, nunca mais atuaram juntos. Porém, colheram derrotas em separado (4).

4- Armando Boito Jr., op. cit., p. 272.

ANEXUS



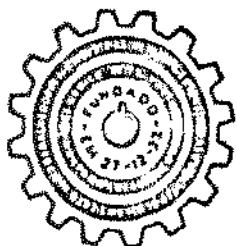
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, E PREVIDÊNCIA SOCIAL PELO
DECRETO N.º 24.694 DE 12/7/1934. E ADAPTADO AO DECRETO LEI N.º 1.402 EM 5/7/1939

DOS TRABALHADORES DA METALÚRGICA ALFA, REUNIDOS EM ASSEMBLÉIA EM 12 DE OUTUBRO DE 1978, PARA O DR. JOÃO ROBERTO MELO DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA.

Revoltados diante da terrível agressão sofrida por todos trabalhadores - o assassinato brutal do companheiro, operário NELSON PEREIRA DE JESUS - vimos apresentar os seguintes pontos, considerados definitivos, para possibilitar a execução de nossas tarefas dentro da empresa:

- 1 . - Constituição, a partir de 1 representante de cada seção e turno, da Comissão Mista prevista no art. 621 da CLT, reconhecida a seus integrantes a mesma estabilidade do dirigente sindical;
- 2 . - Nomeação, por esta Comissão, de novo gerente para toda área de produção, com poderes de resolver, em conjunto com a comissão de trabalhadores, todos os casos trabalhistas, desde a admissão até a dispensa;
- 3 . - Os 10%, previsto no pré-acordo coletivo de 14.07.78, passam, desde logo, a ser incorporados ao salário como aumento não compensável;
- 4 . - O prêmio coletivo será revisto, nos seus critérios e valores, pela comissão prevista no item 1;
- 5 . - As pendências relativas a férias vencidas, deverão ser resolvidas, na base de 30 dias, até o próximo pagamento;
- 6 . - O cadastramento do P I S, deverá estar efetivado até 30 de novembro de 1978;
- 7 . - A regularização do F.G.T.S. deverá ser efetivada até 31 de dezembro de 1978;



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, E PREVIDÊNCIA SOCIAL PELO
DECRETO N.º 24.694 DE 12/7/1934. E ADAPTADO AO DECRETO LEI N.º 1.402 EM 5/7/1939

- fls. 2 -

- 8 . - Em caso de rescisão do contrato de trabalho, antes de tal data, a empresa efetuará, de imediato, o recolhimento do F.G.T.S. na conta vinculada do empregado demitido ou demissionário; Sob pena de responder com acréscimo de 50% em caso de processo trabalhista;
- 9 . - O pagamento salarial será feito até as 17:00 horas, do dia 10 de cada mês, sob a direção da comissão referida no item 1; ocorrendo atraso, os trabalhos serão paralisados, pagas as horas de paralização com acréscimo de 100%;
10. - A empresa arcará com os ônus de perícia técnica para constatação de insalubridade e/ou periculosidade, sendo os peritos indicados pela comissão prevista no item 1;
11. - Em vista das anteriores agressões sofridas pelos trabalhadores, e que culminaram com o recente assassinato do companheiro NELSON PEREIRA DE JESUS, não mais será admitido o uso de arma pelos dirigentes da empresa, cessados imediatamente - todos os métodos de intimidação e coação;

Estes, os pontos definitivos, que os trabalhadores desta empresa entendem necessários como condições mínimas para execução de suas tarefas, fixado como limite para resposta, o dia 16 de outubro de 1978, às 12:00 horas.

São Paulo, 12 de outubro de 1978.

OS TRABALHADORES DA METALÚRGICA ALFA

LOCAL/REGIÃO	GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS	INÍCIO	DURAÇÃO
B.Horizonte/MG	30 mil	Piso de Cr\$3.600,00 para pedreiros e de Cr\$3.000,00 para serventes	Piso de Cr\$4.500,00 (pedreiro) e Cr\$3.600,00 (servente). Ações ocorreram no IST, pagando Cr\$5.600,00 e Cr\$3.120,00.	26/07/79	4 dias
Goiania/GO	40 mil	Aumento de 100%. Piso de Cr\$2.000,00 (mes-tre), Cr\$15.000,00 (encarregado), Cr\$10.000,00 (oficial) e Cr\$6.000,00 (servente)	Aumento de 30%, não aceito pelos operários. A greve se esvaziou com as manobras constantes do sindicato	07/03/79	19 dias
Brasília/DF	30 mil	Piso de Cr\$24.000,00 (mestre), Cr\$18.000,00 (encarregado), Cr\$10.000,00 (pedreiro) e Cr\$5.000,00 (servente)	Piso de Cr\$32.000,00 (servente), Cr\$23.000,00 (pedreiro) e aumento de 15% p/ falta até 3 minutos e 17,5% acima desse teto	24/02/79	8 dias
P.Alegre/RS	44 mil	Aumento no ordeno de 100%, passando de Cr\$11,38 para Cr\$21,00 a hora de servente e de Cr\$14,50 para Cr\$10,00 a hora de pedreiro	Antecipação de até 32,5% p/servente e de 70% p/pedreiro. Não punição por 30 dias e estabilidade p/comando de greve	12/03/79	15 dias
Vitória/ES	20 mil	Piso de Cr\$18.000,00 (encarregado), Cr\$16.000,00 (pedreiro) e Cr\$11.000,00 (servente)	Aumento de 5% ao mês, por quatro meses, e de 50 a 70% sobre salários atuais de carpinteiros, encarregados e mestres	02/09/79	9 dias
São Paulo/SP	280.000	70% mais Cr\$2.000,00	Ver os resultados por setor	08/04/79	26 dias
São Paulo/SP	30.000	70% mais Cr\$2.000,00	17% de aumento que, somados as 20% recebidas em 1978, per-texaram o índice de 37%	10/04/79	20 dias
São Paulo/SP	150.000	70% mais Cr\$2.000,00	Cr\$2.000,00 que estão sendo pagos com irregularidade	09/04/79	06 dias
São Paulo/SP	6.200	70% mais Cr\$2.000,00	Cr\$2.000,00 que estão sendo pagos com irregularidade	17/04/79	28 dias
São Paulo/SP	61.500	70% mais Cr\$2.000,00	Cr\$2.000,00 que estão sendo pagos com irregularidade	17/04/79	28 dias
São Paulo/SP	1.100	Aumentos escalonados de 11% a 20% sobre o dissídio de março/73	Comissões de estudos para examinar: distribuição orçamentária da FUC, não cumprimento de algumas questões trabalhistas	24/04/79	10 dias
Návia	1.300	100% de aumento e redução do número de alunos por sala de aula	Negociar com os colegas as reivindicações. Não conseguindo nada os profs. retornaram a greve conseguindo aumento de 40% e a promessa de redução do número de alunos para 1980	18/04/79	4 dias
Salvador/BA	539	Pagamentos das diferenças salariais da convenção coletiva de 1978	Pagamento da diferença em duas parcelas: uma em agosto e outra em outubro	23/04/79	13 dias
Návia	40.000	Piso salarial de 12 salários mínimos e aplicação do estatuto do magistério	Aumento de 55% a partir de maio e 50% a partir de fevereiro de 1980, piso de Cr\$2.067,24 a Cr\$12.998,60	04/03/79	16 dias
Pernambuco	24.000	Aumentos escalonados 55%, 75% e 85%	Entrega de um documento com 22 pontos e a reivindicação de 65%, 75% e 85% de aumento para ser estudada pelo governo	01/05/79	26 dias
Pernambuco	17.500	Aumentos de 65%	Conseguiram aumentos de 58%	02/05/79	13 dias
R.G. Norte	4.000	Aumentos de 100%	Aumento de 10% superior ao aumento conseguido pelo funcionalismo público	10/05/79	2 dias
Goias	25.000	Aumentos entre 102% a 211% e piso sal. de Cr\$5.000,00 a Cr\$19.000 cruzeiros	Aumentos de 65% a partir de maio e 50% a partir de fevereiro de 1980, piso de Cr\$2.067,24 a Cr\$12.998,60	24/05/79	8 dias
Rio G. do Sul	22.000	Piso de 3 salários mínimos e reajuste de 70% e nomeação de 20.000 profs. concursados	Piso de Cr\$4.000,00 e reajuste de 70%, nomeação mensal de 2.000 concursados até completar 20.000	02/04/79	16 dias
Brasília/DF	11.000	Piso de 4 salários mínimos, 65% de aumento e estabilidade de 40 aulas	Readmissão de 36 professores, fim da intervenção e convocação de eleições para uma nova diretoria. Três diretores não foram readmitidos e nomeação de Junta governativa para eleições em 30 dias	23/04/79	22 dias
Rio/RJ	400	Above de 40% e gratificação por função	Aumento de 41% a partir de dezembro de 1978 e gratificação por função no valor de 11% do salário	12/01/79	3 dias
Rio/RJ	20.000	Reajuste de 60%, mês de 3 semanas, 100% de piso e pagamento integral até o fim do ano para os demitidos	Reajuste com base no índice oficial, mês de 4,5 semanas, pagamento de 50% do salário para o prof. demitido no meio do ano, piso salarial com 75% de aumento (no IST)	17/04/79	4 dias
Rio/RJ	4.300	Reajuste de 60%, mês de 3 semanas, 100% de piso e pagamento integral até o fim do ano para os demitidos	Reajuste com base no índice oficial, a TRT julga a greve legal: 50% de aumento; mês de 4,5 semanas para o demitido no meio do ano; pag. integral até o final do semestre (na TRT)	14/05/79	7 dias
Rio de Janeiro	110.000	Contra o plano de cargos e vencimentos, piso de 4 a 8 minutos, 30% por regência de turma, 10% para áreas difíceis	Promessas de Chagas Freitas de cumprimento de acordo em 90 dias. Os profs. de Niterói receberam de 27 a 120% de aumento e adicionais por área de difícil acesso, delegado por escola	11/03/79	05 dias
Rio de Janeiro	110.000	As reivindicações são as mesmas, pois Chagas Freitas não cumpriu o acordo	10% sobre os salários e revisão das posições	01/04/79	22 dias
Minas Gerais	100.000	Piso salarial de Cr\$3.000,00	Piso salarial de 4 mil cruzeiros	26/05/79	39 dias
Mato Grosso	Grande maioria	100% de aumento	50% a partir de julho e 40% a partir de janeiro/80	16/06/79	3 dias
Pernambuco	10.000	100% de aumento	Trégua para fixar melhor as bases do movimento e promover ampla campanha de esclarecimento diante das pressões do Governador Tarcísio Buriti	06/05/79	14 dias
B.Horizonte/MG	16 mil	70% de reajuste mais Cr\$3.000,00 fixos	5% de aumento além do índice oficial. Intervenção no sindicato, com afastamento do presidente Afrânio Ramos.	16/01/79	5 horas
P.Alegre/RS	12 mil	75% de aumento e antecipação da data-base do dissídio para 1º de setembro	Aumento escalonado entre 15 e 5%, além do índice oficial, a partir de novembro. Intervenção no sindicato de Porto Alegre	06/09/79	14 dias
São Paulo/SP	5 mil	50% de reajuste mais aumento fixo de Cr\$3.000,00, sem desconto da antecipação de 20% conseguida em abril	Aumento escalonado entre 15 e 5%, além do índice oficial, com desconto da antecipação. Afastamento de 3 diretores	10/09/79	2 dias
Rio/RJ	54 mil	Igual à dos bancários paulistas	Aumento escalonado entre 15 e 5%, além do índice oficial. Afastamento de toda a diretoria	12/09/79	3 dias
B.Horizonte/MG	3 mil	Piso de Cr\$6.000,00, seguro de 400 mil, semana de 5 dias e uniforme gratuito	Piso de Cr\$5.000,00, seguro de 250 mil, admissão dos demitidos e pagamento dos dias parados	26/07/79	5 dias
São Paulo/SP	5 mil	100% de aumento a partir de 1º de maio, piso de Cr\$7.000,00 e pagamento das horas extras com 25% a mais	Aumento escalonado entre 15 e 5%, piso salarial de Cr\$4.000,00, seguro de Cr\$100.000,00, estabilidade para os membros do comando de greve até 31 de janeiro de 80	26/02/79	5 dias
P.Alegre/RS	8 mil	Piso de Cr\$5.500,00 e jornada de trabalho de 8 horas diárias	Piso de Cr\$4.100,00 (vigilantes) e de Cr\$4.113,00 (guarda-valores), seguro de 200 mil, uniforme gratuito, estabilidade para o comando de 18 meses e p/ todos os grevistas (3 meses)	31/08/79	16 dias

MOVIMENTO - 08 a 14/10/79
principais greves deflagradas no país em 1979

LOCAL/REGIÃO	TAS	REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS	INÍCIO	DURAÇÃO
ABCD/SP	248 mil	78% sobre os salários de abril de 78, delegados sindicais, reajustes trimestrais, piso de 3 salários mínimos	Após 45 dias de iréguas, 63% de aumento até 18 mínimos e 44% acima desse teto, descontados os 11% conquistados em 78. Reposição ou desconto dos dias parados, em 5 parcelas	14/03/79	14 dias
S. J. Campos/SP Jacareí Cariacava	35 mil	78% de aumento	Iguais ao de São Paulo. Acordo da FIESP	14/03/79	5 dias
Srl. Bárbara/SP	2.800	78% de aumento	Iguais ao de São Paulo. Acordo da FIESP	14/03/79	2 dias
Campinas/SP	5.600	78% de aumento	Iguais ao de São Paulo. Acordo da FIESP	14/03/79	7 dias
Niterói/RJ	12 mil	Piso de Cr\$4.000,00, 35% de insalubridade, semana de 48 horas	Aumento escalonado entre 49% para os que ganham menos a 50%, para as faixas mais altas. E 30% de insalubridade	14/04/79	8 dias
Contagem/MG «Manaus»	18 mil	Aumento de 20%, fim do sistema de revezamento, gratificação anual de 240 horas, estabilidade para a comissão de greve	Aumento escalonado entre 40% e 28% e mudança do sistema de revezamento	24/05/79	8 dias
B. Horizonte/MG «Nacire»	300	55% de aumento, adicional de insalubridade, 14º salário	15% de aumento, 5% de antecipação e pagamento da taxa de insalubridade	08/06/79	4 dias
B. Horizonte/MG «Nansena»	600	30% de aumento, estabilidade de 2 anos para a comissão de greve	Aumento escalonado a partir de 20% e estabilidade de 3 meses para a comissão de greve	23/07/79	4 dias
Rio/RJ «Flax»	3.800	1º greve: fim das demissões em massa. 2º greve: readmissão do líder Geomolui, 98% de aumento, estabilidade dos delegados	Readmissão do líder Luis Paulo Glaucini, estabilidade para os delegados e aumento de 62% para quem ganha de 1 a 3 salários mínimos	23/07/79	12 dias
Contagem/MG «Toshiba»	610	50% de aumento, uniformes gratuitos	Aumentos fixos de 700 cruzeiros para quem ganha até 7 mil e de 500 cruzeiros para quem ganha entre 7 e 12 mil. Uniformes gratuitos	31/07/79	4 dias
Gua Branca/MG «Açominas»	21 mil	Piso de Cr\$5.400,00 para serventes, Cr\$9.000,00 para oficiais e Cr\$18.000,00 para encarregados	Piso de 3.600,00 para serventes, de 6.500,00 para oficiais e de Cr\$12.000,00 para encarregados	31/07/79	21 dias
Itaboraí/MG «Clareta»	600	80% de aumento e piso de Cr\$3.600,00	10% de aumento para quem ganha até Cr\$4.600,00 e Cr\$700,00 fixos para os salários acima desse teto. Piso de Cr\$1.300,00 e pagamento dos dias parados	08/08/79	2 dias
B. Horizonte/MG «Beiler»	160	80% de aumento	Aumento escalonado de 25 a 10%. Aumento de 53% a partir de outubro	10/08/79	1 dia
Catete/MG «Cla. Ferro Brasileira»	2.500	Aumento escalonado de 30 a 50%	Aumento de 40 a 44% a partir de 1º de setembro e antecipação de 20% em 1º de março de 80. Piso de Cr\$5.350,00	12/08/79	4 dias
Divinópolis/MG	7.500	80% de aumento e adicional de insalubridade	Antecipação salarial de Cr\$1.400,00	12/08/79	20 dias
Nova Lima/MG «Mineração Morro Velho»	4.200	Piso de Cr\$8.000,00 (bracal), Cr\$9.000,00 (ajudante), Cr\$18.000,00 (perfurador) e Cr\$12.000,00 (encarregado)	Retorno ao trabalho sem nenhuma conquista, e os trabalhadores aguardam a prometida mediação do Ministério do Trabalho para a retomada das negociações	12/08/79	17 dias
Patos/MG «Alcanal»	1.500	80% de aumento	63% para os que ganham até 3 salários mínimos	20/08/79	6 dias
B. Horizonte/MG Contagem	25 mil	80% de aumento, piso de Cr\$8.000,00, não desconto dos dias parados, readmissão de Osório Silva, da comissão de negociação	Aumento de 65%	26/08/79	5 dias
Betim/MG	15 mil	Índice oficial mais Cr\$4.000,00 fixos, piso de Cr\$8.000,00, estabilidade para os delegados, participação nos lucros	Em andamento	27/08/79	em andamento
LOCAL/REGIÃO	GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES	RESULTADOS	INÍCIO	DURAÇÃO
Rio/RJ	45 mil	Equiparação com os interestaduais (80% de aumento)	Equiparação com os profissionais da CTC, equivalente a 41% de aumento. Os cobradores conseguiram apenas prêmio de Cr\$4.000,00 por mês	16/01/79	2 dias
Jundiaí/SP	1.400	30% de antecipação prometida para janeiro de 79	30% em antecipação no dissídio de maio	12/02/79	2 dias
Campinas/SP	1.800	30% de aumento a partir de 1º de fevereiro	Transformação da antecipação de 10%, concedida no começo do ano em aumento, e mais 10% de antecipação ao dissídio de maio. Prêmio de Cr\$700,00	02/03/79	1 dia
Petrópolis/RJ	600	Equiparação com os motoristas carlosos	41% de aumento para os motoristas e prêmio de Cr\$100,00 por mês para os cobradores. Equiparação aos motoristas carlosos	04/03/79	1 dia
S. J. Campos/SP	300	30% de aumento	10% de antecipação a partir de março	06/03/79	7 horas
Vitoria/ES	2 mil	100% de aumento, pagamento das horas extras, uma hora para refeição, uniforme gratuito, não punição dos grevistas	60% de aumento, redução do turno de trabalho de 13 para 8 horas e readmissão de 12 motoristas demitidos	04/04/79	18 horas
São Paulo/SP	60 mil	Aumento de 80%, equiparação com a CMT, reconhecimento da comissão salarial	30% de aumento, descontados os 20% de antecipação, e prazo de 45 dias para negociação. Fim do prazo: mais 15% sobre salários de maio de 79, não demissão dos grevistas por 180 dias	02/05/79	2 dias
Recife/PE	8 mil	10% de aumento, não desconto das folgas, uniforme gratuito, pagamento de hora extra e adicional noturno	75% de aumento para os motoristas e 50% para cobradores, fiscais e despachantes	31/05/79	2 dias
Fortaleza/CE	3 mil	Piso de 4 salários mínimos, pagamento dos feriados, taxa de insalubridade, 4 folgas mensais, passagem gratuita	Todas as reivindicações foram atendidas, com exceção do aumento salarial. Mas o acordo não está sendo cumprido	04/06/79	2 dias
João Pessoa/PB	300	40% de aumento	75% de aumento	33/06/79	7 horas
Rio/RJ Biterdi, Duque de Caxias, N. Iguaçu	222 mil	Equiparação com os interestaduais (salários de Cr\$8.537,00 para motoristas)	Os salários passaram de Cr\$5.350,00 para Cr\$7.200,00 (motoristas), Cr\$2.200,00 para Cr\$4.110,00 (cobradores) e piso de Cr\$4.740,00 para despachantes e fiscais	02/07/79	2 dias
Salvador/BA	1 mil	Salários de Cr\$7.800,00 para motoristas e de Cr\$4.800,00 para cobradores e despachantes	Salário de Cr\$4.000,00 para motoristas e de Cr\$3.200,00 para cobradores e despachantes, o que equivale a quase 90% de aumento	18/07/79	2 dias
B. Horizonte/MG	10 mil	Salários de Cr\$7.500,00 para motoristas e Cr\$3.200,00 para cobradores, Passe livre em todas as empresas	Salários de Cr\$7.000,00 para motoristas e de Cr\$2.600,00 para cobradores. Passe livre em todas as empresas	06/07/79	2 dias
Porto Alegre/RS	9.500	Salários de Cr\$8.400,00 (motoristas), Cr\$6.350,00 (despachantes e fiscais), Cr\$5.200,00 (cobradores). Delegado sindical	Salários de Cr\$7.200,00 para motoristas e de Cr\$6.000,00 para fiscais e despachantes e de Cr\$4.100,00 para cobradores. Reconhecimento dos delegados sindicais por empresa	16/08/79	7 dias

MOVIMENTO - 08 a 14/10/79

principais greves deflagradas no país em 1979

NÚMERO DE GREVES DE CATEGORIAS SELECIONADAS POR GRANDES SETORES 1978-1979

	PÚBLICO	PRIVADO	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA		75,0		7,8	1,6	34,6		40,2
Metalúrgicos		53,4		53,4	0,8	18,3		19,1
Trabalhadores da Construção Civil		6,8		0,8		8,1		8,1
Químicos		4,2		4,2		1,2		1,2
Alimentação		4,2		4,2		3,3		3,3
Urbanitários					0,8			0,8
Outros		9,3		9,3		7,7		7,7
ASSALARIADOS DE CLASSE MÉDIA	3,1	2,5	1,7	3,3	10,6	9,8	8,9	29,3
Serv. Públ. de Ministério, Secret., etc. (4)	4,2			4,2	4,9			4,9
Professores de Escolas e Universidades (2)	0,8		1,7	2,5	2,8	2,0	4,5	9,3
Médicos (6)					1,2	0,4	4,1	7,7
Bancários		0,8		0,8		1,2	0,4	1,6
Greve Geral de Servidores Públicos (1)					1,6			1,6
Outros		1,7		1,7		4,1		4,1
TRABALHADORES DE BASE EM SERVIÇO	1,7	6,9		8,5	3,3	12,6	0,4	16,3
Motoristas	1,7	5,1		6,8	0,8	8,9	0,4	10,2
Comerciários (7)		0,8		0,8		1,6		1,6
Funcionários de Estabelec. de Saúde (5)								
Funcionários de Escolas e Universidades (3)								
Correio					2,4			2,4
Outros		0,8		0,8		2,0		2,0
OUTROS/SEM INFORMAÇÃO		4,2		4,2		13,8		14,2
TOTAL	6,9	91,5	1,7	100	15,4	74,8	9,8	100
Número Absolutos				116				246

Fonte: NEPP/UNICAMP, Pesquisa "Acompanhamento de Greves no Brasil"

- (1) Greves Gerais de servidores públicos municipais, estaduais e federais.
 (2) Greves só de professores ou greves conjuntas de professores e funcionários de escolas e universidades.
 (3) Greves só de funcionários de escolas e universidades.
 (4) Greves localizadas de ministérios, secretarias, fundações, etc.
 (5) Greves só de funcionários de estabelecimentos de saúde.
 (6) Greves só de médicos ou greves conjuntas de médicos e funcionários de estabelecimentos de saúde.
 (7) Greves só de médicos de estabelecimentos de saúde.

Número de greves de Categorias Seleccionadas por
Grandes Setores (1978-1979)

DUZENTAS FÁBRICAS 250 MIL GREVISTAS
Um Balanço de 9 semanas de Greve

DE 12 DE MAIO A 13 DE JULHO	NÚMERO DE FÁBRICA ATINGIDAS	NÚMERO DE GREVISTAS
1ª SEMANA	24	60.500
2ª SEMANA	12	17.450
3ª SEMANA	21	17.990
4ª SEMANA	27	29.470
5ª SEMANA	38	39.694
6ª SEMANA	32	22.967
7ª SEMANA	17	23.441
8ª SEMANA	21	19.803
9ª SEMANA	21	14.620
TOTAL	213	245.935

Fontes: Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Isto É.

B I B L I O G R A F I A

ABELLA, Isidoro G., Conversaciones sobre el movimiento obrero: entrevistas a militantes de la CNT, Madrid, La Piqueta, 1978.

ABRAMO, Laís W., Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho, Petrópolis, CEDEC, 1983.

AGUIAR, José Carlos Brito, A Tomada da Ford - o nascimento de um sindicato livre, Petrópolis, Vozes, 1983.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, "Novas Tendências do Movimento Sindical", in Trindade, Hélgio (org), Brasil em Perspectiva: dilemas da abertura política, Porto Alegre, Sulinas, 1982.

ANTUNES, Ricardo, A Rebelião do Trabalho - O Confronto operário no ABC paulista : as greves de 1978/80, São Paulo, Unicamp/Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo, Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil, São Paulo, Editora Cortêz, 1988.

ANTUNES, Ricardo, (coordenador), Por um novo sindicalismo, Cadernos de Debate, n.7, São Paulo, Brasiliense, 1980.

ANTUNES, Ricardo & Nogueira, Arnaldo, O que são Comissões de Fábrica, São Paulo, Brasiliense, 1981.

ANWEILLER, Oskar, Los Sovietes en Russia (1905-1921), Madrid, Editora Zero, 1975.

APARECIDO, Roque, A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, Relatório de Pesquisa CEDEC, mimeo, 1984.

BABEAU, André, Los Consejos obreros en Polonia, Barcelona, Editorial Nova Terra, 1975.

BERNARDO, Antônio C., Tutela e Autonomia Sindical: Brasil 1930-1945, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

BERNARDO, João, Para uma teoria do Modo de Produção Comunista, Edições Afrontamento, 1980.

BOITO JR, Armando, "Crise política e revolução: o 1789 de Georges Lefevre", Campinas, IFCH/Unicamp, Cadernos Primeira Versão, 1992.

BOITO JR., Armando, "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical", em Armando Boito Jr. (Org), Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BOITO JR, Armando, O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical, Unicamp/Hucitec, Campinas, 1991.

BRINTON, Maurice, Los Bolcheviques y Controle Obrero (1917-1921) El Estado y la Contrarevolución, Collección el Viejo Topo, Paris, Edições Ruendo Ibérico, 1972.

BRITO, José C., A Tomada da Ford: nascimento de um Sindicato Livre, Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

CAMACHO, Marcelino, Comisiones Obreras, México, Ediciones Cultura Popular, 1976.

CAMARGO, Daisy, A prática das Comissões de Fábrica: Confronto de Estratégias, 1983, mimeo.

SINGER, Paul, A Crise do Milagre, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CANEVACCI, Massimo, A Experiência da Autonomia Operária na Itália, In Desvios, n. 4 e 5, julho/85 e março/86.

CASTORIADIS, Cornelius, A Experiência do Movimento Operário, São Paulo, Brasiliense, 1985.

COSTA, Sérgio Amad, A CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-1964), São Paulo, Editora Grêmio politécnico, 1981.

ENGELS, Friedrich, A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra, Porto, Edições Afrontamento, 1975.

FARIA, Hamilton José, A Experiência Operária nos Anos de Resistência - A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964-1978), Tese de Mestrado, PUC-SP, 1986.

FERNANDES, Florestan, A Ditadura em Questão, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub, Política Governamental e Funções Sindicais, Tese de Mestrado, USP, 1975.

FLERON, Frederic, Teoria da Administração Repressiva: a Experiência Comunista, In Sociedade Americana para Administração Pública, Nova York, 1972.

FLEURY, Afonso C., organização do Trabalho Industrial: Um confronto entre Teoria e Realidade, Tese de Doutorado, USP, maio/1978, mimeo.

FREDERICO, Celso, A Vanguarda Operária, São Paulo, Símbolo, 1979.

FREDERICO, Celso, A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984, vol. 3 - A Reconstrução, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.

FRIEDMANN, George, O Trabalho em Migalhas, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

GORIN, Richard, A Teoria do Comunismo de Conselhos, In Autogestão n. 3, 1980.

GOKZ, André, Crítica da Divisão do Trabalho, São Paulo, Editora Martins Fontes, 1980.

GUÉRIN, Daniel, Anarquismo, Rio de Janeiro, Germinal, 1968.

GUILLERM, Alain & BURDET, Yvon, Autogestão: uma mudança radical, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeo, Conselhos de Fábrica, São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRONDIM, M., Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização dos Trabalhadores, Estudo na área da Grande São Paulo, 1981.

HOBSBAWM, ERIC, Mundos do Trabalho - Novos Estudos sobre a história operária, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

HUMPHREY, John, Fazendo o Milagre - Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística, Rio de Janeiro, Vozes/Cebrap, 1982.

IBRAIM, José, Movimento Operário: Novas e velhas Lutas, In Revista Escrita - Ensaio, Ano III, n. 6, São Paulo, 1980.

KUCINSKY, Bernardo, Abertura: A História da Crise, São Paulo, Brasil Debates, 1982.

LENINE, Vladimir, Obras escolhidas, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980, 3 vols.

LINHART, Robert, Greve na Fábrica (L'Établi), Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

MAGRI, Lúcio, Las Actuales Luchas Obreras em Europa, In Movimento Obrero y Acción política, México, Edições Era, 1975.

MANDEL, Ernest, Control Obrero, Consejos Obreros y Autogestión, México, Ediciones Era, 1974.

MARONI, Amnérís, A Fábrica: Espaço de poder, In Desvios n.2 agosto de 1983.

MARONI, Amnérís, A Estratégia da Recusa: Análise das Greves de maio/78, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MARTINS, Carlos Estevão, "O Balanço da Campanha", in Lamo-
nier, Bolivar & Cardoso, Fernando Henrique (org), Os Par-
tidos e as Eleições no Brasil, Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz
e Terra, 1975.

MANDEL, Ernesto, Control Obrero, Autogestión, México, Edi-
ciones Era, 1974.

MARANHÃO, Ricardo, Sindicato e Democratização (Brasil:
1945-1950), São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

MARANHÃO, Ricardo, Sindicato x Comissões de Fábrica: uma
falsa alternativa, In Cara a Cara n.2.

MARX, Karl, O Capital (Crítica da Economia Política), Li-
vro 1, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl, & ENGELS, Friedrich, Obras escolhidas, São
Paulo, Editora Alfa-Ômega, 3 vols.

MEIJER, H. Canne, Movimento de Los Consejos Obreros en A-
lemania Operária (1917-1921), Collección "Ler y Discute",
Série V, n. 58, Editora Zero, 1975.

MOISÉS, José Alvaro, Lições de Liberdade e Opressão - O
Novo Sindicalismo e a política, Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1982.

MOISÉS, José Alvaro, A Greve de Massa e a Crise Política,
São Paulo, Polis, 1978.

MONTEIRO, Lúcia B. Barros, Portugal: O "Combate" pela au-
tonomia operária, Tese de Mestrado, FUC-SF, 1983, mimeo.

MUNAKATA, Kazumi, O lugar do movimento operário, Unicamp,
1970, mimeo.

NOGUEIRA, Arnaldo José França, A Modernização Conservadora
do Sindicato Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos
Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983), Tese de Mestrado,
Unicamp, 1990.

NORONHA, Eduardo, "A Explosão das greves na década de 80"
in Armando Boito Jr. (org), O Sindicalismo brasileiro nos
anos 80, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

NEGRI, Antonio, In Del obrero Massa al Obrero Social, Bar-
celona Editorial Anagrama, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de, A Economia da Dependência, Rio de

Janeiro, Graal, 1977.

OLLER, Júlio San, Las Comisiones Obreras da Barcelona - entre el Fraude y a Esperanza, Paris, Ruendo Ibérico.

PANNEKOEK, Anton, Los Consejos Obreros, Madrid, Editora Zero, 1977.

PANNEKOEK, Anton, Principios de Organizações, In Autogestão n.2., 1980.

PEREIRA, Duarte, Um Perfil da Classe Operária, São Paulo, Mucitec, 1981.

RAINHO, Luís F., Os peões do Grande ABC, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

RAGO, Margareth, Do Cabaré ao Lar - A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930), Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Iram Jacome, Comissão da Fábrica e trabalhadores na Indústria, São Paulo, Cortez, 1990.

RODRIGUES, Iram Jacome, "As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical", in Armando Boito Jr., O Sindicalismo nos Anos 80, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Partidos e Sindicatos - Escritos de Sociologia Política, Ática, São Paulo, 1990.

SADER, Eder, & SANDRONI, Paulo, Lutas Operárias e Táticas da Burguesia - 1970-1980, Cadernos PUC/Economia, São Paulo, Educ/Cortez Editora, 1981.

SADER, Eder, Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

SAES, Décio, Classe Média e Sistema Político no Brasil, São Paulo, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1980.

SANDUVAL, Salvador, Os Trabalhadores param - Greve e Mudança Social no Brasil 1945-1990, Editora Ática, São Paulo, 1994.

SANTILLÁN, Diego Abad, Organismo Econômico da Revolução: a autogestão da revolução espanhola, São Paulo, Brasiliense, 1980.

SILVA, Antônio Ozai, História das Tendências no Brasil.

SKIDMORE, Thomas, Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

TAYLOR, F.W., Princípios de Administração Científica, São Paulo, Editora Atlas, 1918.

TRAGTENBERG, Maurício, Administração, Poder e Ideologia, São Paulo, Editora Moraes, 1980.

TRAGTENBERG, Maurício, (org.) Marxismo Heterodoxo, São Paulo, Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício, Reflexões sobre o Socialismo, São Paulo, Editora Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, Maurício, Comissões de Fábrica e Sindicatos, Fôlhetim n. 359, 4 dez 1983.

TRAGTENBERG, Maurício, O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária, in Autogestão n. 4, 1981.

THOMPSON, Edward P., A formação da classe operária inglesa, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.

TRONTI, Mário, Operário e Capital, Porto, Edições Afrontamento, 1976.

TROTSKI, Leon, Escritos sobre Sindicatos, São Paulo, Kairós, 1978.

VELASCO, Sebastião C. & MARTINS, Carlos Estevão, "De Castelo a Figueiredo: Uma incursão na pré-história da abertura", in Sorg & Almeida, Maria Hermínia Tavares (org) Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1984.

VIANA, Luiz W., Liberalismo e Sindicalismo no Brasil, São paulo, Editora Paz e Terra, 1978.

WEFFURI, F. C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Usasco 1968, Cadernos do CEBRAP, N.3, 1972.

WELL, Simone, A condição operária e outros estudos sobre a opressão, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

JORNAIS E REVISTAS

Folha de São Paulo - década de 70.

Estado de São Paulo-

Gazeta Mercantil-

Isto é - 1980

Veja- 1978

Movimento - 1978-1979

Voz da Unidade- 1980/1981

Em Tempo- 1978, 1979, 1980

Tribuna Metalúrgica- década de 70

O Metalúrgico - década de 70

Luta Sindical

Cara a Cara

Hora do povo

O Trabalho

A República